

FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Thiago Soares de Souza

**A construção social do medo:
Tv, violência e insegurança**

**São Paulo
2019**

THIAGO SOARES DE SOUZA

A construção social do medo:
Tv, violência e insegurança

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Simonetta Persichetti.

São Paulo
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira

Souza, Thiago Soares de

A construção social do medo: TV, violência e insegurança. / Thiago Soares de Souza. -- São Paulo, 2019.

140 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Simonetta Persichetti.

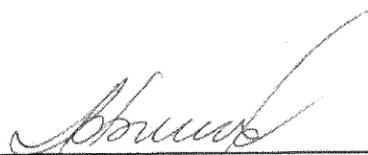
1. Comunicação contemporânea. 2. TV. 3. Medo. 4. Insegurança. 5. Telejornalismo. I. Persichetti, Simonetta. II. Faculdade Cásper Líbero, Mestrado em Comunicação. III. Título.

Bibliotecária responsável: Letícia Marina dos Santos - CRB 8/8369

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTOR: THIAGO SOARES DE SOUZA

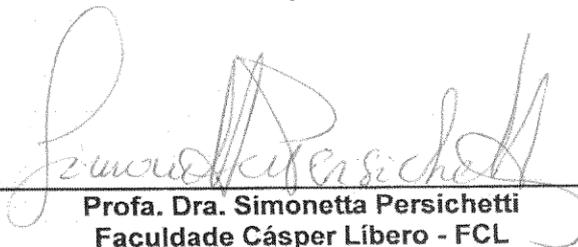
“A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MEDO: TV, VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA”



Prof. Dr. Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior
Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE



Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho
Faculdade Cásper Líbero - FCL



Profa. Dra. Simonetta Persichetti
Faculdade Cásper Líbero - FCL

Data da Defesa: 11 de setembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Ao Humberto Candil, amigo, grande incentivador e diretamente responsável pela minha trajetória no mundo acadêmico.

Ao Professor Doutor Dimas Künsch pelo indispensável apoio inicial.

Aos Professores da Faculdade Cásper Líbero.

À Professora Doutora Simonetta Persichetti, minha orientadora, por seus ensinamentos, conselhos e incentivo.

Aos colegas de jornada nestes últimos dois anos.
Em especial ao companheirismo de Bruno Felberg, Christiano Blota,
Ellen Nogueira e Leonardo Levatti.

À Fernanda, por tornar tudo isso possível.

“Querem sangue, querem lama
Querem à força o beijo na lona
E querem ao vivo

Querem a lágrima doída do ídolo
Caindo em câmara lenta
Querem lutar pelo que amam
Conquistar e destruir o que amavam tanto

Faça uma prece pra Freud Flintstone
Acenda uma vela pra Freud Flintstone
Sacrifique o bom-senso no seu altar

Na areia da arena
Sai de cena por decreto a flor do deserto
Gran finale, última cena
No ar pelas antenas a morte do toureiro

Faça uma prece pra Freud Flintstone
Acenda uma vela pra Freud Flintstone
Sacrifique o bom-senso no seu altar

Esqueça a prece pra Freud Flintstone
Acenda a fogueira pra Freud Flintstone
Vamos queimá-lo vivo, enterrá-lo vivo

O preço é uma prece, pague pra ver
Compre o ingresso, adeus pink Freud Flintstone
Fama, fogo, fúria, fé, fã-clube Freud Flintstone
Que o satélite lhe seja leve”.
(Humberto Gessinger)

RESUMO

Esta dissertação, apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, inscrita na linha de pesquisa Jornalismo, Imagem e Entretenimento, busca compreender a participação dos programas telejornalísticos exibidos na cidade de São Paulo, em canais de sinal aberto, na crescente sensação de insegurança dos indivíduos apontada em estudos de entidades civis mesmo após a queda nos dados estatísticos de crimes contra a vida nos últimos 20 anos. Este trabalho tem como ponto inicial o conceito de noticiabilidade proposto pelos autores Eugênio Bucci, Mauro Wolf e Christoph Türcke antes de partir para a apresentação das atrações televisivas compostas por pautas geradas pela violência. Pierre Bourdieu colabora com sua definição sobre as principais características do meio televisivo. Em contrapartida, a ótica de enquadramento de Erving Goffman serve para debater a similaridade no material produzido por redações de emissoras concorrentes. Em seguida, uma análise da construção social do medo. Uma estrutura formulada dentro desta pesquisa por duas linhas de pensamento complementares. Com foco na visão de Christopher Lasch e Zygmunt Bauman, a primeira parte dialoga com a sustentação desse sentimento generalizado de insegurança e falta de confiança no futuro. Já a segunda parte conversa com a psicologia cultural da mídia de Giuseppe Mininni para explicar como a credibilidade da televisão alimenta a sensação de insegurança. A baixa noção de realidade da população e a deficiência na elaboração das matérias causada pela precarização da editoria de segurança pública também ajudam a entender o cenário. A aplicação metodológica tem como princípio a utilização de pesquisas sobre os índices de violência e a sensação de insegurança da população na cidade de São Paulo tendo como sequência a análise e medição de tempo de conteúdo sobre violência em programas jornalísticos em TV aberta durante o período de 10 dias. A partir deste ponto será feita uma discussão sobre técnicas de edição em vídeo, áudio e construção de texto de emissoras concorrentes apontando similaridades e diferenças com auxílio de teóricos ligados à área da comunicação e da sociologia, além de observações de jornalistas e pesquisadores concentrados em estudos da violência por meio de entrevistas e palestras.

Palavras-chave: Comunicação contemporânea. TV. Medo. Insegurança. Telejornalismo.

ABSTRACT

This dissertation, presented for the acquisition of the Master of Communication degree by the Casper Libero College, enrolled in the Journalism, Image and Entertainment research line, seeks to understand the participation of the television news programs shown in São Paulo, in free-to-air channels, in increasing sense of insecurity of individuals pointed out in studies of civil entities even after the drop in statistical data on crimes against life in the last 20 years. This work has as its starting point the concept of newsworthiness proposed by the authors Eugênio Bucci, Mauro Wolf and Christoph Türcke before leaving for the presentation of television attractions composed by guidelines generated by violence. Pierre Bourdieu collaborates with his definition of the main characteristics of the television business. On the other hand, Erving Goffman's framing theory serves to debate the similarity in material produced by competing newsrooms. Then an analysis of the social construction of fear. A structure formulated within this research by two complementary lines of thought. Focusing on the views of Christopher Lasch and Zygmunt Bauman, the first part dialogues with the support of this widespread feeling of insecurity and lack of confidence in the future. The second part interacts with Giuseppe Mininni's cultural media psychology to explain how television's credibility feeds the feeling of insecurity. The low perception of the reality of the population and the deficiency in the elaboration of the articles caused by the precariousness of the public security editorial also help to understand the scenario. The methodological application has as its principle the use of researches about violence rates and the feeling of insecurity of the population in São Paulo city, following the analysis and time measurement of content on violence in journalistic programs on open TV during the period of 10 days. From this point it will be discussed techniques of video editing, audio and text construction of competing broadcasters pointing out similarities and differences with the contribution of theorists related to the area of communication and sociology, as well as observations of journalists and researchers focused on studies of violence by through interviews and lectures.

Keywords: Contemporary communication. TV. Fear. Insecurity. Telejournalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Homicídio doloso por 100 mil habitantes na cidade de São Paulo nos últimos 18 anos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo	16
Figura 2 — Homicídio por 100 mil habitantes na cidade de São Paulo nos últimos 18 anos pelo Atlas da Violência	18
Figura 3 — Satisfação com a segurança na cidade de São Paulo pela Rede Nossa São Paulo	22
Figura 4 — Do que tem mais medo no dia-a-dia em São Paulo? Rede Nossa São Paulo	23
Figura 5 — “Todos os negros” por Luiz Morier, publicado no Jornal do Brasil e vencedor do Prêmio Esso de Fotojornalismo de 1983	35
Figura 6 — “Todos os negros” por Luiz Morier, publicado no Jornal do Brasil e vencedor do Prêmio Esso de Fotojornalismo de 1983	36
Figura 7 — Capa do Notícias Populares de 5 de agosto de 1966 com manchete em destaque para a vítima de Chico Picadinho	39
Figura 8 — Capa do Notícias Populares de 11 de maio de 1975 com manchete em destaque anunciando o nascimento do diabo	40
Figura 9 — Trecho da capa do Notícias Populares em 31 de março de 1994 com manchete em destaque anunciando o caso Escola Base	43
Figura 10 — Matéria da Folha de S. Paulo de 1 de abril de 1994 sobre o caso Escola Base	43
Figura 11 — Matéria da Revista Veja de 6 de abril de 1994 sobre o caso Escola Base	44
Figura 12 — Comunicação de massa pelo ponto de vista psicológico	68
Figura 13 — Proporção do conteúdo jornalístico com pautas que demonstram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais no programa Cidade Alerta	84
Figura 14 — Proporção do conteúdo jornalístico com pautas que demonstram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais no programa Brasil Urgente	85
Figura 15 — Proporção do conteúdo jornalístico com pautas que demonstram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais no programa SBT Brasil	86
Figura 16 — Proporção do conteúdo jornalístico com pautas que demonstram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais no programa SPTV - 2ª edição	87

Figura 17 — Resposta dos entrevistados sobre a taxa de mortes violentas na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018	91
Figura 18 — Resposta dos entrevistados sobre a taxa de furtos e roubos de veículos na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018	92
Figura 19 — Resposta dos entrevistados sobre a taxa de roubos de veículos na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018	93
Figura 20 — Resposta dos entrevistados sobre a presença de dados estatísticos na pauta fornecida pela chefia de reportagem do telejornal	93
Figura 21 — Resposta dos entrevistados sobre a realização de algum curso específico na área de jornalismo policial ou similar	94
Figura 22 — Resposta dos entrevistados sobre a realização de alguma disciplina ou aula sobre protocolos e procedimentos policiais durante o ensino superior	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Índice de comunicação de crimes em países selecionados pelo Instituto Europeu de Criminologia da ONU	17
Tabela 2 — Taxa de delito na cidade de São Paulo entre 2001 até 2018	20
Tabela 3 — Número e distribuição de entrevistados, segundo grupos geográficos de sentimento de (in)segurança na PNAD 2009	24
Tabela 4 — Tipos de relações interpessoais	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Aspectos metodológicos aplicados	14
2 DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA NA CIDADE DE SÃO PAULO	16
3 O JORNALISMO E A EDITORIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	27
3.1 Produção jornalística	31
3.2 Cobertura da editoria de segurança pública: do Mineirinho ao PCC	34
3.3 Pautas sobre a violência urbana em telejornais exibidos em São Paulo	46
4 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MEDO	56
4.1 Evolução do medo	62
4.2 Psicologia cultural da mídia	65
4.3 Banalização da morte e trivialização da crise	77
5 A PERCEPÇÃO DE JORNALISTAS EM RELAÇÃO AOS DADOS ESTATÍSTICOS E A ANÁLISE DO DISCURSO	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	107

1 INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo apresentou uma acelerada queda nos índices de homicídios dolosos. De 51,90 casos por 100 mil habitantes em 2001 para 6,15 casos no ano de 2018 (INFOCRIM, 2016). Em 2015, quatro bairros não registraram assassinatos (VEJA SÃO PAULO, 2016). Porém, a sensação de insegurança bateu um recorde histórico: 92% dos moradores avaliam a capital paulista como um local pouco ou nada seguro para viver (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2016, p. 54). Um contraste entre a melhora da segurança pública e a percepção da população em relação à violência.

Em matéria publicada em 3 de julho de 2017, o jornal *Folha de S. Paulo* informa que 60% dos brasileiros têm medo de andar nas ruas da vizinhança depois do anoitecer e isto também afeta quem nunca sofreu qualquer tipo de violência (MENA, 2017). Sociólogo e filósofo, Zygmunt Bauman dedicou a vida aos estudos das relações individuais e propôs a ideia que a insegurança é parte da estrutura mental estável do homem da era líquido-moderna. De acordo com o polonês, a consequência desta visão de mundo para uma pessoa é recorrer de forma rotineira, “mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o ‘medo derivado’ adquire a capacidade da autopropulsão” (2008, p. 9).

Em paralelo, as mídias sofreram uma grande revolução a partir da metade final do século XX. Um reflexo de uma transformação social que tornou o trabalhador em um consumidor bombardeado por ofertas. Um dos efeitos foi que a maioria das pessoas passou a receber uma imensa quantidade de informações divulgadas por veículos noticiosos que não têm mais horário de fechamento. O resultado prático disso é o aumento de tarefas dos jornalistas, “com a concentração de processos como pesquisa, redação, edição, ilustração, publicação e pós-publicação em um único profissional (STEENSEN, 2009 apud PEREIRA, F.; ADGHIRNI, 2011, p. 47).

E quem está recebendo o resultado deste processo pelo campo televisivo? De acordo com o site *Notícias da TV*, com dados do IBOPE, a audiência de emissoras de sinal aberto do mercado nacional está ficando mais idosa.

O público da TV aberta está envelhecendo aceleradamente. Há cinco anos, 29 de cada cem telespectadores tinham mais de 50 anos. Em março último, 37 já tinha ultrapassado essa idade. [...] As pessoas com mais de 50 anos viraram o sustentáculo de um tipo de programa para o qual os críticos e educadores torcem o nariz. Das seis atrações mais vistas por senhores e senhoras, dois são telejornais sensacionalistas: o Brasil Urgente, de José Luiz Datena, na Band, e o Cidade Alerta, de Marcelo Rezende, da Record. [...] O programa mais visto por idosos é o Jornal da Band. De cada cem telespectadores de Ricardo Boechat, 59 têm mais de 50 anos (CASTRO, 2015).

Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), Marcelo Nery alerta que é natural o idoso sentir mais medo. Em paralelo, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, mais conhecida como Fundação Seade, destaca que o processo de envelhecimento na capital paulista tende a aumentar nas próximas décadas. Segundo as projeções do instituto, o número de idosos passará de seis para cada dez pessoas de até 15 anos, em 2010, para 12, em 2030, chegando a 21 idosos para cada dez jovens em 2050 (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2015).

‘Ver o telejornal’ é uma prática discursiva que para alguns grupos sociais pessoas idosas, portadoras de deficiências, etc. - constitui o modo mais relevante para se sentirem engajados no mundo que os cerca. O papel do apresentador é decisivo porque, sem que tenha consciência disso, sua voz e mímica entram no texto da notícia que está lendo, orientando a interpretação a ser dada ao evento que noticia. O telejornalista não deve apenas ter credibilidade, mas inspirar confiança, ou seja, confirmar uma expectativa de simplificação que o telespectador elabora em relação à complexidade do mundo que lhe é apresentado por meio dos textos de notícias (MININNI, 2008, p. 126).

Um contexto onde há o perfil principal da audiência televisiva em expansão, com um sentimento natural de medo, dentro de uma sociedade consumista com uma compulsão por segurança, sem confiança no futuro e tentando participar ativamente do mundo ao assistir a um conteúdo produzido por jornalistas sobrecarregados de emissoras com um alcance de audiência capaz de atingir até 44% da população da região metropolitana. Tudo isso dentro de um país com a segunda pior noção da própria realidade no planeta (BUARQUE, 2017).

Dentro deste aspecto aparece a figura de minha avó. Fiel telespectadora de noticiários, ela demonstrou grande preocupação com a minha segurança quando fui designado para passar o período de um mês no Rio de Janeiro para realizar a cobertura jornalística dos Jogos Olímpicos de 2016. Houve a percepção de que ela não tinha facilidade em dissociar a violência cotidianamente noticiada da capital fluminense da segurança gerada por um grande aparato militar e forte proteção policial de um evento esportivo internacional. Aos 87 anos, ela demonstrava uma visão que não correspondia com a totalidade da realidade que seria vivida por mim e estava sempre disposta a alertar sobre o potencial perigo, claro, sob a visão dela, para amigos e familiares.

O conjunto destes fatores impulsionou a ideia em realizar uma pesquisa para analisar o aumento da sensação de insegurança em relação à violência apesar da queda dos índices de criminalidade na capital paulista.

1.1 Aspectos metodológicos aplicados

Considerando que o individualismo pode ser promovido devido à percepção de ser ou estar sem defesa diante de uma situação, o medo da violência deixa fragilizada a interação social gerando atitudes de proteção exclusivas e nem sempre favoráveis a todos. Não são raros os artigos e pesquisas sobre percepção da violência, porém, estas produções costumam focar em públicos específicos como mulheres, negros, jovens ou população em situação de vulnerabilidade.

“O que perturba e assusta o homem”, disse Epíteto, ‘não são as coisas, mas suas opiniões e fantasias sobre as coisas’” (CASSIRER, 1994, p. 48-49). O *corpus* desta dissertação discute a relação da TV com a sociedade paulistana dentro deste quadro de aumento da sensação de insegurança e queda nos índices estatísticos de violência. Portanto, é factível pensar em uma dissonância cognitiva entre a atual incidência de crimes e o que é percebido pelo cidadão? Existe uma topofobia coletiva em relação à capital de São Paulo? E os telejornais colaboram para a formação do cenário?

A realização deste trabalho científico é amparada em uma pesquisa bibliográfica das áreas da Comunicação, Sociologia e Psicologia da Mídia, além do estudo de conteúdo de pesquisas socioeconômicas e matérias jornalísticas. Em benefício da análise do discurso, não é o objetivo desta dissertação realizar uma análise de recepção do conteúdo. Por consequência também foram feitas comparações entre matéria telejornalística de emissoras concorrentes, além do levantamento da proporção de exibição de pautas sobre violência urbana em programas do gênero com veiculação em dias úteis na faixa da tarde ou começo da noite nas quatro maiores redes de televisão que atuam na cidade. Editores e repórteres destas atrações televisivas contribuíram com informações sobre formação profissional e conhecimento em relação às estatísticas de segurança em São Paulo. Outros profissionais da área foram entrevistados para falar sobre a situação do mercado de trabalho e contar a história do jornalismo na cobertura policial.

A linha de hipótese é baseada na possibilidade que uma sociedade contemporânea com uma atitude consumista, com uma média maior de idade, constantemente bombardeada por ofertas, formada por pessoas com atitudes individualistas cujo objetivo é sobreviver porque não tem confiança no futuro, esteja buscando uma orientação no mundo com o apoio do telejornalismo, um produto com grande penetração na sociedade paulistana, porém realizado com formação profissional sem especialização necessária para tratar um tema sensível como o

de segurança pública. Por ter uma baixa noção da realidade e nenhum novo questionamento que possa mudar o sentimento de insegurança, a população segue a acreditar que a violência na cidade esteja piorando mesmo quando as estatísticas apontam consecutivamente ao longo dos anos uma tendência inversa. Claro, cabe ressaltar que dentro desta possibilidade a TV não é um fator isolado na construção social do medo, porém a sua contribuição é motivo de dedicação de estudo devido ao grande alcance.

Então, o próximo capítulo vai trabalhar com os dados estatísticos sobre a segurança pública e sobre o medo de ser vítima de um crime. A terceira parte tem como foco a evolução da cobertura da imprensa dentro desta editoria a partir da década de 1950, quando a preocupação dos jornais impressos era promover a figura do “inimigo público número 1”, até os dias atuais com a apresentação dos telejornais exibidos por sinal aberto que tenham como hábito utilizar pautas relativas à violência. Pierre Bourdieu (1930-2002) e seus estudos sobre a televisão vão contribuir para a discussão. Também será demonstrado, por exemplo, o conceito de noticiabilidade com apoio teórico de Eugênio Bucci (1958), Mauro Wolf (1947-1996) e Christoph Türcke (1948) e a ideia de quadros da experiência social de Erving Goffman (1922-1982).

O quarto capítulo é dedicado à fundamentação da construção social do medo em duas bases. A primeira com a sustentação dessa sensação de temor com a teoria da cultura do narcisismo de Christopher Lasch (1932-1994) e o medo líquido de Zygmunt Bauman (1925-2017). A outra terá o foco na alimentação deste sentimento com alicerce no professor italiano Giuseppe Mininni (1950).

O quinto capítulo terá como princípio a percepção de repórteres e editores de pautas de segurança pública em TV aberta sobre a realidade dos números estatísticos e sua formação profissional, além de noção da própria realidade da população. Já o pesquisador Marcelo Nery, do NEV-USP, dará sua visão sobre o panorama atual do jornalismo nesse tipo de cobertura. E, com suporte de Eni Orlandi (1942), será realizada a análise de discurso diante da medição da proporção das pautas sobre violência urbana dentro de telejornais em canais abertos da cidade de São Paulo.

2 DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Desde o final da década de 1990 a cidade de São Paulo vem apresentando uma acentuada queda nos índices de crimes contra a vida. A taxa de homicídio doloso era de 51,90 vítimas por 100 mil pessoas em 2001 e diminuiu para 6,15 em 2018 (INFOCRIM, 2016). Uma redução de 88,15% do índice no período recortado. A utilização da taxa por 100 mil pessoas permite equiparar locais com diferentes números de habitantes e dá a oportunidade de comparação a longo prazo ao neutralizar o efeito de aumento populacional.



Figura 1 — Homicídio doloso por 100 mil habitantes na cidade de São Paulo nos últimos 18 anos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo divulga esses dados sobre a criminalidade em sua página de internet desde 1999 “tendo como objetivo racionalizar, unificar e aumentar a qualidade das estatísticas produzidas pelas unidades policiais e encaminhadas à Administração Superior da Secretaria da Segurança Pública” (SÃO PAULO, 2005, p. 3).

Independentemente da tipificação, para um crime ser incluído neste relatório oficial é preciso passar um por processo que tem início com a detecção da ilicitude, a notificação das autoridades policiais e o registro do boletim de ocorrência. “Pesquisas de vitimização realizadas no Brasil sugerem que, em média, os organismos policiais registram apenas um terço dos crimes ocorridos, percentual que varia de acordo com o delito” (SÃO PAULO, 2005, p. 4).

O fenômeno da subnotificação também pode variar de localidade para localidade. É uma situação que atinge a todos em âmbito internacional como apontou o Instituto Europeu de

Criminologia da ONU (UNICRI, 1992 apud SÃO PAULO, 2005, p. 9). A entidade efetuou uma pesquisa em 20 países para descobrir o percentual de crimes que foram comunicados à polícia local.

Tabela 1 — Índice de comunicação de crimes em países selecionados pelo Instituto Europeu de Criminologia da ONU

Taxa de notificação em cidades com mais de 100 mil habitantes de países selecionados							
	Inglaterra	Finlândia	Espanha	Itália	Costa Rica	Brasil	Argentina
Roubo de carro	93,9%	100,0%	80,9%	94,9%	73,7%	91,9%	90,3%
Furto de dentro do carro	74,3%	55,0%	29,2%	40,1%	22,1%	18,3%	53,8%
Vandalismo no carro	35,5%	36,1%	18,4%	14,9%	18,2%	0,9%	18,8%
Roubo de moto	93,5%	85,7%	85,4%	76,4%	91,7%	65,0%	79,5%
Roubo de bicicleta	74,6%	54,6%	40,9%	27,5%	35,7%	7,1%	41,4%
Arrombamento	94,6%	75,0%	70,8%	65,5%	50,8%	38,4%	68,9%
Tentativa de arrombamento	55,2%	22,2%	22,5%	20,9%	22,5%	19,3%	40,9%
Assalto	52,1%	28,6%	32,1%	37,5%	27,6%	19,1%	42,0%
Ofensas sexuais	16,4%	11,2%	3,6%	4,3%	9,3%	9,8%	43,0%
Agressão ou ameaça	41,7%	24,4%	24,4%	25,4%	29,9%	11,5%	34,4%

A propensão da vítima em registrar o delito sofrido ainda pode variar com uma série de fatores como a confiança no sistema policial e judiciário, o tipo do crime, o valor/prejuízo relativo ao bem subtraído e até o grau de relacionamento com o agressor. Por isso, a opção por efetuar a dissertação tendo como referencial os números relacionados ao homicídio, em especial o do tipo doloso, pelo fato de ser um crime com elevada notificação, não sofrendo bruscas variações em razão da maior ou menor atividade policial e, assim, gerando uma grande convicção que o indicador está mostrando o fenômeno vivido pela cidade. “Em outras palavras, estatísticas relacionadas a entorpecentes, armas, contravenções, crimes de trânsito e várias outras podem ser ‘positivas’ quando estão aumentando, se o aumento for reflexo da intensificação do trabalho policial” (SÃO PAULO, 2005, p. 12).

É sempre bom frisar que existem diferenças conceituais entre os diversos órgãos ao listar as estatísticas relativas aos casos de homicídio. Enquanto algumas instituições usam como base de dados a declaração de óbito devido à preocupação com a identificação da natureza da morte, a SSP tem como foco a vertente jurídica e criminológica usando como fonte o boletim de ocorrência cujo registro consta como caso de “homicídio doloso” e não contando casos classificados como “morte suspeita”, onde há dúvidas se foi suicídio, acidente, queda ou mal súbito, ou, por exemplo, “lesão corporal seguida de morte”. Logo são possíveis as variações numéricas devido a metodologia adotada por cada entidade. Uma amostra disso é vista no Atlas da Violência, um portal de base de dados, acessado em 2019, onde é possível obter os números fornecidos pelo Ministério da Saúde e pelas polícias brasileiras através de *download* ou

visualizados em vários formatos, como mapas e gráficos, cuja página principal destaca dez subtemas e inúmeros trabalhos produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ligado ao Governo Federal. O levantamento é realizado pelo próprio instituto em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Mais ampla por ter origem nos atestados de óbitos, esta base de dados tem como fonte o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde considerando a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10) relativas aos códigos X85 até Y09 (agressão por meio de drogas, medicamentos e substâncias biológicas; por meio de substâncias corrosivas; por meio de pesticidas; por meio de gases e vapores; por meio de outros produtos químicos e substâncias nocivas especificados; por meio de produtos químicos e substâncias nocivas não especificados; por meio de enforcamento, estrangulamento e sufocação; por meio de afogamento e submersão; por meio de disparo de arma de fogo de mão; por meio de disparo de espingarda, carabina ou arma de fogo de maior calibre; por meio de disparo de outra arma de fogo ou de arma não especificada; por meio de material explosivo; por meio de fumaça, fogo e chamas; por meio de vapor de água, gases ou objetos quentes; por meio de objeto cortante ou penetrante), Y35 (intervenção legal) e Y36 (operações de guerra).

Então, observadas as diferenças na metodologia de contagem entre os índices das duas entidades, é concebível entender que uma eventual vítima de um incêndio culposo em um local público vai constar na estatística do Atlas da Violência como homicídio, porém não estará na contagem de homicídios dolosos da SSP. Depois de ressaltar as particularidades de cada base de dados, é possível ver que a taxa de homicídio (10,14) do Atlas da Violência de 2016, é 24,85% maior que o número de homicídios dolosos (7,62) do mesmo ano contabilizado pela SSP.

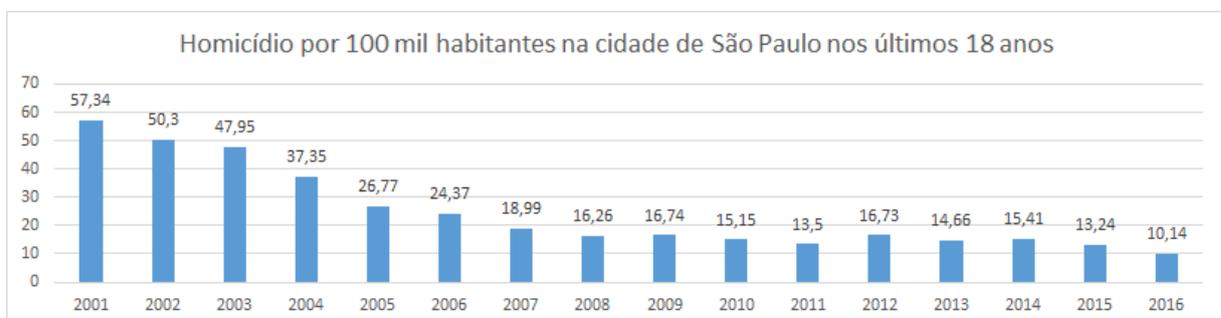


Figura 2 — Homicídio por 100 mil habitantes na cidade de São Paulo nos últimos 18 anos pelo Atlas da Violência

Apesar da diferença entre as taxas no ano de 2016 devido ao uso de fontes de dados distintas é perceptível a similar curva de redução no número de mortos em ambos os estudos. Restringindo o período comparativo das duas pesquisas entre 2001 até 2016 é constatada uma diminuição de 82,31% de homicídios no estudo do IPEA e um decréscimo de 85,31% de homicídios dolosos de acordo com a SSP.

São Paulo continua numa trajetória consistente de diminuição das taxas de homicídios, iniciada em 2000, cujas razões ainda hoje não são inteiramente compreendidas pela academia. Nesse debate, inúmeros fatores explicativos se somam (alguns evidenciados empiricamente, outros não), como: I) políticas sobre o controle responsável das armas de fogo; II) melhorias no sistema de informações criminais e na organização policial; III) fator demográfico, com a diminuição acentuada na proporção de jovens na população; IV) melhorias no mercado de trabalho; V) hipótese da *pax* monopolista do Primeiro Comando da Capital (PCC), quando o tribunal da facção criminosa passou a controlar o uso da violência letal, o que teria gerado efeitos locais sobre a diminuição de homicídios em algumas comunidades (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018, p. 24).

Levando em consideração os números da SSP, é concebível dizer que São Paulo deixou de ser uma cidade com característica de violência epidêmica desde 2015 tendo como parâmetro a Organização Mundial da Saúde, cujo critério vale para localidades com taxas inferiores a dez homicídios por 100 mil habitantes (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016). Caso seja utilizado o relatório do Atlas da Violência, é possível afirmar que a capital paulista está perto de superar essa barreira.

Porém, este não é a única tipificação criminal de alta notificação que sofreu grande redução. De acordo com a SSP, os índices relacionados aos delitos com automóveis também tiveram melhoras a partir de 2001. O furto e roubo de carros por 100 mil veículos sofreu uma contração de 69,98%. Isolado, somente o roubo de automóveis teve uma queda de 74,47% contra um decréscimo de 65,96% nos furtos. Quando levado em referência o cálculo por 100 mil habitantes a diminuição registrada de furto e roubo de veículos é de 45,10%.

Tabela 2 — Taxa de delito na cidade de São Paulo entre 2001 até 2018

Taxa de delito na cidade de São Paulo							
Ano	Vítimas de homicídio doloso por 100 mil habitantes	Furto por 100 mil habitantes	Roubo por 100 mil habitantes	Furto e roubo de veículo por 100 mil habitantes	Furto por 100 mil veículos	Roubo por 100 mil veículos	Furto e roubo de veículo por 100 mil veículos
2001	51,90	1099,04	1066,06	1032,52	1423,03	1275,53	2698,56
2002	45,90	1190,92	1137,27	907,16	1249,70	1035,15	2284,84
2003	42,08	1333,79	1237,66	868,17	1158,55	946,79	2105,34
2004	33,27	1540,44	1059,15	953,66	1195,91	1000,72	2196,62
2005	24,70	1620,89	1021,99	936,20	1212,41	928,18	2140,59
2006	20,00	1573,05	967,53	827,62	1048,65	749,53	1798,18
2007	14,96	1345,84	988,26	712,17	812,66	630,80	1443,45
2008	11,92	1393,03	988,28	672,60	737,59	537,01	1274,60
2009	11,62	1581,67	1105,83	708,42	700,34	581,84	1282,18
2010	11,23	1522,97	986,21	692,29	672,09	546,28	1218,37
2011	9,45	1752,53	969,82	736,32	645,97	611,82	1257,79
2012	13,16	1752,58	993,43	764,08	631,69	647,81	1279,50
2013	10,96	1758,69	1105,39	866,57	691,49	723,39	1414,88
2014	10,40	1656,42	1391,46	860,24	702,65	697,58	1400,23
2015	9,13	1524,63	1335,77	708,05	576,85	503,56	1080,41
2016	7,62	1575,33	1370,91	711,67	572,29	488,94	1061,23
2017	6,64	1655,99	1304,76	641,08	529,90	403,95	933,85
2018	6,15	1709,53	1153,39	566,84	484,36	325,58	809,94

Por outro lado, crimes cuja notificação é mais baixa tiveram um avanço nas estatísticas. A taxa de roubo por 100 mil habitantes no período subiu 8,19% e a de furto 55,54%. Porém, uma análise nos índices aponta uma estabilidade nos números logo depois de uma considerável alta no ano de adoção do registro destes tipos de crimes na Delegacia Eletrônica por meio de boletim de ocorrência eletrônico. Criada no ano de 2000 pelo Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de agilizar o processo de notificação, a Delegacia Eletrônica retira a necessidade de a vítima ir até uma delegacia da região ao aceitar a comunicação de 13 tipos de ocorrências. Podem ser notificados casos de furtos (incluindo de veículos), perdas (documentos, celulares e placa de veículos), ameaça, injúria, difamação, calúnia, desaparecimento e encontro de pessoas. Ao explorar a taxa de furtos é constatada uma aceleração de 47,48% do indicador entre 2001 até 2005, período coincidente à implantação e difusão do novo tipo de registro, contra um acréscimo de 5% nos números entre 2005 até 2018. Situação parecida com a flutuação de roubos na capital paulista, cuja notificação via Delegacia Eletrônica passou a ser permitida somente em 2013. Recortando os anos de 2001 até 2012, há uma queda de 6,85% no registro de roubos contra uma aceleração de 16% entre 2012 até 2018.

Apenas para ilustração e demonstração de mudança de comportamento no registro de delito com a facilidade do boletim de ocorrência eletrônico, na seção do sistema Infocrim da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (INFOCRIM, 2016) é possível coletar

os dados de todos os roubos de celular comunicados na cidade de São Paulo em dezembro de 2018. Ao todo foram realizadas 11269 notificações deste tipo de delito sendo 2279 (20,22%) solicitações pela plataforma on-line. Ainda é possível constatar que 61,65% dos furtos de celular foram informados via registro eletrônico, um total de 4918 casos de 7976 ocorridos naquele mês.

Apresentado o quadro onde é visto uma redução significativa nas últimas duas décadas em crimes com alto índice de notificação e estabilidade nos últimos dez anos em delitos de baixo índice de notificação, é presumível visualizar um aumento da sensação de segurança dos cidadãos de São Paulo.

Porém, não é o que apontam estudos de entidades civis. A Rede Nossa São Paulo, organização fundada em 2007, que articula e promove ações visando uma cidade de São Paulo justa, democrática e sustentável, realiza, em parceria com o IBOPE Inteligência, a pesquisa IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município), cujo primeiro levantamento ocorreu em 2008 com a divulgação dos resultados no ano posterior. O IRBEM revela o nível de satisfação dos paulistanos em relação à qualidade de vida e ao bem-estar na capital paulista em 25 áreas com 169 temas avaliados. Focada na população acima de 16 anos, a pesquisa realiza o período de campo no mês de dezembro com uma média de 1500 entrevistas por edição e com os resultados ponderados a fim de restabelecer a proporção de moradores de cada região do município. O intervalo de confiança é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de três pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. Houve ainda uma edição especial apresentada em 2017 com objetivo de auxiliar a formulação do Plano de Metas do município desenvolvido no início de cada gestão, mas por ocorrer uma mudança metodológica não será levada em comparação com os resultados anteriores que serão destacados por esta dissertação.

A pesquisa apresentou na 1ª edição, coletada em 2008, a informação que 31% dos moradores classificavam São Paulo como “nada seguro” para se viver. Em compensação, a 7ª edição, realizada em 2015, apontou que 41% dos moradores de São Paulo acreditavam que o município era “nada seguro” para se viver. Um aumento de dez pontos percentuais. Somado com os entrevistados que responderam que São Paulo era “pouco segura” para se viver (51%), esse número atinge 92% de participação, ou seja, nove em cada dez paulistanos não se sentem seguros na própria cidade (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2016, p. 54).

O levantamento ainda questionou qual a satisfação do paulistano com a segurança na cidade em uma escala de 0 a 10. Um dado que vem apresentando uma queda constante em toda

série. Enquanto a nota média foi de 3,8 na 1ª edição de 2008, o índice ficou em 3,2 na 7ª edição coletada em campo em 2015 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2016, p. 36). Uma queda de 16%.



Figura 3 — Satisfação com a segurança na cidade de São Paulo pela Rede Nossa São Paulo

Já a edição especial apresentada em 2017 perguntou qual a satisfação do paulistano com a segurança de uma maneira geral na escala de 0 a 10 e constatou que a nota média foi de 2,9 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017b, p. 260).

Vale destacar que a entidade ainda divulgou um crescimento no percentual total de notas de 1 até 5 dadas pelos entrevistados ao longo dos anos. Em 2009, 75% das notas ficavam nessa faixa, sendo que o número aumentou para 84% nas edições de 2013, 2014 e 2015 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017a, p. 36). Já na edição especial divulgada em 2017 com metodologia diferente, 88% dos entrevistados deram notas entre 1 até 5 para a satisfação com a segurança na cidade de São Paulo de uma maneira geral (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017b, p. 260).

O levantamento também ofereceu uma lista aos entrevistados e solicitou até três menções ao perguntar em quais situações a pessoa sentia mais medo na cidade de São Paulo. O quesito “violência em geral” dividiu a liderança com “assalto / roubo”, item que teve um aumento de 15% em sete anos de pesquisa. Destaque também para “sair à noite”, cujo índice dobrou no período (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2016, p. 55).

Do que tem mais medo no dia-a-dia em São Paulo?									
	2008		2013		2014		2015		Variação entre 2014 e 2015
	%	rank	%	rank	%	rank	%	rank	
• Violência em geral	78	(1º)	72	(1º)	67	(1º)	72	(1º)	+5 p.p
• Assalto /roubo	57	(2º)	60	(2º)	66	(2º)	72	(2º)	+6 p.p
• Tráfico de drogas	37	(3º)	34	(3º)	41	(3º)	39	(3º)	-2 p.p
• Sair à noite	17	(4º)	27	(4º)	37	(4º)	34	(4º)	-3 p.p
• Trânsito	16	(5º)	12	(5º)	14	(5º)	13	(5º)	-1 p.p
• Alagamentos	6	(7º)	8	(7º)	8	(8º)	12	(6º)	+4 p.p
• Atropelamentos	7	(6º)	11	(6º)	10	(6º)	11	(7º)	+1 p.p
• Torcidas de futebol	6	(8º)	7	(8º)	7	(9º)	8	(8º)	+1 p.p
• Multidão	3	(9º)	3	(10º)	9	(7º)	6	(9º)	-3 p.p
• Dirigir	2	(10º)	4	(9º)	5	(10º)	3	(10º)	-2 p.p
• Andar de metrô /ônibus /trem	1	(11º)	2	(11º)	3	(11º)	2	(11º)	-1 p.p
• Não sente medo de nada	2		3		3		1		-2 p.p
• Nenhuma destas opções /outras	-		1		2		1		-1 p.p
• NS/ NR	-		-		1		-		

■ Situações em que houve aumento da sensação de insegurança ■ Situações em que houve queda na sensação de insegurança

Figura 4 — Do que tem mais medo no dia-a-dia em São Paulo? Rede Nossa São Paulo

Aliás, a edição especial apresentada em 2017, que investigou 17 áreas em 71 aspectos com 1001 entrevistados, aponta o tema da segurança como o terceiro mais importante para os paulistanos, perdendo apenas para educação e saúde (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017a, p. 31).

Uma preocupação constante na mente dos moradores que pode limitar os locais por onde transitam, evitar o uso de transporte coletivo e deixar de frequentar encontros sociais principalmente no período noturno (BAUMAN, 2008, p. 10). É factível pensar em uma dissonância cognitiva (MAYHEW, 2015, p. 93) entre a atual incidência de crimes violentos e o que é percebido pelo paulistano? Existe uma topofobia coletiva em relação à cidade?

Em *Fear of Crime: Interpreting Victimization Risk*, Kenneth F. Ferraro (1995) distingue os dois conceitos de modo eficaz. [...] O autor explica como pessoas usam dos recursos do mundo a sua volta para interpretar certas situações como perigosas – e quais os efeitos que isso traz para suas vidas. Tal tese é chamada de Modelo de Interpretação de Risco (MIR). [...] O corolário deste arcabouço teórico compreende três conceitos. Primeiro, há o risco real, que capta a chance objetiva de vir a ser vítima de determinado tipo de crime. É o que os *surveys* de vitimização tentam prever. O risco percebido vem em segundo. Ele define o julgamento cognitivo pelo qual se interpreta uma situação como perigosa. Para tanto, pode-se usar de toda a informação disponível ao redor: estatísticas oficiais, taxas de vitimização, notícias de jornal, conversas com conhecidos, traços de incivilidade no bairro, percepção de si como ‘boa vítima’, experiência de vitimização prévia ou de algum outro dado significativo. Em terceiro e por último, o medo do crime, que representa uma resposta emocional de pavor que pode ocorrer após a percepção de risco (DE MELLO, 2016, p. 174-175).

Em artigo publicado na Revista Brasileira de Segurança Pública em agosto/setembro de 2016, David Maciel de Mello, sociólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, abordou as variações do sentimento de segurança/insegurança na Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009. Depois de delinear os conceitos de “risco real”, “risco percebido” e “medo do crime”, o pesquisador explorou a sensação de segurança de acordo com as respostas dos entrevistados em três níveis geográficos de referência: o domicílio, o bairro e a cidade. À primeira vista, ele levantou a hipótese que o sentimento de segurança seria geograficamente acumulável, enquanto o de insegurança teria o lar do cidadão como nível preponderante.

Tabela 3 — Número e distribuição de entrevistados, segundo grupos geográficos de sentimento de (in)segurança na PNAD 2009

Número e distribuição dos entrevistados, segundo grupos geográficos de sentimento de (in)segurança na PNAD 2009						
Classificação do Grupo	Nome	Domicílio	Bairro	Cidade	Número Absoluto	Distribuição(%)
Majoritário	1. Sentimento de segurança total	Seguro	Seguro	Seguro	87100	46,00%
Majoritário	2. Sentimento de insegurança generalizado	Inseguro	Inseguro	Inseguro	36542	19,30%
Majoritário	3. Sentimento de insegurança somente na cidade	Seguro	Seguro	Inseguro	31123	16,40%
Majoritário	4. Sentimento de insegurança no espaço público	Seguro	Inseguro	Inseguro	25395	13,40%
Minoritário	5. Sentimento de insegurança somente no bairro	Seguro	Inseguro	Seguro	2875	1,50%
Minoritário	6. Sentimento de insegurança somente no domicílio	Inseguro	Seguro	Seguro	2273	1,20%
Minoritário	7. Sentimento de insegurança nos espaços mais conhecidos	Inseguro	Inseguro	Seguro	2181	1,10%
Minoritário	8. Sentimento de insegurança nos extremos	Inseguro	Seguro	Inseguro	1840	1,00%

Depois do grupo que apresenta um sentimento de segurança total neste levantamento de caráter nacional, aparece o grupo com um sentimento de insegurança generalizado, cuja vitimização da violência é temida na cidade, no bairro e até dentro da própria casa. Por fim, os outros dois grupos majoritários apontam o sentimento de insegurança no espaço público (bairro ou cidade). De acordo com o artigo, este padrão de resposta foi visto em 26 das 27 unidades federativas do país, excetuando-se o estado da Paraíba.

Reunidos todos estes dados é concebível a visualização da sociedade paulistana em descompasso com a atual realidade da segurança pública na capital e com uma tendência de alta na sensação de insegurança. Considerando que a sensação de (in)segurança possa ser geograficamente acumulável e levando em conta que mais de 20% da população brasileira não se sente protegida nem dentro de casa, é viável imaginar qual fator da residência do indivíduo está levando a esta dissonância cognitiva ao afetar o “risco percebido” de ser vítima de um

crime e ao próprio “medo de crime”. A televisão aberta com seus programas jornalísticos teria alguma influência neste processo?

De acordo com a PNAD de 2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 89), 96% dos domicílios no país contavam com ao menos uma televisão em casa. Número superior ao de geladeiras (93,9%), máquinas de lavar roupa (44,3%) e de casas com rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora (60%). Ou seja, existe a universalização desse aparelho. E em cada um dele há diversas emissoras cujo um dos grandes referenciais é a programação jornalística, responsável por representar os fatos e ser o ponto intermediário entre o que está acontecendo no mundo e o indivíduo (MICHAUD, 2001). Para Beatriz Becker (2006, p. 70), pós-doutora em Mídia e Comunicação pela *Goldsmiths, University of London* e em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o telejornal ocupa um espaço estratégico na programação das redes, assim como nos discursos da mídia contemporânea por causa da linguagem objetiva que visa garantir a verdade ao conteúdo dessa fala.

Uma das metas em grande parte das emissoras de TV é atrair a atenção do maior número de pessoas para a sua programação obter um melhor número de audiência e, assim, poder cobrar mais pelo valor do espaço publicitário de seus anunciantes. Utilizar fatos ou notícias que possam interessar a todo mundo é uma das táticas recorrentes e, sabendo que segurança é um dos temas que mais mexem com os cidadãos paulistanos, nada mais oportuno que noticiar os casos de violência pela capital do Estado.

Desejaria, então, desmontar uma série de mecanismos que fazem com que a televisão exerça uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica. A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la. A sociologia, como todas as ciências, tem por função desvelar coisas ocultas; ao fazê-lo, ela pode contribuir para minimizar a violência simbólica que se exerce nas relações sociais e, em particular, nas relações de comunicação pela mídia. Tomemos o mais fácil: as notícias de variedades, que sempre foram o alimento predileto da imprensa sensacionalista; o sangue e o sexo, o drama e o crime sempre fizeram vender, e o reino do índice de audiência devia alçar a primeira página, à abertura dos jornais televisivos, esses ingredientes que a preocupação de respeitabilidade imposta pelo modelo da imprensa escrita séria levava até então a afastar ou a relegar (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Por estar sujeito à prova do veredito do mercado por meio da punição direta do público ou de forma indireta dos índices de audiência, o jornalismo também enxerga a notícia como um produto (MEDINA, 1988, p. 15). De acordo com Bucci e Kehl (2004, p. 130) é válido destacar que existem momentos de excelência jornalística nas emissoras comerciais, porém esta não

pode ser considerada a regra geral porque o negócio do telejornalismo não é o jornalismo e sim a atenção dos olhares da audiência para posteriormente comercializá-los para os anunciantes. Na visão dos autores, verdade e mentira deixam de ser um ponto central. Na concepção de Guy Debord, o espetáculo não é uma coleção de imagens, mas uma “relação social entre pessoas, mediada por imagens” (1997, p. 14). Com a televisão exercendo a ideia de ser a agente do espetáculo de si mesma e com a demanda por imagens violentas de fácil compreensão para a maioria com objetivo de crescer a audiência, as emissoras estabelecem a possibilidade de transformar um evento isolado em uma notícia transmitida até a exaustão. Por consequência, restringem o foco ao fato noticioso e relegam o contexto dele em um cenário mais amplo.

Para Barbosa e Kahn (2001), o recorte da pauta de segurança pública manifesta o surgimento de um processo, talvez involuntário, de preferência por noticiar certas modalidades de crime, além de ser um retrato construído de forma incompleta devido ao fato que o crime e suas consequências recorrentemente são os aspectos mais destacados, quando não os únicos. Em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura em 2003, cuja transcrição está disponível no site da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, o professor e comunicador espanhol Jesús Martín-Barbero apontou para esta direção ao ser questionado se a televisão seria o novo espaço público em substituição às cidades.

Falei muitas vezes que, depois de estudar tanto a novela, aprendi com a minha pesquisa que as pessoas se divertem muito mais com a novela quando vão contá-la do que quando vão vê-la. Isso é fundamental, porque assim entendemos que esse espaço público da mídia, especialmente da televisão, é um espaço público não apenas quando assume esse papel, quando faz debates políticos nas eleições ou quando há grandes debates. Não! É como a TV estabelece a agenda e como estabelece os temas a partir dos quais as pessoas se relacionam. Então, não é exatamente a mídia que é o espaço público, mas essa comunidade que se forma por meio da mídia e que leva as pessoas, ao se encontrarem, a falar da mesma coisa, protestar contra a mesma coisa e ficar com medo da mesma coisa. Por exemplo, estamos convencidos de que a mídia multiplica por 10 a insegurança real das cidades. A sensação é que o problema é 10 vezes mais grave. Nesse sentido, é um espaço público em que as pessoas tanto se liberam quanto aumentam seu fardo (MARTÍN-BARBERO, 2003).

3 O JORNALISMO E A EDITORIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Em sua obra “Sobre ética e imprensa” (2004), Eugênio Bucci cita o colega francês Bernard Miège, professor de Teoria da Comunicação, para demarcar as transformações que ocorreram na história da imprensa, um fruto das revoluções que construíram a democracia moderna. A primeira fase, em meados do século XVIII, foi da imprensa de opinião com estilo literário e polêmico. A vertente comercial apareceu no século seguinte sem o objetivo principal de influenciar no campo político, mas de olho na necessidade de consumo dos próprios leitores. O terceiro passo foi dado na metade inicial do século XX com o surgimento dos meios de massa audiovisuais, atraindo uma atenção maior para as notícias publicadas. E, a partir da década de 1970, tem início a era da difusão da comunicação, onde todos conseguem a chance de se promover e organizar os conteúdos para a massificação na mídia. Nenhum estágio substituiu o anterior, todos eles existem até hoje, porém, em um campo mais amplo graças a hegemonia da comunicação generalizada.

Para Pierre Bourdieu (1997), o jornalismo tem leis próprias e é definido pela posição no mundo globalizado, além das atrações e repulsões que sofre por ser um microcosmo em luta com outros microcosmos. Estabelecendo como ponto inegociável o princípio de liberdade de imprensa e seu inestimável benefício na dimensão pública e civil, cabe ao jornalista, dentro da sua ética, além de informar a todos, dar voz às mais variadas correntes em busca da “defesa da liberdade, da verdade, da justiça, da pluralidade de opiniões e de pontos de vista, e da vigilância dos atos do governo” (BUCCI, 2004, p. 18).

A imprensa conseguiu a sua emancipação ao estabelecer um sistema central ávido por relatar fatos e acontecimentos levando à consequente libertação da censura do Estado e à instalação da livre circulação de pensamentos, “contribuindo, dessa forma, para a realização dos mais caros direitos civis e humanos” (TÜRCKE, 2010, p. 18). Por isso, o jornalista tem como motivação primária “a existência do direito à informação, o qual pertence ao cidadão” (BUCCI, 2004, p. 46). Afinal de contas, é o público que paga a conta, seja diretamente ao assinar, por exemplo, um serviço de TV ou pelo fato de ser o objeto de desejo dos anunciantes que investem nos espaços publicitários querendo conquistá-lo.

O que importa destacar é que tanto os jornalistas da TV Cultura como a sua programação estão expostos às leis de mercado, assim como os jornalistas e programas das emissoras comerciais. O repórter da Rede Globo e o da TV Cultura disputam o mesmo mercado: são assalariados em busca de melhores proventos, e não diferenciam eticamente o fato de trabalhar numa televisão pública do de trabalhar numa rede privada. Nem há por que diferenciar. O jornalista é um trabalhador

intelectual assalariado e vai exercer sua profissão em qualquer órgão de imprensa que respeite a função social que ele representa e que o pague direito. Se pagar bem, tanto melhor (BUCCI, 2004, p. 76).

Ao contrário de outras áreas do conhecimento, o campo do jornalismo possui uma dependência maior de forças externas. “Ele depende muito diretamente da demanda, está sujeito à sanção do mercado, do plebiscito, talvez mais ainda que o campo político” (BOURDIEU, 1997, p. 76). Logo, praticar o jornalismo sem refletir sobre o seu exercício já não é o suficiente. Qualquer cidadão admirador da democracia tem o conhecimento de como deve ser feito e pode ser realizado o bom jornalismo. Uma diferenciação única entre tantas profissões.

Como é sabido, cabe à imprensa o dever de formar, de esclarecer e de abrir para o público o acesso não apenas à informação, mas do mesmo modo à educação e aos caminhos do conhecimento, guardando também em relação ao senso comum uma distância crítica. O jornalismo só faz sentido na democracia, na observância dos direitos humanos, numa sociedade que cultive a pluralidade e as diferenças de opinião. Na defesa desses temas, é bom frisar, o jornalista nunca é isento, neutro e equânime, mas sempre é um militante. O jornalista é democrata por definição pelos próprios pressupostos institucionais que alicerçam o ofício. Quem não é democrata não pode ser jornalista. O jornalismo a favor de uma ditadura é algo tão despropositado quanto um sindicato a favor do pelourinho. O efeito político do bom jornalismo é o fortalecimento da democracia: esta é a sua causa nobre. Por isso o jornalismo é, ou deve ser, ou deve-se esperar que seja, um fator de educação permanente do público - um fator de combate aos preconceitos, sejam eles quais forem (BUCCI, 2004, p. 49).

De maneira mais objetiva, equilibrada e fiel, o jornalismo deve transmitir para a sociedade o que seus integrantes fazem, sentem ou pensam como exaltado pelo Comitê de Ética da *American Society of Newspaper Editors* na década de 1920 (BUCCI, 2004, p. 50). É necessário entregar ao cidadão alguma coisa a mais, nem que seja um pequeno progresso do fato. O jornalismo tem como ideia “de que o poder emana do povo e de que o público, como conjunto de cidadãos, tem o direito de saber. É porque o poder emana do povo que o povo tem o direito de saber. É por isso que existe o jornalismo como função pública” (BUCCI; KEHL, 2004, p. 134).

Apesar de bem delineado, o jornalismo convive com um dilema cuja resolução potencialmente possa nunca se tornar uma realidade: a verdade dos fatos jamais deixará de ser uma versão dos fatos, o equilíbrio do relato é um discurso “e, como tal, inevitavelmente ideológico” (BUCCI, 2004, p. 51). A objetividade perfeita nunca será alcançada mesmo com uma alta dose de boa intenção devido ao fato que os meios de comunicação possuem vínculos frágeis com a busca pela verdade devido aos princípios. “Antes de qualquer coisa, ‘a’ verdade, a que se quer ‘grande’ ou mesmo suprema (e, portanto, a Verdade), atrai a vida das pessoas do ponto de vista da qualidade, caracterizando-as como ‘honestas’, ‘críveis’, ‘confiáveis’ e

‘justas’” (MININNI, 2008, p. 120). Por conviver ancorada na lógica econômica, a televisão e as outras mídias passaram a focar na quantificação das coisas ou fatos, logo, na melhor das hipóteses, podem apenas colocar frente a frente ‘as’ verdades e assumir que as versões dos acontecimentos são obrigatoriamente parciais e cujo resultado é criar pequenas verdades. Cabe destacar ainda que a busca pela verdade também é “incompatível com a lógica dos conglomerados comerciais de mídia dos nossos dias” (BUCCI; KEHL, 2004, p. 129) porque a notícia está a serviço do espetáculo do consumo.

A ética na comunicação de massa não pode ser pensada a partir das mesmas balizas que nos guiam para discutir a ética na imprensa. O termo imprensa designa a instituição constituída pelos veículos jornalísticos, seus profissionais e seus laços com o público. Refere-se, portanto, ao relato das notícias e ao debate das ideias em jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, além de sites da internet. Sua ética deve primar pela busca da verdade factual, da objetividade, da transparência, da independência editorial e do equilíbrio. Já o conceito de ‘meios de comunicação de massa’ traz em si, desde a origem, o embaralhamento sistêmico entre fato e ficção, entre jornalismo e entretenimento, entre interesse público, interesses privados e predileções da esfera íntima. A assim chamada ‘comunicação de massa’, além de modificar para sempre a própria natureza da imprensa, tende a misturar os domínios da arte e do jornalismo num mesmo balaio de imposturas éticas, prontas para o consumo e inimigas da virtude tanto artística (criar em conformidade com a imaginação) quanto jornalística (falar em conformidade com a verdade factual) (BUCCI; KEHL, 2004, p. 127).

Como consequência, a percepção de neutralidade surge como uma “ilusão de ótica” (BUCCI, 2004, p. 102), onde o equilíbrio almejado pelo jornalista flutua de acordo com a transformação da cultura e a mentalidade do público. Porém, “se não pode oferecer a verdade, o que a imprensa pode proporcionar? Ela pode oferecer a confiabilidade” (p. 52).

Para isso a mídia estipula com seus usuários contratos de semelhança um regime sociocognitivo mais adequado às práticas de comunicação da sociedade contemporânea. Porém, a respeitabilidade que os indivíduos atribuem aos meios de comunicação costuma ser uma fonte implícita de autoengano. Pelo fato de ter sido selecionada, a notícia tende a ser percebida como verdadeira, mesmo que por vezes possa parecer inadmissível. A pretensa credibilidade dedicada às mídias comporta um efeito de veridicção, cujas técnicas exploram todos os recursos semióticos para estabelecer um clima de probidade e competência, além de gerar impressão de objetividade. Um exemplo é a passagem do repórter dentro da matéria, um momento onde o jornalista aparece no lugar do evento para garantir a função argumentativa de testemunha dos fatos (MININNI, 2008, p. 122).

Aperfeiçoar princípios e valores sobre os quais está a sua própria liberdade dentro de uma rotina pesada. O filósofo alemão Christoph Türcke alerta, com base em sua filosofia da sensação, sobre uma tríplice pressão em cima da função (2010, p. 19). A pressão para a escolha

imediate diante de uma superoferta de notícias, a pressão de conseguir uma imposição da sua escolha de notícia perante os concorrentes e pressão com a qual às notícias devem ser disparadas para o público em busca de aderência à pauta e evitando que a seleção feita não seja dissolvida no fluxo de informação. E tendo que cumprir todos estes objetivos agindo com responsabilidade social e consciência, sem abusar do poder que tem em mãos para destruir reputações ou deformar instituições democráticas (BUCCI, 2004, p. 11). Aliás, uma preocupação de Bourdieu, que ainda destaca o outro lado da moeda. Para o francês, a pressão realizada pelos jornalistas “orienta por vezes muito fortemente o trabalho dos juízes” (1997, p. 82) ao pretender ser o porta-voz da “emoção popular” ou da “opinião pública”. O pensador ainda conclui que a televisão “expõe a um grande perigo as diferentes esferas da produção cultural, arte, literatura, ciência, filosofia, direito” e, mesmo contando com profissionais da notícia bem-intencionados, “ela expõe a um perigo não menor a vida política e a democracia” (p. 9-10).

Apesar das tentações que surgem no horizonte para sobrepor barreiras éticas da profissão, Eugênio Bucci ressalta que a democracia atual no Brasil deve muito ao jornalismo e a seus operários da notícia. O professor ainda recorda que “o jornalismo é conflito, e quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar” (2004, p. 11). Outra fronteira a ser vigiada é em relação ao sensacionalismo, que por vezes é confundido com “jornalismo popular”. Bucci define que “sensacionalismo é o jornalismo que se curva ao preconceito, intensificando-o” (2004, p. 154), agravando a paranoia no público, obscurecendo a razão e “desesclarecendo” o telespectador (BUCCI; KEHL, 2004, p. 245).

Insinua-se nas metrópoles uma contrafação cabocla do neonazismo austríaco, francês e alemão. Além disso, a violência urbana leva as pessoas a pedir linchamentos de malfeitores e a defender ações policiais que sumariamente assassinem os suspeitos de delinquência. O papel do jornalismo não é fazer coro com essa mentalidade, mas o contrário: é combatê-la. Aí se distingue o sensacionalismo, que acirra os preconceitos, da imprensa de qualidade. E isso é uma questão de sobrevivência. O que garante a liberdade de imprensa já não é a opinião pública transformada na multidão consumista, mas o regime democrático que, na sua base, garante a vida humana e o respeito às diferenças. Hoje, a fé na opinião pública não pode mais ser cultivada como um mito pelos jornalistas. Ela deve ser atualizada pela fé no aperfeiçoamento de mecanismos democráticos que garantam a pluralidade. Já não é aceitável o argumento dos que dizem oferecer aquilo que “o povo pede” (BUCCI, 2004, p. 175-176).

3.1 Produção jornalística

Mas, afinal de contas, o que é o conceito de notícia? Para o professor Eugênio Bucci (2004) é a informação que revelada mexe com as expectativas das pessoas em relação ao mundo que vivem tanto no futuro quanto no passado, não sendo apenas uma “novidade”, alterando o arranjo dos fatos, dos poderes e das ideias em algum nível afetando as relações humanas.

Não basta divulgar os relatos, é preciso descobrir aquilo que não queira ser divulgado, aquilo que o cidadão quer e precisa saber, mesmo que outros indivíduos não desejem isso. Seguindo essa linha, o pensador destaca que sempre há uma vítima da notícia, alguém que perde com a veiculação de uma informação que era guardada em segredo. Logo, em torno da imprensa existe um jogo de interesses sem fim (p. 42), pois não faltam pessoas ou grupos concedendo informações que preferem não se identificar com o objetivo de prejudicar algo ou alguém.

Já Türcke (2010, p. 14) busca na história a ideia de “*res publica*” para definir o conceito. De acordo com o pensador alemão, o nome “notícia” só merece ser dado àquilo que diz respeito a todos. O termo em latim significa a “coisa pública” e surgiu na Roma antiga para designar “a todos”, que na época era formado pelo grupo de pessoas livres e que participavam da reunião do conselho.

Os modernos confeccionadores de notícias precisam frequentemente decidir, em questão de minutos, ou mesmo segundos, quais notícias querem veicular. Eles têm pouca oportunidade para preocupar-se com as fundações teológicas de sua atividade. [...] Nenhum estabelecimento jornalístico funciona sem pressupor que haja a notícia imprescindível, a que deveria ser veiculada e a que poderia sê-lo; nenhum que não possua um consenso de base a respeito daquilo que uma notícia deve de qualquer maneira realizar: sobressair. Todos os debates de redação giram apenas em torno de como isso se dá ou deveria dar-se, e aqui também há um mínimo denominador comum: a notícia tem que ser nova. Notícias em inglês são chamadas de *news*. A visita de Estado de ontem não se encaixa mais hoje nas *news*, mesmo que nem todos se tenham inteirado dela, a não ser que tenha resultado em um escândalo e que leve a desdobramentos que por sua vez só possam ser entendidos se remetidos a ela. Ser, porém, meramente nova não é suficiente. O novo também tem que ser compreensível (TÜRCKE, 2010, p. 15-16).

Porém, o que é preciso para algo virar notícia? Na visão de Mauro Wolf, o conceito de noticiabilidade se refere a uma série de critérios, operações e dispositivos que possibilitam os instrumentos de comunicação a escolher diariamente de um número indefinido de acontecimentos, uma quantidade limitada e sólida de notícias. Uma padronização sobre os eventos imprevisíveis que ocorrem a cada instante ao redor do mundo. A meta é fornecer uma lista de temas relevantes e interessantes, porém, apesar de parecer um objetivo simples, a

realização desta produção é complexa porque o cotidiano é formado por uma abundância de fatos.

Como qualquer outra organização complexa, um meio de informação não pode trabalhar com base em fenômenos idiossincrásicos. Deve reduzir todos os fenômenos a classificações construídas para esse fim, do mesmo modo como os hospitais ‘reduzem’ cada paciente a um conjunto de sintomas e doenças [...]. Essas exigências ligadas à superabundância de acontecimentos indicam que os aparatos de informação, com o objetivo de produzir notícias, devem satisfazer (entre outras coisas) três tarefas:

1. devem tornar possível o reconhecimento de um evento (inclusive dos excepcionais) como evento noticiável.
2. devem elaborar modos de relatar os eventos, que não levem em conta a pretensão de cada acontecimento de ser uma exposição idiossincrásica.
3. devem organizar o trabalho temporal e espacialmente de maneira tal, que os eventos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de modo planejado. Essas tarefas estão inter-relacionadas (TUCHMAN, 1977, p. 45 apud WOLF, 2008, p. 194).

Wolf, professor de técnica de linguagem, ainda menciona a existência de restrições conexas à organização do trabalho que estabelecem convenções profissionais, cujo resultado determina a definição de notícia legitimando o processo produtivo e, assim, evitando o risco de críticas do público. É possível que cada acontecimento tenha uma “aptidão” para ser transformado em uma notícia. É concebível perceber a inviabilidade desse processo ser orientado por uma rigidez pré-estabelecida. A execução de ajuste e até de flexibilização leva à ideia de um critério de noticiabilidade negociada pelos jornalistas devido ao possível grau de importância do fato. Algo que pode ocorrer em diversos pontos da cadeia produtiva.

Um componente do procedimento de noticiabilidade é o valor/notícia (2008, p. 202), cuja função é apontar os acontecimentos suficientemente interessantes, significativos e relevantes que podem ser transformados em notícia. Acima de tudo, “a prática da informação corresponde ao desejo humano de participar do evento, de estar lá onde as coisas acontecem” (MININNI, 2008, p. 123). É a qualidade do evento ou da sua construção diante de referências claras e disponíveis que possam ser compartilhadas.

Além disso, está presente nas interações diárias dos jornalistas como regras práticas que explicam, guiam e viabilizam todo o processo de trabalho em uma redação. Em resumo, uma lógica para tipificar de forma objetiva e eficiente, além de permitir a repetição do processo ao conceder uma seleção de material não suscetível a muitos obstáculos (tempo, esforço e dinheiro) e com um grau de flexibilidade e comparação.

O valor/notícia nasce das considerações relativas ao conteúdo, disponibilidade do material, público e da concorrência. Já a coleta dos materiais informativos dentro da rotina de produção é sustentada em boa parte com fontes, agências de notícias e muito planejamento:

Outra característica da fase de coleta é a influência exercida pela ‘preocupação de ter notícias suficientes; enquanto estas deveriam ser idealmente novas, motivos ligados à organização do trabalho impedem muita novidade. Uma série de vencimentos não superáveis impõe uma programação cuidadosa, com o objetivo de ter notícias suficientes para colocar no ar na hora do noticiário [...]. Este é o motivo pelo qual a maior parte das notícias deve ser conhecida horas (ou dias) antes do noticiário. [Visto que se deve estar em condições] de distribuir às equipes de filmagem, é necessário possuir um conhecimento preliminar sobre os acontecimentos noticiáveis. Por isso, conta-se com certas fontes para a maioria das notícias [...]. É assim que os eventos planejados e previstos têm uma boa noticiabilidade’ (Altheide, 1976, p. 67). A fase da coleta dos materiais noticiáveis é influenciada pela necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias, a fim de conseguir confeccionar, a cada vez, o produto exigido (WOLF, 2008, p. 231).

Segundo Wolf, o “faro jornalístico” pode ser definido como uma capacidade padrão, oriunda do valor/notícia, de encaixar instantaneamente fatores muito diferentes (p. 265). Porém, outro autor aponta para uma corrupção do conceito da lógica de notícia:

Mas desde o século XVII, quando os panfletos esporádicos foram gradualmente se tornando jornais com tiragem regular, ou seja, quando se tornaram empresas que iriam à falência se o material noticiável se exaurisse, iniciou-se uma reviravolta significativa. O meio precisa ser semanalmente, depois diariamente, alimentado com matérias dignas de serem noticiadas, para que ele possa continuar a existir e, quando se torna questionável se os eventos correntes dizem respeito a todos, é necessário que se faça que digam. Assim, a confecção de notícias recebe uma nova ênfase. Não mais representa apenas a ornamentação de acontecimentos explosivos, mas também o fazer explosivo dos acontecimentos. A lei de base da lógica da notícia conduz à sua própria inversão: ‘A ser comunicado, porque importante’ superpõe-se a ‘Importante, porque comunicado’. Essa superposição é o tributo sistêmico que o estabelecimento de empresas de notícias e seu gradual crescimento em uma rede de informação abrangente custou. Pode-se chamá-la de perversão da lógica de notícia. Porém não se pode esquecer que nenhum sistema de notícias moderno continuaria a existir sem ela (TÜRCKE, 2010, p. 17-18).

Com todas essas pressões e interesses dentro desse complexo processo, a redação, em sua maioria autônoma (BUCCI, 2004), exerce um papel importante até pelo fato de o poder de decisão estar ancorado em grande parte nas chefias dos veículos de comunicação. Editores, editores-chefes e diretores de jornalismo trabalham com uma imensa quantidade de alternativas que exigem escolhas a cada minuto.

Além de definir qual informação será noticiada e o destaque dela devido à sua importância, é necessário também executar um trabalho de logística para escalar os repórteres para cada cobertura, qual matéria será descartada para a entrada de uma com um assunto de maior relevância ou correr contra o relógio para conseguir exibir algo exclusivo antes da concorrência. A seleção do material recebido na redação, oriundo da reportagem ou das agências, é o sistema de conversão dos acontecimentos coletados em notícias.

Se todas as fases do processo até aqui agiram no sentido de descontextualizar os fatos do âmbito social, histórico, político e cultural, cabe à edição realizar a operação inversa para contextualizar no formato do noticiário, sendo, no caso televisivo, uma representação sintética com começo, meio e fim (WOLF, 2008, p. 259-260). O autor completa lembrando que o jornalista radiotelevisivo sofre com certa limitação na coleta por causa dos recursos disponíveis, sendo a produção da informação na TV, em grande parte, a confecção passiva de notícias que não podem faltar no telejornal.

Já Bourdieu ressalta que o jornalista que trabalha nesta mídia convive com um certo número de questionamentos específicos devido a um alcance maior de público se comparado com outros meios de imprensa (1997, p. 18).

Por consequência, por estar em busca do sensacional, do espetacular, a televisão convida à “dramatização” ao colocar em cena imagens e exagerar a importância (BOURDIEU, 1997, p. 25). Em consonância, Bucci (2004, p. 143-144) ressalta o paradigma estabelecido pelo Jornal Nacional da Rede Globo pela tendência em encerrar cada edição diária do programa com alguma história edificante, como se fosse um “final feliz”, por causa da influência da estrutura de narrativa melodramática das novelas, que formaram o hábito da audiência televisiva no Brasil. Para o pesquisador, o telejornalismo não escapa da “teatralização do relato factual” e complementa que a grande maioria dos programas não prima pela separação entre opinião e notícia, como é visto nos jornais impressos, sendo assim, muito raramente o telespectador é convidado a ouvir a leitura de um editorial de forma clara e direta.

A prática jornalística nunca dependeu tanto da reflexão e do estudo como agora. Uma redação não é um balcão onde notícias são empacotadas. Uma redação é um núcleo encarregado de pensar. Ela é tanto melhor quanto melhor for a sua capacidade de elaboração coletiva. A qualidade do que ela apura, escreve, narra, edita, fotografa e desenha é consequência do modo como ela pensa - ou do modo como ela não pensa. Jornalistas não são ‘mineradores’ de informação exclusiva que ocasionalmente são instados a pensar, mas precisam ser pensadores com grande capacidade executiva. O jornalismo é uma atividade intelectual - ou é inconsequente e tolo (BUCCI, 2004, p. 199).

3.2 Cobertura da editoria de segurança pública: do Mineirinho ao PCC

Um dos fundadores da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), o carioca Marcelo Beraba atua na área desde 1971 e passou por veículos como *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Rede Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Em 2017, ele ministrou uma

das quatro aulas do Curso Completo de Jornalismo Policial¹, cujo objetivo era compreender as transformações na cobertura de segurança pública e as mudanças na função social e política da área. Estive presente aos encontros e pude acompanhar a palestra de Beraba sobre a história da cobertura policial nos mais relevantes meios de comunicação do país, destacando o período das grandes redações nos anos 1970, com foco na história de criminosos famosos, como o Mineirinho, até a década de 2010, com as redações reduzidas cobrindo um crime mais estruturado e socialmente mais complexo como o estabelecimento da facção Primeiro Comando da Capital (PCC).

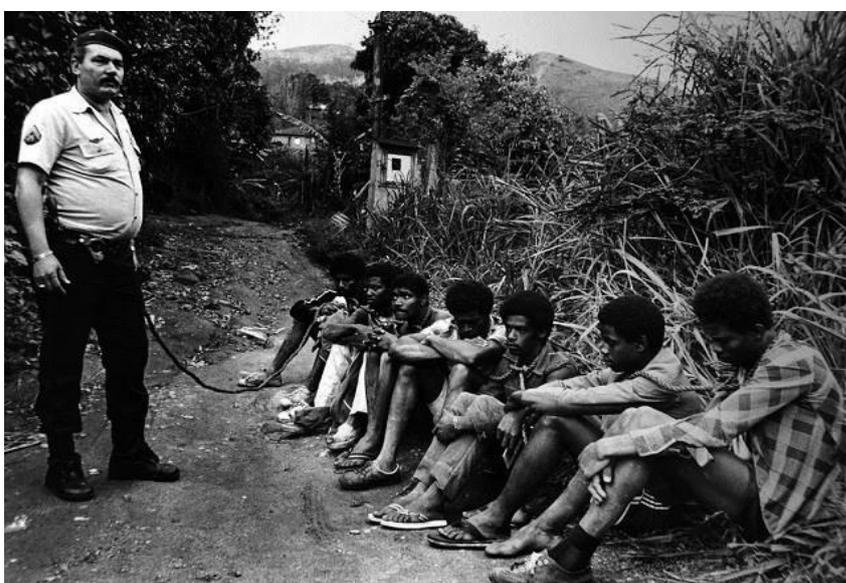


Figura 5 — “Todos os negros” por Luiz Morier, publicado no Jornal do Brasil e vencedor do Prêmio Esso de Fotojornalismo de 1983

¹ Curso realizado pelo NEV-USP em parceria com Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo, de 9 a 18 de outubro de 2017.



Figura 6 — “Todos os negros” por Luiz Morier, publicado no Jornal do Brasil e vencedor do Prêmio Esso de Fotojornalismo de 1983

Para Beraba, fotos como as de Luiz Morier, que registrou em 1982 um policial militar realizando a detenção de sete pessoas, no Morro da Coroa, no Rio de Janeiro, e apenas com uma corda amarrada aos pescoços, mostra o poder do jornalismo em capturar imagens fortes e simbólicas que tiveram algum efeito, mesmo que circunstancial, para a melhora da sociedade. Posteriormente foi constatado que não havia nenhum “marginal” entre os detidos (PEREIRA, E.; GOMES, 2001, p. 202). Um poder exercido com características distintas ao longo do tempo. Nos anos 1950 e 1960, o jornalismo policial era permeado por histórias inventadas e reportagens sensacionalistas. Em concordância com Bucci, o carioca destaca que nem todo jornalismo popular pode ser considerado sensacionalista, porém, quase todos os jornais populares da época apelavam em algum momento para a prática, mas ainda com uma diferença para a imprensa marrom². “O jornalismo sensacionalista, ele inventava, ele exacerbava, ele exagerava. O jornalismo marrom fazia isso e algo a mais: ele chantageava e extorquia” (BERABA, 2017).

² Inspirada na expressão americana *yellow press* (jornalismo amarelo), que surgiu no final do século XIX a partir da concorrência entre os jornais *New York World* e *The New York Journal* para ter em suas páginas as aventuras de *Yellow Kid*, a primeira tira em quadrinhos da história. A disputa nos bastidores foi tão pesada que o amarelo da personagem acabou virando sinônimo de publicações sem escrúpulos. Em língua portuguesa, a expressão teve sua cor alterada em 1959, quando a redação do jornal carioca *Diário da Noite* recebeu a informação de que uma revista chamada *Escândalo* extorquia dinheiro de pessoas fotografadas em situações comprometedoras. O jornalista Alberto Dines preparava a manchete do dia seguinte como “Imprensa amarela leva cineasta ao suicídio”. O chefe de reportagem, Calazans Fernandes, achou o amarelo uma cor amena demais e sugeriu trocá-la por marrom. Assim surgiu a expressão “imprensa marrom”. Além de criar o termo, a manchete do *Diário da Noite* contribuiu para o fim da revista *Escândalo*, fechada logo em seguida.

Um período que também trouxe a imprensa brasileira uma renovação em dois campos: a modernização liderada pelo Diário Carioca³, Rio de Janeiro, cujo editor Pompeu de Sousa implementou padrões vigentes do jornalismo norte-americano como a pirâmide invertida, a objetividade, o *copydesk* para padronização da publicação e o estabelecimento do primeiro manual de redação do país; e o Jornal do Brasil⁴, Rio de Janeiro, na gestão de Alberto Dines, que deixou para trás a preocupação principal com as publicações de anúncios e passou a ter uma prioridade em relação à variedade de pautas, entre elas, a criação de um caderno de cultura. Um início de revolução que não agradava a todos, como, por exemplo, Nelson Rodrigues.

O dramaturgo e cronista Nelson Rodrigues era um entusiasta da mentira. Queria vê-las no berro impresso das manchetes, como se verdades fossem, em contraponto aos ‘idiotas da objetividade’. Para ilustrar seu argumento, volta e meia Nelson recorria à história do repórter que, destacado para cobrir o incêndio de uma loja, matara um canário. O repórter do jornal ‘A Noite’, do Rio de Janeiro, deparou com um fogo mixuruca, sem vítimas. Ainda assim, contava o hiperbólico dramaturgo, o jornalista deu dimensão épica à mediocridade do incêndio com o relato da morte do canário que morava no local. A manchete, ‘Morreu cantando’, comoveu multidões, insistia Nelson, alheias ao fato de que o tal canário fora pura invenção. ‘Hoje, a reportagem de polícia está mais árida do que uma paisagem lunar. O repórter mente pouco, mente cada vez menos’, dizia Nelson Rodrigues (1912-1980). ‘Daí porque a maioria foge para a televisão. A novela dá de comer à nossa fome de mentira’ (ZABOT, 2016).

Porém, durante o mesmo período, o filão dos jornais populares no Rio de Janeiro apresenta um crescimento com a criação de veículos como a Última Hora⁵, O Dia⁶, Luta Democrática⁷ e, um pouco mais tarde, em São Paulo, o Notícias Populares⁸. Jornais que ficaram caracterizados pelo sensacionalismo, mesmo que todos tenham nascido com o objetivo inicial de serem políticos. A Última Hora surge com a ideia de fazer frente à oposição sofrida pelo então presidente Getúlio Vargas. O Dia tinha como sócios os políticos Chagas Freitas e Ademar de Barros. A Luta Democrática era do deputado federal Tenório Cavalcante. Já o Notícias Populares aparece tendo como meta fazer frente com o que eles consideravam como comunismo. Todos eram jornais políticos, por vezes de maneira disfarçada, com a meta de alcançar os setores populares da sociedade e a fórmula, em geral, uma mistura de pautas relacionadas a crimes, esportes e mulheres em poses sensuais. Em alcance, por exemplo, O Dia tinha uma tiragem média de 120 mil exemplares, a Luta Democrática vendia 40 mil exemplares diariamente.

³ Diário Carioca circulou de 1928 até 1965.

⁴ O Jornal do Brasil está em circulação desde 1891.

⁵ Última Hora circulou de 1951 até 1971.

⁶ O Dia está em circulação desde 1951.

⁷ Luta Democrática circulou de 1954 até 1977.

⁸ Notícias Populares circulou de 1963 até 2001.

Em janeiro de 1968, a revista Realidade publicou uma matéria sobre o universo do jornalismo policial brasileiro e o texto da reportagem começava narrando o trabalho de Carlos Vinhais, então redator chefe da Luta Democrática. Nessa noite não tinha havido nenhum crime de morte. Vinhais sobe na mesa, abre os braços e grita com toda a força, trágico e patético: ‘Quero um cadáver! Todo mundo nos telefones. Pelo amor de Deus, me arranjam um crime! Estou sem manchete’. As redações desses jornais ferviam quando Rosa Vermelha e Lírio Branco, relações públicas dos esquadrões carioca e paulista, telefonavam com o endereço de novos ‘presuntos’, ou seja, anunciando a localização de corpos de supostos marginais executados pelo grupo. Rosa Vermelha, o relações públicas do esquadrão do Rio de Janeiro, ao telefonar para a redação de um jornal a fim de fornecer o número dos mortos da semana, confessou sentir ‘um prazer quase sexual ao ver as balas perfurando os corpos dos criminosos e o sangue brotando como uma rosa vermelha da terra’ (DA COSTA, 2014).

Carlos Vinhais ainda resumiu como funcionava esse segmento de jornais em declaração para a revista Realidade:

‘Uma manchete sangrenta, com presunto e boneco como assunto principal, uma página de esportes favorecendo o Flamengo, uma coluna sindical de preferência simpática aos servidores públicos - porque é mais fácil defendê-los -, a reivindicação de bairros, o resultado do jogo do bicho e um noticiário sumário para dar ao leitor uma visão do Brasil e do mundo. Para completar, uma foto de mulher nua. Preço barato e boa distribuição nos bairros proletários. O essencial é o sangue. É dele que se abastece a primeira página’ (ANDRADE, 1968, p. 74-75).

Um período dominado pelos “grandes crimes” tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. Casos que eram cobertos por dias e meses como o Crime do Sacopã, um crime passional no Rio de Janeiro em 1952, o Monstro de Guaianases, um esturpador assassino de crianças na capital paulista também em 1952, e o sequestro de Eduardo Jayme Benevides, que ocorreu em São Paulo no ano de 1956 e teve uma cobertura com duração de três anos e meio. Outro crime famoso noticiado na época com amplo trabalho jornalístico teve como figura central Chico Picadinho, que em 1966, no centro de São Paulo, matou e esquartejou a bailarina austríaca Margareth Suida.



Figura 7 — Capa do Notícias Populares de 5 de agosto de 1966 com manchete em destaque para a vítima de Chico Picadinho

No ano seguinte foi a vez do inimigo público número 1 ser o “Bandido da Luz Vermelha”, referência a João Acácio Pereira da Costa, preso em 8 de agosto de 1967, condenado por quatro assassinatos, sete tentativas de homicídio e setenta e sete assaltos em São Paulo, e famoso por ter um estilo próprio de cometer os crimes pelo fato de usar um lenço para cobrir o rosto e carregar uma lanterna com bocal vermelho. Um pouco antes, em 1962, ganhou notoriedade no Rio de Janeiro a personagem de Mineirinho, apelido de José da Rosa Miranda, o assaltante de botequim, postos de gasolina, carros de transporte de bebida e motoristas de táxi, morto pela Polícia Militar com 13 tiros após uma perseguição. A foto do cadáver estampou os jornais fluminenses. Essa linha editorial ainda rendeu alguns frutos nos anos 1970.



Figura 8 — Capa do Notícias Populares de 11 de maio de 1975 com manchete em destaque anunciando o nascimento do diabo

O nosso ‘Bebê-Diabo’, que nasceu em São Paulo. [...]. Manchete que deu início a uma série inventada pelo NP e que rendeu 27 manchetes. A circulação do NP, com esse material inventado, pulou de 70 mil exemplares para 150 mil exemplares. ‘Nasceu o diabo em São Paulo’. Na sequência, tinha ‘Bebê-Diabo desaparece’, era a manchete do dia seguinte. ‘Nós vimos o Bebê-Diabo’, ‘Viu o Bebê-Diabo e ficou louca’... Aí quando acabou, eles tiveram que matar o ‘Bebê-Diabo’, eles tiveram que sumir, arranjar uma maneira de sumir porque não tinha mais como sustentar, manter o ‘Bebê-Diabo’ e tudo mais. [...]. Chegou uma hora que eles tinham que acabar com o ‘Bebê-Diabo’, o problema de inventar por vezes tem esse detalhe. E, depois, ‘Povo vê novo Bebê-Diabo no ABC’. Ou seja, vai começar tudo outra vez (BERABA, 2017).

Em comum, ressalta Beraba (2017), todos as matérias continham títulos dúbios, por vezes macabros, texto pobre e preconceituoso, marcado pela narrativa policial em um formato de folhetim, poucas fontes, baixa preocupação com procedimento ético, foco no crime e não no fenômeno social da segurança pública, formação precária dos jornalistas como, por exemplo, repórteres que não sabiam escrever, os famosos “pena quebrada”, pois apenas relatavam o fato ao editor, e os crimes giravam em torno de uma personagem central com um rótulo ou carimbo.

Já as décadas de 1970 e 1980 foram dedicadas a um período de transição entre as reportagens sensacionalistas e novos padrões. Uma época onde, segundo Beraba, jornalistas ainda tinham acesso às celas para entrevistar os presos. Ele cita um caso que presenciou em 1972:

Eu chego na delegacia, encontro o correspondente, me apresento, ali, novo, foca, vamos lá. Vamos para a cela onde estava o preso. [...] Eu, este correspondente e um policial. Eu lá anotando minhas coisinhas, começo a fazer as perguntas para o preso e o preso não responde. Não responde nada e eu lá perguntando. O correspondente de O Globo entra na cela e dá uma porrada na cara do preso. ‘Fala, seu filho da puta, não está ouvindo o que o repórter está te perguntando?’. Eu fiquei em estado de choque. Ali, para mim, honestamente, não me lembro mais que o preso fez, qual era a matéria que eu fui fazer, se o jornal publicou ou não publicou alguma coisa. Agora, ali, eu senti que estava em um submundo do jornalismo (BERABA, 2017).

Para Beraba esse era o retrato de como o jornalismo dentro da editoria de segurança pública era praticado no começo dos anos 1970. E, ao longo daquela década, relata que teve outras experiências completamente diferentes e chegou à conclusão que havia entrado na área dentro de um período de transição entre um jornalismo voltado mais para o policialesco e um jornalismo mais investigativo.

Na visão de Marcelo Nery, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, a mudança demográfica da capital paulista ajuda a compreender a alteração dentro de várias dinâmicas da sociedade naquele momento.

Lembra da década de 70? São Paulo não tinha o crime urbano como problema. Isso não era visto como algo realmente relevante. Se você observar nos trabalhos, você observa que os agentes públicos não retratavam a violência urbana como se fosse algo relevante do ponto de vista como prioridade de políticas públicas, por exemplo. E os trabalhos acadêmicos também não viam o crime urbano como um problema, um alvo de estudo privilegiado. E o que era a cidade antes da década de 70? Pensando em um contexto, onde a cidade está crescendo de uma maneira muito rápida, por que se você pensa São Paulo nos anos 80, ele era com o centro-urbano localizado na região ali da Sé, República, e daí teve uma explosão urbana e em muito pouco tempo, a população passa de 1 milhão para 3 milhões, de 3 milhões para 5, de 5 para 10 milhões de pessoas. Então se deu em um espaço muito curto. Um problema que se dá diante disso é que o contexto vai mudando e a sensação de insegurança vai mudando (NERY, 2017).

De acordo com o Beraba, três casos sinalizaram que a área não estava adequadamente preparada para a cobertura da nova dinâmica de violência daquela época: o surgimento do

Esquadrão da Morte (1968)⁹; o atentado do Riocentro (1981)¹⁰ e os atentados à bomba da direita militar contra a abertura política, onde os jornalistas deixaram de depender do delegado para ter informação e precisaram descobrir novos procedimentos de apuração por causa da investigação conduzida pelo Exército; e a manifestação de áreas urbanas dominadas pelas facções impedindo ou coibindo a entrada em certos bairros e lugares a partir do final da década de 1980 e com maior intensidade na década de 1990.

Nesse momento surge um elemento fundamental para que dessem as criações de sensações de segurança hoje. Que é as organizações criminosas. As organizações criminosas em São Paulo surgiram muito depois que do Rio de Janeiro, por exemplo. É na década de 80 que começa a surgir essa ideia, então para você entender como se dá um processo histórico, apenas em 93 surge o PCC. E hoje não dá para pensar em violência e sensação de insegurança sem falar em PCC. Então em 93 surge o PCC. Em 93 o PCC surge e ele entra em um processo de conflito com outras facções na cidade de São Paulo, no primeiro momento depois do Estado como um todo, e o conflito de facções foi muito violento. O PCC acabou com a concorrência. Acabou dentro do sistema penitenciário e depois acabou fora. Grande parte dos homicídios da década de 90 foram vinculados a eles (NERY, 2017).

O procedimento jornalístico continuou a evoluir nas décadas de 1990 e 2000. Marcelo Beraba destaca a importância do caso Escola Base em março de 1994. O jornalista recorda que a classe estava diante de uma situação comum na ocasião: um delegado fornecendo informações sobre a existência de provas de abuso sexual de crianças realizado por diretores e professores do colégio, além de testemunhos de duas mães com base nos relatos dos filhos e um laudo apontando uma lesão no ânus de um aluno. A maioria dos veículos comprou a ideia, porém a investigação chegou à conclusão que não houve crime.

⁹ Esquadrão da Morte era uma milícia formada por policiais, ex-policiais e bombeiros que realizava execuções sumárias pelo Estado do Rio de Janeiro.

¹⁰ Atentado do Riocentro é o nome pelo qual ficou conhecido um frustrado ataque a bomba ao Centro de Convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro, na noite de 30 de abril de 1981, quando ali se realizava um espetáculo comemorativo do Dia do Trabalho. O atentado foi planejado por setores do Exército insatisfeitos com a abertura democrática que vinha sendo feita pelo regime ditatorial. As bombas seriam plantadas no pavilhão pelo sargento Guilherme Pereira do Rosário e pelo capitão Wilson Dias Machado, mas um dos artefatos explodiu prematuramente dentro do carro onde estavam os dois militares. O sargento Guilherme morreu com o impacto. O capitão Machado ficou ferido. Uma segunda detonação aconteceu na estação elétrica responsável pelo fornecimento de energia do Riocentro, mas não chegou a interromper a energia do local.



Figura 9 — Trecho da capa do Notícias Populares em 31 de março de 1994 com manchete em destaque anunciando o caso Escola Base



Figura 10 — Matéria da Folha de S. Paulo de 1 de abril de 1994 sobre o caso Escola Base



Figura 11 — Matéria da Revista Veja de 6 de abril de 1994 sobre o caso Escola Base

Posteriormente ficou esclarecido que a criança cujo laudo havia informado a lesão tinha problemas para evacuar e o delegado havia se precipitado em relação às informações das investigações de um abuso sexual que não aconteceu de fato. Esse caso, para Beraba, serviu para apontar um erro de filtros e de rigor da apuração dentro das redações jornalísticas. Além disso, o carioca destaca a importância do caso Tim Lopes, jornalista torturado e assassinado em 2002 durante uma reportagem sobre garotas sendo obrigadas pelo tráfico a se prostituir na Vila Cruzeiro, Rio de Janeiro.

A partir daí, os procedimentos de segurança foram alterados, pois o que antes era normal, como percorrer uma favela, não era mais possível. Beraba também alerta que como consequência dos novos protocolos, a população dessas áreas deixou de ter voz nos veículos de imprensa.

Na televisão, um marco importante foi a estreia do *Aqui Agora* no SBT em 1991. Idealizado como um telejornal com linha popular, a atração exibiu no começo de sua história boas coberturas de greves, mas enveredou pela linha sensacionalista culminando na exibição do suicídio de Daniele Alves Lopes, de 16 anos, em 5 de julho de 1993. O programa saiu do ar em 1997, mas abriu caminho para surgimento de outros similares como o *190 Urgente*, na CNT Gazeta; o *Cidade Alerta*, na Record; e o *Na Rota do Crime*, na Manchete. O telejornalismo convencional não ficou imune ao movimento e passou a contar com pautas e momentos sensacionalistas. O *Jornal Nacional*, da Globo, por exemplo, passou a cobrir crimes violentos e deu sua contribuição ao aprofundamento da banalização da violência (BUCCI; KEHL, 2004, p. 113).

O homicídio começa a crescer em São Paulo, na cidade, em meados da década de 70, e cresce vertiginosamente até o final da década de 90. E a questão é: por que cresce? Várias questões são colocadas ainda em debates sobre esse crescimento. Mas o fato é que, vinculado a esse crescimento, diante do tema que você está me colocando, começa a surgir na mídia vários trabalhos e vários programas vinculados a essa questão, principalmente programas de rádio. Então, pessoas como Afanásio Jazadji¹¹ e Gil Gomes¹² ganharam grande expressão. Na antiga TV Tupi, tem o primeiro programa que depois foi recuperado como “Aqui Agora”, mas é primeira versão do “Aqui Agora”. Então você observa que naquele momento, de grande crescimento da violência urbana, que antes era incomum, os meios de comunicação começam a entrar nesse discurso, é claro que eles sempre estiveram, mas nesse momento é diferente porque isso ganha uma projeção muito maior. Tanto é que agora, nesse momento, surgem até outras figuras de destaque na mídia paulista. Bom, a partir desse momento a gente vê que realmente o crime está aumentando, a gente observa que a mídia cada vez aborda isso cada vez mais rápido, com maior força (NERY, 2017).

Apesar de falhas ainda vistas contemporaneamente, alguns elementos ajudaram a alterar a cobertura do jornalismo policial dos anos 1950 até os dias atuais. Fatores como a redemocratização, pressão da publicidade e da sociedade em repúdio aos conteúdos sensacionalistas, expansão das faculdades de jornalismo com uma base ética, regulamentação da profissão, implantação de manuais de redação e mudança do padrão gráfico fizeram parte desse processo. Beraba aponta ainda a influência do jornalismo de precisão proposto por Philip Meyer¹³ na década de 1970 para a evolução da qualidade deste tipo de matéria no Brasil. Outro fator, é a construção de áreas de estudo exclusivas no tema de segurança pública a partir dos 1990. Porém, ainda há espaço para críticas em relação à falta de especialização do meio jornalístico:

Hoje nós não sabemos, em geral, observar os erros que a polícia está cometendo na investigação policial, principalmente em locais de crime. Tem procedimento, tem protocolos para isso e a gente faz críticas à polícia, às vezes, superficiais, que são facilmente derrubáveis, que nós não vemos os problemas mais sérios que são de não guardar o local, não dar o tratamento correto, não encaminhar à perícia, não fazer a polícia científica, porque nós não conhecemos quais são esses protocolos e quais são esses procedimentos (BERABA, 2017).

Para Beraba, hoje a cobertura é muita mais complicada e arriscada devido ao alto grau de organização das facções, cujas fontes precisam estar estabelecidas na inteligência das polícias, ou, caso contrário, a imprensa sempre chegará depois da ocorrência do fato.

¹¹ Jornalista, radialista, advogado, publicitário e político brasileiro nascido em São Paulo.

¹² Advogado e jornalista com atuação na rádio e na televisão nascido em São Paulo.

¹³ Professor emérito na Universidade da Carolina do Norte, o norte-americano Philip Meyer aproximou o jornalismo da ciência através de métodos científicos sociais com uso de dados ao publicar a obra “*Precision journalism: A reporter's introduction to social science methods*” em 1973

3.3 Pautas sobre a violência urbana em telejornais exibidos em São Paulo

Bucci ressalta que o jornalismo sempre acompanha o “deslocamento do centro de gravidade da mentalidade do público ao qual ele se destina” (2004, p. 102) com o objetivo de não romper as ligações do diálogo, pois não somente dirige-se ao público como também tem origem dessa audiência. Na visão de Bourdieu (1997, p. 51), a televisão é um veículo de comunicação pouco autônomo, repleto de restrições graças às relações sociais entre os jornalistas e entre a concorrência, porém que também mantém relações de convivência entre as emissoras em nome de interesses comuns na área de produção simbólica. Ainda destaca que o veículo televisivo nivela por baixo uma série de assuntos de áreas filosóficas e jurídicas, e ao mesmo tempo tem a vantagem de atingir a maioria dos cidadãos (p. 94). Agregando as ideias desses dois pensadores, é compreensível visualizar que o relacionamento entre jornalismo em TV aberta na cidade de São Paulo e a violência tem sido caracterizado pela tensão, pelos questionamentos, além da credulidade e incredulidade pela grande quantidade de matérias que indagam a conduta das instituições governamentais e da própria sociedade.

As histórias de interesse humano são uma caricatura da evidência no próprio grau de seu interesse fornecendo uma unidade, uma coerência, uma nitidez, uma resolução própria e uma dramaticidade apenas toscamente sustentadas, se é que o são, pela vida cotidiana. [...] O formato destes acontecimentos relatados responde plenamente às nossas expectativas - que não são de fatos, mas de tipificações. Sua narração demonstra a capacidade de nossas compreensões convencionais de enfrentar os estranhos potenciais da vida social, os limites extremos da experiência (GOFFMAN, 2012, p. 38).

Para este exercício de compreensão de uma matéria telejornalística em um caso de violência em São Paulo e sua relação com os profissionais da notícia, emissoras e população, foi escolhido um crime ocorrido em 20 junho de 2018. Gustavo Henrique Duque Castilho de Moraes foi assassinado depois de uma frustrada tentativa de assalto na zona oeste da cidade. Ele foi baleado e acabou falecendo no hospital no dia seguinte ao fato. Três emissoras de TV aberta da capital paulista noticiaram o caso em seus telejornais de final de tarde ou começo de noite no dia 22 de junho de 2018. Cabe ressaltar que o sinal aberto de televisão é uma forma utilizada para se referir ao sinal não criptografado e, regularmente, é transmitido via satélite ou em bandas VHF/UHF.

Os programas sensacionalistas do rádio e os programas policiais de final da tarde em televisão saciam curiosidades perversas e até mórbidas tirando sua matéria-prima do drama de cidadãos humildes que aparecem nas delegacias como suspeitos de pequenos crimes. Ali, são entrevistados por intimidação. As câmeras invadem

barracos e cortiços, e gravam sem pedir licença a estupefação de famílias de baixíssima renda que não sabem direito o que se passa: um parente é suspeito de estupro, ou o vizinho acaba de ser preso por tráfico, ou o primo morreu no massacre do fim de semana no bar da esquina. A polícia chega atirando; a mídia chega filmando. As taras sexuais dos miseráveis são transformadas no prato do dia nos banquetes do sensacionalismo; as mortes trágicas viram show; as traições conjugais se transformam em comédia chula dos programas de auditório. E mais fácil um camelo passar no buraco de uma agulha do que um rico entrar nas bizarras dos shows de televisão (BUCCI, 2004, p. 156).

Entre os telejornais escolhidos há o SPTV - 2ª edição da Globo. No ar desde janeiro de 1983, o SPTV é um telejornal local dedicado à Grande São Paulo e transmitido de segunda a sábado às 19:20 h. Sua pauta é composta por notícias, prestação de serviços, informativos sobre o trânsito e previsão do tempo na região. Já o SBT Brasil é produzido pelo SBT e exibido para todo o país de segunda a sábado às 19:45 h, sendo o principal telejornal da emissora com uma pauta mais generalista. Além dos assuntos relevantes ao Brasil, a atração possui correspondentes internacionais. Estreou em agosto de 2005. O Brasil Urgente está no ar desde fevereiro de 1997 e é exibido pela Band de segunda a sábado a partir de 16 h. É um telejornal com uma linha popular composto por entradas ao vivo de repórteres das maiores cidades do Brasil, além de entrevistas e matérias sobre crimes policiais e fatos de grande comoção pública.

“A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população” (BOURDIEU, 1997, p. 23). Isso pode ser visto no relatório divulgado sobre os índices de audiência em 22 de junho de 2018. A Kantar IBOPE Media, responsável pela medição de audiência no mercado nacional, apontou que o SPTV - 2ª edição marcou durante a exibição 24,67 pontos de média na Grande São Paulo, enquanto o SBT Brasil anotou 9,02 pontos e o Brasil Urgente conquistou 3,71 pontos. De acordo com a metodologia da empresa, naquele período, 1 ponto na região da Grande São Paulo era equivalente a 71.855 domicílios totalizando 201.061 indivíduos sintonizados (KANTAR IBOPE MEDIA, 2018). Tendo em vista que os três programas somaram 37,40 pontos de audiência, potencialmente temos mais de 7,5 milhões de telespectadores que foram impactados com a notícia do crime que vitimou Gustavo Henrique Duque Castilho de Moraes. Responsável pelo planejamento regional e metropolitano do Estado de São Paulo, a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (EMPLASA) é uma instituição pública vinculada à Secretaria Estadual da Casa Civil e, em seu relatório de 2015, informou que a Grande São Paulo possui 21,4 milhões de habitantes, ou seja, possivelmente até 35% da população da região foi informada por estes três telejornais sobre o crime ocorrido em 20 de junho de 2018. Um número expressivo atingido por uma mídia que participa da construção do imaginário social, onde os telespectadores percebem em relação a si mesmo e em relação a outros atores. E por qual motivo

as emissoras apostam na editoria de segurança pública e/ou policial? Para Bourdieu, a televisão apenas “está perfeitamente ajustada às estruturas mentais do público” (1997, p. 64).

Ao abordar o crime que vitimou Gustavo Henrique Duque Castilho de Moraes, os três telejornais citaram em suas matérias algum tipo de atitude irracional ou agressiva do amigo da vítima que dirigia o carro. Segundo a reportagem da Band, “o amigo de Gustavo, que estava no volante, teria se assustado e acelerou para evitar o roubo”. Já a Globo destaca que “o motorista do carro tentou escapar”, enquanto o SBT adota “o motorista acelerou e um dos ladrões atirou”. Porém, existem diversas outras similaridades entre as três matérias de empresas concorrentes.

Apesar dos telejornais terem uma duração diferenciada todas as matérias possuem um tempo parecido de exibição: Band com 1 minuto e 34 segundos em um jornal de 3 horas e 20 minutos, Globo com 1 minuto e 18 segundos em um jornal de 25 minutos e SBT com 1 minuto e 32 segundos em um jornal de 60 minutos.

Outro aspecto comum entre elas é que “o mundo da imagem é dominado pelas palavras” (BOURDIEU, 1997, p. 26). O pensador francês alerta que ao escolher uma palavra para o texto, o profissional da imprensa está criando representações na cabeça da sua audiência. Uma responsabilidade imensa que pode ajudar a construir medos, fantasias ou fobias perante milhares de telespectadores. E o poder da palavra pode ser visto em todas as reportagens deste caso. Elas buscam construir um perfil ao destacar que a vítima é um estudante de 22 anos, sendo que no texto da Band e da Globo o termo “estudante” aparece até a segunda palavra da matéria, logo na abertura corroborando com a visão do Erving Goffman em relação à ancoragem da atividade. O sociólogo defende que as palavras iniciais podem preparar o cenário e enquadrar o que segue.

As ‘observações introdutórias’ que fazem a ponte entre a ocasião social e o assunto em questão tendem a ser proporcionadas por um personagem bem conhecido após captar a atenção da plateia e isto acontece quer se trate de apresentar um orador político ou espetáculo de variedades ou um juiz no tribunal ou uma reunião dos cidadãos para discutir seus problemas (GOFFMAN, 2012, p. 332).

Além de informar a cidade de origem da vítima e o local do funeral, todos os canais analisados também falaram sobre qual parte do corpo foi atingida pelo disparo. Ao descrever o local perfurado pela bala, os repórteres concederam uma “resposta dramaticamente social” na visão de Goffman. Eles optaram por não noticiar a causa da morte no esquema natural da fisiologia, que pode ter sido, por exemplo, uma hemorragia causada pelo disparo ou a falta de circulação de sangue em algum órgão vital. Houve a exclusiva opção pela descrição sobre a maneira como ocorreu a morte com a precisão do local do corpo perfurado pelo tiro. Na visão

de Mauro Wolf, um critério estabelecido a partir da imagem compartilhada entre os jornalistas de como eles imaginam o que será mais bem compreendido pelo público. Tal ideia foi demonstrada em uma pesquisa sobre a BBC, liderada por Philip Schlesinger, professor da Universidade de Glasgow, a propósito da clareza da linguagem:

‘Encontramos um modo de simplificar a descrição do conceito de ‘déficit na balança dos pagamentos’, que se traduz em ‘diferença entre o que compramos e o que vendemos ao exterior’. Como foi adotada essa expressão? Alguém a imaginou, nós a ouvimos e a consideramos boa. Quando devemos usá-la, perguntamo-nos: ‘Como era mesmo a frase que usamos da outra vez?’, e a encontramos. A expressão se perpetua, torna-se acessível. E a frase mais próxima ao que achamos que as pessoas entendem. Não é muito exata, mas é a melhor, uma vez que é pronunciada: não se pode reler o texto até que se compreenda o que foi dito, como é o caso dos jornais’ (SCHLESINGER, 1978, p. 126 apud WOLF, 2008, p. 223).

As matérias também foram unânimes ao relatar um segundo assalto depois do disparo que atingiu Gustavo Henrique Duque Castilho de Moraes. Este outro crime acabou sendo frustrado pela polícia e os bandidos foram presos, sendo um menor de idade.

O delegado responsável pelo caso aparece dando entrevista em duas matérias (Globo e SBT) e informações da Polícia Civil são relatadas na matéria da Band. Wolf (2008, p. 52) ressalta que a necessidade de programar o trabalho e evolução da tecnologia interferem diretamente na escolha das fontes, tendo preferência as fontes institucionais, fidedignas e funcionais para a rotina de produção da redação com objetivo de gerar estabilidade da cobertura informativa. Já para Goffman, entrevistar a autoridade é uma ferramenta para resolver um problema comum ao enquadramento da experiência social, pois pode “esclarecer a ambiguidade do quadro” (2012, p. 372).

No entanto, por outro lado, em todas as matérias, a entrevista do delegado é a única de uma pessoa envolvida diretamente com o acontecimento, uma ação vista como uma vulnerabilidade da experiência por causa das possíveis consequências.

A informação concernente a um acontecimento precisa às vezes ser extraída inteiramente daquilo que é retransmitido por um indivíduo, que é o único canal disponível. Estas são, evidentemente, as circunstâncias que produzem o mito do ‘alarme falso’ que nos previne, entre outras coisas, contra a vulnerabilidade dos mundos relatados (GOFFMAN, 2012, p. 547).

O encerramento da matéria também foi similar nos três telejornais. Imagens de familiares e amigos no enterro, sendo que na reportagem de Band e SBT existe a palavra “silêncio” nas últimas duas frases. Uma ancoragem da atividade no epílogo, cuja função é tentar

“recapitular aquilo que ocorreu e assegurar seu enquadramento adequado” (GOFFMAN, 2012, p. 317).

Com essas informações é possível constatar que há um padrão estrutural em três matérias sobre um mesmo crime e relatadas por repórteres e editores diferentes. Todas começam introduzindo um perfil da vítima, dão as informações coletadas com a autoridade responsável pelo caso e encerram com o funeral. O principal objetivo do ato de edição das matérias nos jornais é transformar o fato em uma história com começo, meio e fim. Uma representação breve e resumida, coerente e significativa que tenta focalizar a atenção (*highlighting*) em algumas partes do fato.

Os dois procedimentos - o *highlighting* como modalidade da edição e a edição como fase de elaboração que permite estruturar narrativamente, no âmbito visual, uma notícia - contribuem, por sua vez, para prejudicar (na confecção das notícias) os aspectos relativos ao processamento, às tendências inerentes à dinâmica social, para acentuar, ao contrário, os momentos de importância, os êxitos, os desvios da norma. Desse modo, nessa distorção há um efeito cumulativo: fases e rotinas de produção diferentes concorrem, cada uma com sua ‘contribuição’, para determinar e reforçar essa distorção involuntária, amplamente independente do conhecimento e da intencionalidade de cada jornalista, e ligada, por sua vez, à organização das estruturas informativas e do trabalho redacional (WOLF, 2008, p. 260-261).

O fato que o rapaz era estudante de arquitetura também consta em todas as matérias analisadas, além das citações realizadas por Band e SBT afirmando que a vítima estava perto da formatura do curso e tinha como hobby a paixão pela música. Esse conjunto de informações permite a compreensão que não é a violência urbana o principal foco da matéria. E isso abre uma porta relevante ao pensamento de Zygmunt Bauman. A partir do exemplo de um programa do estilo de *reality show*, o polonês admite que a mídia televisiva testemunha diariamente em favor da vigorosa realidade dos medos.

Acontece que tendemos a descobrir algo agradavelmente reconfortante quando ouvimos melodias que sabemos de cor. E tendemos a acreditar muito mais no que vemos do que no que ouvimos. Pense na diferença entre ‘testemunha ocular’ e um mero ‘ouvir falar’ (você alguma vez ouviu falar em ‘testemunha auricular’ ou um ‘mero ver falar’?). As imagens são muito mais ‘reais’ do que palavras impressas ou faladas. As histórias que contam ocultam quem as conta, ‘aquele (ou aquela) que poderia mentir’ e, portanto, desinformar. Diferentemente dos intermediários humanos, as câmeras ‘não mentem’, ‘dizem a verdade’ (ou pelo menos é o que fomos treinados a acreditar) (BAUMAN, 2008, p. 29).

Para Goffman, em nossa sociedade, quando uma pessoa reconhece um acontecimento, ela tende a usar um esquema primário de interpretação, que permite localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas de acordo

com os seus termos. Ao estabelecer a construção de um perfil da vítima em detrimento ao crime, todas as reportagens abandonam a concepção de esquema primário e passam a dialogar com um conceito central da análise de quadros da experiência social proposta pelo autor: o tom [*key*].

Refiro-me aqui ao conjunto de convenções pelas quais uma dada atividade, já significativa em termos de algum esquema primário, é transformada em algo pautado sobre esta atividade, mas visto pelos participantes como algo muito diferente. O processo de transcrição pode ser chamado de tonalização [*keying*] (GOFFMAN, 2012, p. 71).

Apesar da matéria, em termos do esquema primário, ter como acontecimento o assassinato de uma pessoa, a tonalização dela passou a valorizar sobre o que um jovem de 22 anos deixou de vivenciar. A luta do bem contra o mal. Partindo da ideia de Bourdieu de que a televisão convida à dramatização (1997, p. 25), podemos constatar que as personagens são reais, pois ocupam um lugar no mundo, porém, em alguma medida, fabricados sempre falsos, porque é estabelecida uma coerência mais dramática do que estritamente factual.

No telejornalismo, o que não rende imagem não rende notícia. As palavras, elas mesmas, agora se articulam para emoldurar imagens, para erguer-lhes o pedestal, para cultuá-las. O jornalismo perde na medida em que a imagem, tal qual ela é confeccionada e difundida no espetáculo, achata o pensamento. Convertidas em estereótipos, pressionam o discurso jornalístico por um maniqueísmo acrílico e, no limite, não informativo, apenas emocionante. Quando o jornalismo emociona mais que informa, tem-se aí um problema ético, que é a negação da sua função de promover o debate das ideias no espaço público. Isso significa que antes da televisão a imprensa não caía na vala do culto das falsas imagens? Não, não significa. Esse é o engano das críticas conservadoras ao telejornalismo (entre as quais se inclui a de Paul Johnson, que descarrega sua artilharia contra a televisão e os tabloides sensacionalistas ingleses). Ele não inventa os estereótipos, mas os potencializa (BUCCI, 2004, p. 144-145).

Em seguida, o professor Bucci convoca as ideias do escritor e jornalista norte-americano Walter Lippmann:

Dizia Lippmann que as pessoas só entendiam o mundo com base nos estereótipos que traziam ‘dentro da cabeça’. Para ele, os estereótipos são conceitos internalizados. ‘As formas estereotipadas emprestadas ao mundo não procedem apenas da arte, no sentido da pintura, da escultura e da literatura’, escreve Lippmann, ‘mas também de nossos códigos morais, filosofias sociais e agitações políticas’. Um exemplo: ‘a americanização [da cultura], pelo menos superficialmente, é a substituição dos estereótipos europeus pelos norte-americanos’. É bem curiosa a teoria de Lippmann, principalmente porque ela não é propriamente uma teoria científica, mas uma espécie de constatação empírica de um jornalista mais arguto. Para ele, os estereótipos com base nas ‘imagens’ que as pessoas trazem ‘dentro da cabeça’ - são o que possibilita a compreensão do mundo. O que, em sua visão, não é bom nem ruim. É apenas natural, humano. É graças aos estereótipos que se enxerga a realidade. Diz ele: ‘Na maior parte das vezes, não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois

vemos'. Ou seja, primeiro se formam 'as imagens dentro da cabeça', e depois, com base nelas, é que se decodifica a realidade (BUCCI, 2004, p. 145).

Três repórteres de emissoras diferentes, com uma similaridade no enquadramento noticioso de um acontecimento e também na separação do fluxo em curso dos elementos circundantes por um conjunto especial de marcadores de fronteiras ou parênteses. “As escolhas que se produzem na televisão são de alguma maneira sem sujeito”, destaca Bourdieu (1997, p. 34). É preciso levar em consideração que possivelmente os três repórteres possuam propriedades em comum: eles podem acompanhar o trabalho uns dos outros, podem ter uma convivência por participarem das mesmas coberturas ou podem ter estudado juntos na faculdade. Também é concebível imaginar o fechamento de um círculo vicioso da informação pela troca de experiência entre os três repórteres baseada nesta “vigilância permanente” (p. 107). Porém, qual é o papel do repórter como ator do enquadramento noticioso? Para isso recorro ao artigo “A vida através da tela: a realidade através do telejornal e do documentário”, de Macelle Khouri Santos e Melina de la Barrera Ayres, da Universidade Federal de Santa Catarina, para definir a função deste profissional:

Os repórteres são jornalistas que tem como principal função recolher as informações, produzi-las, etc. O jornalista é, de acordo com Vizeu, ‘o elo fundamental do processo jornalístico’ (2005, p. 57). No telejornalismo, a função do repórter foi mudando com o passar do tempo. No começo, ele ‘não tinha outra função além de segurar o microfone e fazer perguntas que quase nunca iam ao ar’ (SQUIRRA, 1995, p. 80). Atualmente a situação é bem diferente, sua função não se reduz à técnica, ele trabalha com ‘representações ideológicas, palavras, informações, dados, opiniões e atitudes que são as que a empresa adota’ (VIZEU, 2005, p. 58). Hoje, o jornalista não só tem uma participação ativa, mas um lugar central na produção da matéria (SANTOS; AYRES, 2008).

Então, partindo do ponto de vista da mudança de função ao longo do tempo, pode ter alguma validade a discussão da importância do repórter (e, claro, dos jornalistas) no aumento da sensação de insegurança na capital paulista. A transformação de um profissional técnico que apenas reportava os fatos para um profissional com o lugar central na produção da matéria teria como consequência deixado o repórter fora do domínio ordinário da atividade? Será que ao passar a trabalhar com representações ideológicas, palavras, informações, dados, opiniões e atitudes que são as que a empresa adota, o repórter não estaria executando uma atividade radicalmente diferente do habitual da origem da função? Caso estes questionamentos tenham alguma procedência, talvez esta seja a luz para entender por qual razão, pelo menos neste caso exemplificado, o enquadramento noticioso foi realizado em cima do perfil da vítima em total detrimento a um problema de ordem social que é a violência urbana. O público telespectador,

dono da notícia, na visão de Eugênio Bucci (2004), não foi contemplado com uma série de outros detalhes. Há ausência de informações sobre as demais pessoas envolvidas no crime. Somente a matéria da Band cita o estado de saúde do motorista e amigo de Gustavo Henrique, enquanto a vítima do segundo assalto não é identificada e nem sua situação clínica é relatada. Em nenhum momento nas três reportagens há a presença de um especialista em segurança pública para contextualizar o tipo de crime ou a situação dos índices de violência da região ou da cidade. Também não existe qualquer informação se os assaltantes eram “profissionais”, ou seja, veteranos neste tipo de ação ou se eram apenas duas pessoas em uma atitude inconsequente. Portanto, há uma grande atividade fora do quadro e que ficará ocultada para mais de 7,5 milhões de telespectadores.

Sempre que um indivíduo participa de uma atividade, ele estará situado em relação a ela, o que acarreta uma exposição em determinado grau ao testemunho direto, e uma oportunidade, quase mesmo grau, de adquirir observações diretas. Estas últimas implicações do ‘estar situado’ em conjunção com suas capacidades auditivas, geram uma série de pontos para além dos quais ele não pode obter evidência quanto ao que está ocorrendo. Ele encontrará barreiras à sua percepção, uma espécie de fronteira evidencial [*evidential boundary*]. Tudo o que está além dessa fronteira lhe estará oculto (GOFFMAN, 2012, p. 270-271).

Pela noção do sociólogo, é possível visualizar que a borda do quadro, aquilo que divide a atividade interna e externa a uma matéria, é generalizada pela pessoa e estabelecida em seu esquema de interpretação, assim se tornando uma parte adicional do quadro. Em geral “os pressupostos que isolam uma atividade do ambiente externo assinalam também as maneiras como esta atividade está inevitavelmente vinculada ao mundo circundante” (GOFFMAN, 2012, p. 308). Tendo em vista que os *frames* podem definir problemas e realizar julgamentos morais, fica clara a dimensão política e social de um conteúdo jornalístico como este veiculado em 22 de junho de 2018. Porém, é preciso destacar que tais perspectivas primárias de ordem natural e social, cuja capacidade é compreensível para a sociedade, “afetam um número maior de pessoas do que apenas os participantes de uma atividade; os espectadores que se limitam a observar estão também profundamente envolvidos” (GOFFMAN, 2012, p. 64).

No entanto, é imprescindível ressaltar que o autor destaca o paradoxo e a complexidade da relação do quadro com o mundo em volta dele.

Uma ilustração. Dois homens sentam-se a uma mesa equipada com jogos e decidem se vão jogar xadrez ou damas. Em termos do âmbito gerado pelo jogo no qual logo mergulharão, a diferença entre o xadrez e as damas é considerável; desdobrar-se-ão dramas bastante diferentes, envolvendo personagens bastante diferentes gerados pelo jogo. Mas se um estranho ou um empregado ou um zelador ou um policial se aproximar dos dois jogadores, normalmente será suficiente saber que os homens estão

jogando um jogo de tabuleiro, A inserção do jogo no mundo rotineiro imediatamente circundante faz-se geralmente em termos desta categorização relativamente abstrata, porque o que está envolvido são questões como a luz elétrica, o espaço físico, o tempo necessário, o direito de outros de observar publicamente e, em certas circunstâncias, de interromper os jogadores e pedir-lhes que adiem o jogo ou mudem sua localização física, o direito dos jogadores de ligarem para suas esposas a fim de informar que se atrasarão porque desejam terminar uma partida. Estes e muitos outros detalhes nos quais o que está acontecendo deve encontrar um lugar no resto do mundo em curso são relativamente independentes do tipo de jogo que está sendo jogado. Em geral, o que é inserido no mundo é o modo de transformação, e não aquilo que é assim transformado (GOFFMAN, 2012, p. 308-309).

Outro aspecto a ser destacado sob a ótica de Bourdieu é a disposição do jornalista a ser o primeiro a ver e fazer alguma coisa antes dos outros e, como se copiam mutuamente, todos acabam fazendo a mesma coisa. A busca da exclusividade, de sair na frente dos outros, acaba resultando na uniformização e na banalização (1997, p. 27).

O signo da velocidade na prática jornalística (ou da precipitação na visão do pensador francês), obriga o profissional a viver e pensar o dia a dia e a dar valor à informação em função de sua atualidade e, assim, favorecendo uma espécie de amnésia permanente. Apesar da concorrência, é possível constatar que as emissoras de televisão estão cada vez mais parecidas umas com as outras em vez de buscarem a diferenciação (BOURDIEU, 1997; BUCCI, 2004).

Segundo o professor brasileiro, engolidos pelos conglomerados de mídia, os veículos são mais similares ideologicamente graças à homogeneização realizada pelo mercado. E completa em apontar a preocupação dos próprios jornalistas em cargos de comando para zelar pelos interesses dos patrões ao promover essa adequação ao mercado resultando em um produto opaco e imóvel.

A ausência da crítica na prática do jornalismo, de acordo com Bucci, leva ao processamento de informações de baixa qualidade e, mesmo sem exercer a manipulação da notícia de forma deliberada, acaba repetindo chavões e contribuindo para o empobrecimento da visão do cidadão.

Por outro lado, Bourdieu relata que os jornalistas estão sob uma “censura invisível” do meio televisivo, graças às condições impostas pela natureza do tipo de comunicação e pela limitação do tempo, que impõe restrições ao discurso raramente permitindo que algo seja dito. Além disso, o pensador francês ressalta que o campo jornalístico possui um conjunto de pressupostos e crenças compartilhadas que implica, por exemplo, uma noção do que “passa-bem-na-televisão” construída de forma não científica pela classe profissional em um certo sistema de categorias de pensamento. Em complemento, alerta que a concorrência entre jornalistas e veículos de comunicação estão sujeitos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião e aos mesmos anunciantes.

O próprio mercado leva à homogeneização do produto noticioso mesmo que os profissionais sejam diferentes em sexo, idade, veículo e origem social. Ao fato que, cada vez mais, o mercado através dos relatórios de audiência é reconhecido como “instância legítima de legitimação” (1997, p. 37).

Esse é um dos mecanismos pelos quais se gera a homogeneidade dos produtos propostos. Se o *Libération* faz sua primeira página sobre tal acontecimento, o *Le Monde* não pode ficar-lhe indiferente, mesmo que pronto a se demarcar (*a fortiori* se é da *TF1* que se trata) para marcar a distância e conservar sua reputação de altivez e de seriedade. Mas essas pequenas diferenças às quais, subjetivamente, os diferentes jornalistas atribuem tanta importância mascaram as enormes semelhanças. Nas equipes de redação, passa-se uma parte considerável do tempo falando de outros jornais e em particular, do ‘que eles fizeram e que nós não fizemos’ e que deveriam ter feito sem discussão porque eles fizeram (BOURDIEU, 1997, p. 32-33).

Retornando ao exemplo, o caso da matéria sobre o assassinato de Gustavo Henrique Duque Castilho de Moraes foi exibido para um público potencial de 7,5 milhões pessoas de maneira homogênea, sem um contexto do fato por emissoras concorrentes e legitimado pelo mecanismo de índice de audiência que representa a pressão do campo econômico gerado pelo mercado anunciante.

Agora, qual é o efeito político e cultural que pode resultar deste mecanismo na construção social do medo?

4 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MEDO

Perdeu-se a confiança no futuro (LASCH, 1986, p. 9). Passado tanto tempo desde a publicação, é preciso discutir a atualidade de “O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis” de Christopher Lasch. Para isso, proponho um diálogo com “Medo líquido” de Zygmunt Bauman escrito 22 anos mais tarde. O pano de fundo é a construção social do medo em uma sociedade individualista que busca sobreviver por não acreditar no futuro. Um campo amplo que demanda a presença de Giuseppe Mininni com a sua “Psicologia cultural da mídia” para demonstrar como a televisão contribui para gerar este sentimento.

Professor de origem norte-americana, Christopher Lasch sugeriu entre as décadas de 1970 e 1980 que o cotidiano havia se tornado um ato de sobrevivência. Uma atividade desafiadora a um homem que não gosta de olhar para trás com receio de perecer em uma extenuante melancolia e que, quando visualiza o futuro, se preocupa em evitar os infortúnios que possam surgir no horizonte. Como consequência, a individualidade ganha o peso de um bem valioso e, ao ser ameaçada, se guarda em uma estrutura defensiva deixando de ser emancipada.

Medo. Está aí uma coisa abundante em nossa rotina. Eles são dos mais diversos tipos em uma época onde o sentimento de segurança foi relegado. Independentemente do gênero, raça, idade, origem e condição social, cada pessoa convive com os próprios temores. Para Zygmunt Bauman (2008), o problema é que muitos destes medos não fazem sentido. Por qual razão? Eles surgem de maneira contínua nos mais diversos formatos e, por isso, são mais horripilantes devido à dificuldade em serem entendidos, além de gerarem um sentimento de impotência. Sem compreender a origem e a lógica de funcionamento desse temor desmedido, o ser humano convive recorrentemente com a dúvida simplesmente porque não possui tais habilidades para decidir qual atitude tomar e, assim, evitar os perigos indicados por estes medos. Com base nestes indícios, o sociólogo polonês publicou “Medo líquido”. Um livro que deve ser visualizado como um inventário incompleto dos medos da época com o objetivo de buscar fontes e obstáculos comuns, além de propor como “deixá-los fora de ação” (p. 33).

A vida líquida flui ou se arrasta de um desafio para outro e de um episódio para outro, e o hábito comum dos desafios e episódios é sua tendência a terem vida curta. Pode-se presumir o mesmo em relação à expectativa de vida dos medos que atualmente afligem as nossas esperanças. Além disso, muitos medos entram em nossa vida juntamente com os remédios sobre os quais muitas vezes você ouviu falar antes de ser atemorizado pelos males que esses prometem remediar (BAUMAN, 2008, p. 14).

Partindo destes pontos de vista é concebível projetar um sistema de base para a sensação generalizada de insegurança. Uma estrutura que instala uma cultura de sobrevivência e de medo a algum perigo mesmo não correndo risco iminente de vida.

Porém, os autores apontam épocas diferentes para o início de cada linha de pensamento. A cultura do narcisismo de Lasch começou a tomar forma a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), não por causa de eventuais instabilidades das condições econômicas e sociais, mas porque houve uma rápida “queda na expectativa de que a ação política pudesse humanizar gradualmente a sociedade industrial”¹⁴. A principal consequência deste desencanto foi estabelecer a convicção de que era preciso sobreviver a qualquer custo. “O risco de desintegração individual estimula um sentido de individualidade que não é ‘soberano’ ou ‘narcisista’, mas simplesmente sitiado”¹⁵. Esta mentalidade sitiada, por vezes, possui características comuns como a ironia defensiva, a falta de compromisso emocional, o sentimento de impotência e sacrifício, o deslumbramento por situações extremas e a possibilidade de uso destas lições ao dia do dia da pessoa. Contudo, cabe ressaltar, tais aspectos também ajudam a diferenciar o que é narcisismo, claro, pela ótica da sobrevivência individual, do mero auto interesse ou egoísmo. “O narcisismo significa uma perda da individualidade e não a autoafirmação; refere-se a um eu ameaçado com a desintegração e por um sentido vazio interior” (1986, p. 47). O cotidiano passa a ser conduzido pelas estratégias de sobrevivência, descompromisso emocional em relação aos outros e abdicação do passado e do presente com a meta de viver um dia por vez. Uma autogestão dentro de uma sociedade burocrática que leva a sistema de total controle e cujo valor cultural é solidificado na falta de diferenciação do “eu” perante o universo exterior. Por consequência, as espetaculares imagens de produção de massa ajudam a formatar uma visão de mundo que colabora para o encolhimento da forma defensiva do “eu” e, assim, apagam a fronteira entre o indivíduo e o seu ambiente.

[...] individualidade mínima não é só uma resposta defensiva ao perigo, mas se origina de uma transformação social mais profunda: a substituição de um mundo confiável de objetos duráveis por um mundo de imagens oscilantes que torna cada vez mais difícil a distinção entre a realidade e a fantasia (LASCH, 1986, p. 13).

A cultura do narcisismo não é uma compreensão onde as restrições morais entraram em decadência diante do egoísmo e não é uma situação onde o homem se perdeu ao focar no próprio benefício de maneira prazerosa devido à queda dos vínculos sociais. A cultura do

¹⁴ LASCH, 1986, p. 10

¹⁵ LASCH, loc. cit.

narcisismo é o desbotamento da concepção de um mundo durável, comum e público que aumenta o temor pela separação e, em paralelo, retira as forças dos recursos psicológicos que tornam possível enfrentar o medo de forma realista. Tal situação deu liberdade ao pensamento de constrangimentos externos e expôs as angústias internas.

Os fatos inelutáveis da separação e da morte somente são suportáveis porque o mundo tranquilizador dos objetos fabricados pelo homem e da cultura humana restaura o sentido de vinculação original em uma nova base. Quando esse mundo começa a perder a sua realidade, o medo da separação torna-se quase esmagador e a necessidade de ilusões passa a ser, conseqüentemente, mais intensa que nunca (LASCH, 1986, p. 178).

Será que esta transformação social não acarretou a perda do controle sobre o mundo social? Para Bauman é possível até classificar que houve um desmoronamento do controle sobre o mundo social e natural dentro da era líquido-moderna. Na visão do polonês, o ser humano vive em uma ansiedade permanente pois não possui qualquer domínio sobre a natureza, além de estar inserido em uma economia globalizada graças ao poder da tecnologia. Tudo isso gera um sentimento de medo, que pode variar desde ser excluído, passando pelo temor de perder o emprego, até a paranoia em ser a próxima vítima da violência urbana. Entre estas oscilações aparece em comum “a fragilidade dos vínculos humanos” (2008, p. 64) como origem do problema, atributo provavelmente definidor desta vida líquido-moderna.

Enquanto Christopher Lasch designa o período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial como fundamental para a expansão da cultura da sobrevivência, Zygmunt Bauman indica que o horror do inadministrável tem como ponto fundamental o terremoto de Lisboa em 1755 (2008, p. 111), quando a capital portuguesa quase foi aniquilada. Com vítimas estimadas entre dez a noventa mil mortos, o sismo foi acompanhado de um maremoto e de seguidos focos de incêndio. A quebra do encanto com a natureza desembocou no espírito de uma visão de mundo moderna onde Deus deixou de ser onipotente. “Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento” (KANT, 1995, p. 11) resultou em submeter as catástrofes naturais ao mesmo fim dos problemas sociais, ou seja, a expulsão da vida cotidiana dos indivíduos sem a possibilidade de retornar graças à previsibilidade que seria conquistada pelo uso do poder da razão.

Contudo, ao longo dos anos, o homem notou que não teria a capacidade de controlar e evitar todos os medos. A nossa vida tem sido diferente daquela planejada pelos iluministas¹⁶ e

¹⁶ Movimento intelectual apoiado pela burguesia desenvolvido na Inglaterra, Holanda e França nos séculos XVII e XVIII. Defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas) e pregava maior liberdade econômica e política.

seus herdeiros. Estabelecido no século XVIII como um objetivo açucarado pelo simples exercício da razão, o “progresso” passou a ter na era líquido-moderna o gosto áspero da ameaça de mudança contínua sem previsibilidade de certeza ou qualquer chance de planejamento, cujo um instante de falta de atenção pode causar uma derrota que não poderá ser revertida ou até uma exclusão permanente. Amedrontado, o cidadão começou a apostar no pensamento individual em nome da manutenção de sua segurança pessoal.

No entanto, ao voltar para si próprio, o homem estabeleceu uma sociedade com uma dolorosa consciência da tensão entre as aspirações ilimitadas e a compreensão limitada, entre as sugestões originais de imortalidade e o estado cativo, entre a unidade e a separação (LASCH, 1986, p. 13-14). Uma cultura pós-industrial com uma história interna de individualidade construída graças a fonte de nossa inquietação existencial.

A vida mental, em seu sentido mais amplo (enquanto oposta à vida da mente), não se inicia com uma compreensão clara das fronteiras entre o eu e o mundo circundante dos objetos, mas, ao contrário, com o sentimento jubiloso de paz e união ‘oceânicas’, como as denominou Freud. De início, a individualidade se apresenta como uma separação dolorosa em relação ao meio circundante, e essa experiência primária de perda esmagadora torna-se a base de todas as experiências subsequentes de alienação, bem como dos mitos históricos de uma idade de ouro perdida e do mito da queda em desgraça original, presente em tantas religiões. Tal como as melhores expressões da arte, a religião procura justamente restaurar o sentido original de união com o mundo, mas apenas após reconhecer o fato da alienação, concebida como pecado original, como *hubris* seguida de punição divina, como isolamento e separação existenciais ou, no campo das artes (especialmente na música, que transmite essas experiências no seu nível mais profundo), como o ritmo da tensão e do alívio, conflito seguido pela paz interior (LASCH, 1986, p. 149-150).

Por outro lado, apesar de ser uma época líquido-moderna, Zygmunt Bauman destaca que, mais do que em qualquer outro período anterior, as pessoas buscam e desejam vínculos sólidos devido ao fato de as relações não apresentarem espaços de certeza e tranquilidade. No entanto, tal atitude apenas aumenta o nível de ansiedade. A busca “compulsiva e apaixonante” (2008, p. 94) por uma rede de amizades mais ampla - desde que possa ser comprimida na tela do celular - serve para depositarmos as nossas apostas em todas cestas que pudermos encontrar, pois nenhuma se apresenta como totalmente segura. A partir deste ponto de vista é concebível compreender que o mal pode estar oculto em qualquer lugar sem ter a capacidade de identificá-lo. E, por causa desta incerteza em detectar o mal, o ser humano passa a preferir uma visão de mundo de cunho individualista para garantir o futuro. Pressionado rotineiramente a perseguir o próprio interesse e apenas se preocupar com o próximo quando o interesse dele afete o seu, a pessoa opta por acreditar que os outros são conduzidos por motivos semelhantemente egoístas.

Numa sociedade assim, a percepção da camaradagem humana como fonte de insegurança existencial e como um território repleto de armadilhas e emboscadas tende a se tornar endêmica. Numa espécie de círculo vicioso, ela exacerba, por sua vez, a fragilidade crônica dos vínculos humanos e aumenta os temores que essa fragilidade tende a gerar. Tendo assolado o mundo dos humanos, o medo se torna capaz de se impulsionar e se intensificar por si mesmo. Adquire um ímpeto e uma lógica de desenvolvimento próprios, precisando de poucos cuidados e quase nenhum estímulo adicional para se difundir e crescer - irrefreavelmente (BAUMAN, 2008, p. 172).

Tal circunstância afetou também a mentalidade dentro das organizações depois do término da Segunda Guerra Mundial. Ao longo dos anos foi perceptível a recompreensão da busca pelo sucesso como a batalha diária pela sobrevivência. Um pensamento que não permite espaço para a “vida pessoal ou a história individual” (LASCH, 1986, p. 75).

Uma mentalidade possivelmente desenvolvida como uma consequência da grande oferta vivida pela sociedade contemporânea. O indivíduo está cercado por objetos dos mais variados tipos fabricados pelo próprio homem, mas que não servem mais para medir de forma efetiva o mundo interior e o mundo exterior. O mundo das mercadorias possui a característica de um lugar dos sonhos concebido em um ambiente pré-fabricado com o objetivo de atingir a fantasia interna do homem, porém não é possível reconhecê-lo como uma conquista de sua autoria. Este local de abundante oferta conseguiu se firmar como uma espécie de “segunda natureza” (LASCH, 1986, p. 179), confrontando o indivíduo de maneira inesperada, sedutora e aterrorizante. Afinal de contas, ela esmaga o homem ao obrigá-lo a ser dependente de outros para atingir os próprios objetivos. O ambiente dominado pela produção é algo completamente rompido com o “eu” e, em vez de construir uma ponte entre a pessoa e o mundo em volta dela, acaba apagando as diferenças entre eles. Um processo que tem início na infância com o intuito de favorecer medidas regressivas em vez de soluções evolutivas. A orientação narcisista da experiência tem como fundamento

a emergência da assim chamada família igualitária; a crescente exposição da criança a outras agências socializadoras além da família; e o efeito geral da moderna cultura de massa, no sentido de romper as distinções entre ilusões e realidade. A família moderna é o produto da ideologia igualitária, do capitalismo de consumo e da intervenção terapêutica (LASCH, 1986, p. 170).

É notório o reconhecimento que o processo de industrialização trouxe uma gama de pessoas para um mundo com chances de satisfação pessoal e de escolha. Porém, perante um indivíduo consolidado como um sujeito inconsciente do capital (BUCCI; KEHL, 2004, p. 22), trouxe junto com ele o narcisismo, no sentido de sobrevivência, como efeito colateral.

Uma das razões é a crescente dependência em relação à tecnologia, que ninguém parece compreender ou controlar, gerando, assim, uma sensação generalizada de impotência e de vitimização. Aliás, a visão do “eu” como uma “vítima indefesa das circunstâncias externas” (LASCH, 1986, p. 48) é o que gera legitimidade para o cidadão apostar no pensamento individual em nome da manutenção de sua segurança pessoal.

Ainda é admissível sugerir que a cultura de massa contemporânea impede a circulação de ideias com apoio da tecnologia. Apesar de facilitar a disseminação da notícia, este modelo de cultura concentra a informação em algumas grandes companhias, assim estabelecendo o controle administrativo sobre a força de trabalho, a política e a economia. Por outro flanco, é presumível entender que, tais arranjos sociais concebidos para garantir um sistema de produção e consumo em massa, acabam desencorajando a iniciativa e a autoconfiança do cidadão na figura do trabalhador. Uma degradação que tem no consumismo e sua ampla oferta uma outra face. E a organização deste mercado de massa com objetivo de desencorajar as pessoas de providenciar as próprias necessidades e com “consumidores que precisam ser produzidos para os produtos destinados a enfrentar o medo” (BAUMAN, 2008, p. 15), fez com que o indivíduo perdesse a credibilidade do próprio julgamento. Logo, ao viver em um planeta que desafia o entendimento por causa de uma grande oferta de produto e informações, o cidadão acaba fragilizado e dependente dos próprios medos e desejos. Para Lasch (1986, p. 27), é justamente esta abundância de opções que fundamenta o mal do homem moderno. A obrigação de realizar escolhas em um crescente variado de possibilidades dá origem a um sentimento persistente de descontentamento. A formação deste mercado de massa levou o homem a sensação permanente de atraso.

Aliás, não só as pessoas, mas também as coisas perderam a solidez, definição e senso de continuidade na sociedade moderna de acordo com Lasch. Como consequência, a identidade passou a ser incerta e problemática porque as pessoas não mais residem em um mundo que exista independentemente delas (p. 23). A queda da identidade expôs a ansiedade interna do indivíduo.

A fantasia deixa de ser liberadora quando ela se solta dos controles impostos pela experiência prática do mundo. Em vez disso, ela dá lugar às alucinações; e o progresso do conhecimento científico, que deveria desestimular a projeção de nossos anseios e receios interiores frente ao mundo que nos circunda, deixa intocadas essas alucinações. A ciência não correspondeu às esperanças de que pudesse substituir as tradições metafísicas desacreditadas por uma explicação coerente do mundo e do lugar que nele ocupa o homem (LASCH, 1986, p. 24).

Sem identidade definida, o homem sente a sua confiança corroída para compreender o ambiente no qual está inserido e para entender as próprias necessidades. Daí é um passo para mediar a própria vida com o olhar dos outros. A prática rotineira da submissão ao julgamento dos gurus estabelecidos pelo mercado consumidor acaba enganando a percepção dos humanos em relação a eles mesmos e em relação ao mundo ao redor. A projeção desta autoimagem vale mais que as habilidades e experiências adquiridas ao longo da vida.

Ao ser julgado pelos outros por causa de suas posses e não pelo seu caráter, o homem começa a ter uma visão teatral da própria atividade porque as condições de relacionamento têm como fundamento a produção e o consumo de massa deixando o “eu” quase indiferente da superfície. Estabelecendo como princípio que o consumismo é o rosto da rotina de trabalho industrial, “a individualidade e a identidade pessoal tornam-se problemáticas em tais sociedades, como se pode perceber pela efusão de comentários psiquiátricos e sociológicos sobre esses temas” (LASCH, 1986, p. 21).

O efeito é que o consumidor vive rodeado por coisas e fantasias sem existência objetiva que parece ser determinado apenas com a meta de recompensar ou contestar os próprios desejos. As pessoas passam a ser exclusivamente responsáveis por seu destino, fracasso ou sucesso. A ideologia da superação e o apagamento do coletivo sugerem a despolitização de temas que são relevantes para a sociedade.

Após reconhecer que a promessa da razão para domínio dos perigos não foi integralmente cumprida, agindo de forma individualista sem nenhum compromisso emocional para sobreviver e garantir o próprio futuro, bombardeado por uma infindável quantidade de ofertas dentro de um agressivo mercado consumidor, vivendo com sentimento de atraso por causa da grande velocidade da evolução tecnológica e usando a visão dos outros para avaliar a própria imagem devido à queda da identidade, o homem desenvolveu uma outra faixa de medo.

4.1 Evolução do medo

Bauman estabelece que “o medo é um sentimento conhecido de toda criatura viva. Os seres humanos compartilham essa experiência com os animais” (2008, p. 9). É a presença de uma ameaça que coloque a vida em risco tendo como reação a fuga ou uma agressão. Porém, se o medo é inerente a todos os animais, por qual razão ele afeta de maneira diferente a sociedade da era moderna-líquida?

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. 'Medo' é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito - do que pode e do que não pode - para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance (BAUMAN, 2008, p. 8).

A existência de uma espécie de uma segunda camada de medo com um fundo social entre os seres humanos é denominada por Bauman como o “medo derivado”, uma sensação que orienta o indivíduo até mesmo em uma situação que não haja o risco de ameaça iminente. Tal atributo teria sido construído após a reforma de percepção de mundo ocorrida com maior intensidade durante o período iluminista, que tinha como meta dominar os temores e frear as inseguranças. Mas, como visto anteriormente, tal façanha não pode ser plenamente executada e, na vigência do ambiente líquido-moderno, se tornou um desafio que acompanha o homem ao longo da vida. É útil recapitular que o pensador indicou algumas características entre tipos diferentes de medo. Como base, apresentou o “medo original”, o medo da morte, que é compartilhado com os animais devido ao natural instinto de sobrevivência (2008, p. 45). Para a estrutura mental que trabalha com o “sentimento de estar suscetível ao perigo” (p. 10), Bauman classificou como “medo derivado”, exposto aqui anteriormente como uma ideia de estar vulnerável às ameaças devido à falta de confiança nas defesas disponíveis. Entre os tipos de perigos do “medo derivado”, o autor realizou uma divisão em três partes: alguns que ameaçam o corpo e as propriedades, outros que ameaçam a durabilidade da ordem social como renda e emprego e os perigos que ameaçam o lugar da pessoa no mundo como a posição na hierarquia social, a identidade e a exclusão social. E, ainda, retornando à escala dos medos, há o “medo da exclusão”, caracterizado por ser o temor de ficar para trás e “confirmado pela autoridade dominante da mídia, que defende - visível e tangivelmente - uma realidade que não se pode ver nem tocar sem a ajuda dela” (p. 29). Exceto durante períodos de solidariedade concentrada como, por exemplo, em grandes tragédias, manter certa distância parece ser a única forma correta de agir na argumentação do polonês. Ao compreender que as outras pessoas representam uma ameaça vaga e difusa, sem chance de esperar qualquer tipo de ato de solidariedade, as relações humanas se tornam uma fonte constante de ansiedade. Para tentar domar esta ansiedade em um cenário com redução dos vínculos e aumento do individualismo, o ser humano busca a todo momento realizar cálculos. Na proposta de Zygmunt Bauman existe a ideia que o indivíduo só se preocupa com as coisas que pode prever, pois é só delas que terá chance de lutar para escapar (2008, p. 18). Afinal de contas, os perigos calculáveis são os mais próximos de uma inatingível certeza. Ao calcular os riscos e, assim, manter a individualização,

o ser humano “faz o mundo parecer mais traiçoeiro e assustador, e instiga mais ações defensivas que acrescentarão ainda mais vigor à capacidade do medo de se autopropagar” (p. 186).

Ocupamos o tempo buscando ‘os sete sinais do câncer’ ou ‘os cinco sintomas da depressão’, ou ainda exorcizando o espectro da alta pressão sanguínea e do alto nível de colesterol, estresse ou obesidade. Em outras palavras, procuramos alvos substitutos para descarregar o medo existencial excedente que teve cortado o acesso a seu escoadouro natural, e encontramos alvos paliativos ao tomarmos precauções minuciosas contra a inalação da fumaça do cigarro de outra pessoa, a ingestão de comidas gordurosas ou de bactérias ‘ruins’ (enquanto ingerimos avidamente líquidos que prometem conter as ‘boas’), a exposição ao sol ou o sexo sem proteção. Aqueles de nós que podem arcar com isso se fortificam contra perigos visíveis ou invisíveis, atuais ou previstos, conhecidos ou ainda não, dispersos, mas ubíquos, desintoxicando o interior de nossos corpos e lares, trancando-nos atrás de muros, cercando os acessos a nossas residências com câmaras de TV, contratando guardas armados, dirigindo veículos blindados ou tendo aulas de artes marciais (BAUMAN, 2008, p. 186).

O polonês ainda ressalta que ao ficar ocupado em calcular os riscos, o homem coloca em segundo plano as preocupações maiores sobre as quais nada se pode fazer, sendo uma forma de defesa mental ao afastar os pesadelos e a insônia, mas não tornando o indivíduo necessariamente mais seguro (2008, p. 20). Visão compartilhada pela cultura do narcisismo, cuja uma das características seria ““centrar-se naqueles segmentos da realidade que possam ser tratados’, atingir um estado de ‘insensibilidade e resignação psíquicas diante das condições inevitáveis’”, desta forma suprimindo a capacidade crítica e alcançando a automatização das funções humanas em nome da sobrevivência (LASCH, 1986, p. 115).

Seriam os telejornais um meio para o cidadão paulistano calcular, na acepção da palavra dada pelo sociólogo polonês, os riscos de ser vítima da violência? E, ao assistir a um noticiário e perceber que o estudante Gustavo morreu baleado na saída de um supermercado na zona oeste de São Paulo, o indivíduo pode avaliar se existe a possibilidade de evitar o perigo e, mesmo ainda que sem garantia, ter a coragem para decidir se o resultado deste cálculo justifica o esforço em ir até aquela região para fazer compras rotineiras?

[...] a gente tem agora os meios de comunicação entrando nessa equação, colocando maior exposição aos fatos, tanto é que começa um processo interessante de se observar, que é pessoas em lugares mais seguros se sentem mais inseguras do que pessoas de lugares inseguros, novamente vinculado a questão do perfil, que está ligado a uma questão etária, mas também de renda (NERY, 2017).

Giuseppe Mininni classificou que as pessoas encontram na mídia a compreensão do mundo, não por representações abstratas, mas por “modos concretos para se compreender, lugares e tempos para edificar a compreensão de seu mundo comum de referência” (2008, p. 43). Não se trata somente sobre exibir coisas que farão as pessoas pensar sobre os fatos. Em

decorrência dos meios de seleção, valorização e narração da informação, a mídia faz uma modelagem dos indivíduos propondo e apontando em quais fatos pensar (p. 125).

A mídia ‘entretém’ as pessoas, acima de tudo porque lhes permite divertir, satisfazer necessidades fundamentais de evasão no fantástico, atravessar quando bem entendem a fronteira móvel que separa a cena (na qual *the show must go on*) de quem a observa. Mas a mídia também ‘entretém’ as pessoas em um sentido mais profundo, enquanto extraem dela materiais para se pensar e formas para se estruturar. Mais que a escola, a família ou o grupo de pares, é a mídia que fornece os modelos mentais para organizar a própria identidade e para projetá-la nas relações com os outros (MININNI, 2008, p. 164).

Para entender a ideia de como a mídia age como ancoragem existencial é necessário um olhar de alguém que veja as relações humanas de forma direta e as medidas pelos meios de comunicação de massa. Professor de psicologia da comunicação, o italiano Giuseppe Mininni é um especialista na abordagem psicológica das representações sociais, cujo maior mérito na obra “Psicologia cultural da mídia” foi revelar o tecido da cultura ocidental modelada pelo imaginário televisivo e como a memória coletiva da sociedade é reconfigurada pelos conteúdos noticiosos. Um estudo que demonstra como os receptores reproduzem padrões de interpretação da notícia e trata das comunidades interpretativas que aparecem graças ao apoio aos métodos de tradução dos fatos realizado pelas mídias. Um molde de decodificação da realidade construído em cima de alicerces simbólicos articuláveis interferindo na interação social e parassocial. Afinal, para obter uma maior consciência, criatividade e crítica é preciso aumentar o desenvolvimento da capacidade de comunicação e entender por qual motivação somos “dependentes dos meios de comunicação de massa no entender o que fazemos, o que sentimos e como nos sentimos no mundo” (2008, p. 29).

4.2 Psicologia cultural da mídia

Ao demonstrar interesse na relação complexa entre homem e mídia, a psicologia tem a chance de conhecer uma ampla variedade de procedimentos que o homem utiliza para dar sentido ao mundo. No entanto, a ideia de psicologia relacionada à mídia pode ser interpretada sob vários aspectos. Tendo como foco a ligação entre os percursos, é possível enxergar a “psicologia na mídia”, dedicada ao estudo dos ambientes; e a “psicologia para a mídia” como uma série de elementos culturais que espalham uma imagem da psicologia nos meios de comunicação. Ainda existe um terceiro caminho, que é a psicologia como ciência preocupada em compreender as experiências das pessoas graças às mídias (2008, p. 14). Esta última será o

objeto de atenção pois reconhece que muitas teorias da comunicação têm um quadro de referências ligadas as coordenadas psicológicas.

Mas a perspectiva midiológica, cujo valor psicológico será colocado em evidência aqui, é a teoria da dependência da mídia (Ball-Rokeach e DeFleur, 1976). Segundo essa teoria, hoje amplamente aceita, a experiência humana no mundo é moldada pela mídia, que coloca à disposição das pessoas os principais sistemas de significado para que elas entendam o mundo (externo e interno), para que orientem o próprio percurso existencial num equilíbrio entre busca por informações ('fazer seriamente') e desejo de evasão ('fazer por brincadeira'). Até a escolha das roupas a serem usadas depende do hábito, muito comum, de consultar a 'previsão do tempo', sendo que os mais obsessivos chegariam até a comprar os vários serviços de meteorologia utilizados pelos jornais, pelo rádio, pela TV e pela Internet. Pensando bem, porém, a teoria da dependência das pessoas à mídia baseia-se numa análise atenta das necessidades psicológicas e das motivações que dirigem as condutas humanas. Dependemos da mídia porque ela é (e até que seja) considerada capaz de nos fornecer informações para fazer com que o mundo (externo e interno) torne-se, a nós, mais compreensível, para nos dar sugestões de como nos comportarmos e fornecer oportunidades para sairmos da solidão e da angústia existencial (MININNI, 2008, p. 23).

As experiências que os indivíduos têm com os meios de comunicação revelam a natureza de animal simbólico¹⁷ do homem, cujo interesse é estar dentro de uma trama de significados.

Uma psicologia cultural e discursiva da mídia é intrinsecamente crítica, pois está interessada em revelar de que modo as potencialidades do *sense-making* colocadas à disposição da mídia podem escapar do controle das pessoas e ser funcionais aos programas de domínio social (MININNI, 2008, p. 26).

Partindo da predisposição que não é apenas uma simples examinadora de informações, a mente pode ser analisada como interna e externa ao corpo humano. A psicologia cultural da mídia mostra que esta interceptou a metáfora básica para a construção do Si, elaborado por cada indivíduo através da administração dos significados na linha externa dos artefatos: tecnologias, rituais, instituição etc. Na linha interna estão as rotinas interpretativas de roteiros interacionais. A Self, construção discursiva da identidade, depende das tecnologias comunicacionais e das modalidades de estímulo de mecanismos enunciativos específicos. O ser humano é reconhecido como sujeito de expressão de sentido com apoio dos artefatos culturais dos quais utiliza como falar, escrever, telefonar e outros. Estas são atividades que aceitam consequências na elaboração da imagem de si-mesmo derivadas de propriedades sociocognitivas dos artefatos utilizados. Porém, as pessoas são individuáveis como sujeitos de expressão por causa do jeito único de

¹⁷ "*Animal symbolicum*" é um termo elaborado por Ernst Cassirer para definir o homem que elabora fantasias, imagens, símbolos aos quais se prende, transformando-os nos princípios orientadores de sua conduta e comportamento. Este termo foi originalmente publicado em 1944 na obra "*An essay on man*".

misturar dois modelos gerais de inserção nos mundos de interpretação e referência com ajuda das narrativas e das argumentações. Essa espiral da mente (a parte interna) localiza na mídia (a parte externa) características para desenvolver novas ações humanas no mundo (2008, p. 27-28). A psicologia cultural da mídia busca entender como a mídia estabelece diferentes perfis de importância para o ato de narrar e argumentar e como os indivíduos usam a mídia para compreender o mundo que vivem. Os meios de comunicação valorizam as competências comunicacionais do corpo humano e também as competências da mente humana. Logo, a ação dos meios de comunicação é psicologicamente relevante por tornar cristalino a mutual adaptação entre a lógica da significação e a dinâmica da comunicação.

A contribuição da psicologia para o estudo desta interação mediada pode ser notada na própria construção do cotidiano devido ao fato do universo simbólico, que nutre os conhecimentos e emoções do homem, é baseado na experiência de mundo adquirida através das mídias. Na história este caminho saiu das crenças nos mitos para atender às grandes questões do homem e permitir que houvesse uma identificação social e alguma racionalização das respostas para as perguntas de ordem existencial do período. Segundo Mininni, na época moderna esta função foi direcionada para o regime discursivo das ideologias. Boa parte desta mudança aconteceu por causa das ondas contínuas de industrialização, que culminou em um sistema de ideias valorizadas graças aos arranjos socioculturais dos últimos quatro séculos, justamente o período do estabelecimento e difusão social da mídia.

A imprensa, e a mídia em geral, criam as condições de nascimento, circulação e penetração das representações sociais, ou seja, 'dos sistemas cognitivos com uma linguagem e uma língua próprias [...] sistemas de valor, ideias e práticas com uma dupla função: estabelecer uma ordem para capacitar os indivíduos a se orientar em seu mundo material e social e controlá-lo; possibilitar a comunicação entre os membros de uma comunidade' (MOSCOVICI, 1969, p. 13 apud MININNI, 2008, p. 35).

Sabendo que as pessoas encontram na mídia um jeito de compreender o mundo ao redor, a evolução tecnológica da área ganha relevância. A partir da invenção da automatização da operação de escrever realizada por Gutenberg em 1445, grande parte do saber da humanidade pode atravessar gerações. Com a criação das redes elétricas, o rádio e a televisão tiveram a chance de unificar o planeta em uma aldeia global¹⁸ tornando acessíveis informações para todo o mundo. O computador e as redes informatizadas permitiram a união de diversas tecnologias,

18 Aldeia Global é um termo elaborado por Herbert Marshall McLuhan para indicar que as novas tecnologias eletrônicas encurtariam distâncias e o progresso tecnológico reduziria todo o planeta à mesma situação que ocorre em uma aldeia Este termo foi originalmente publicado em 1962 na obra "*The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man*".

tornando a vida humana mais organizada e controlada. Contudo, é possível ainda observar que a evolução dos suportes midiáticos melhorou mais o conteúdo do que a relação (MININNI, 2008, p. 45).

Submetida às mesmas leis de produção e de oferta dos objetos materiais (BAUMAN, 2008; LASCH, 1986; MININNI, 2008), a produção cultural e seu consumo corresponde para o indivíduo ao tempo usado em ativar processos de construção de um ambiente simbólico comum com validação do código proposto pelos produtores, negociação do código ou até com a negação dele (MININNI, 2008, p. 49). Porém, como acontece a participação do indivíduo pela ótica da psicologia? Pelo ponto de vista psicológico, a comunicação de massa pode ser colocada no centro de dois eixos:

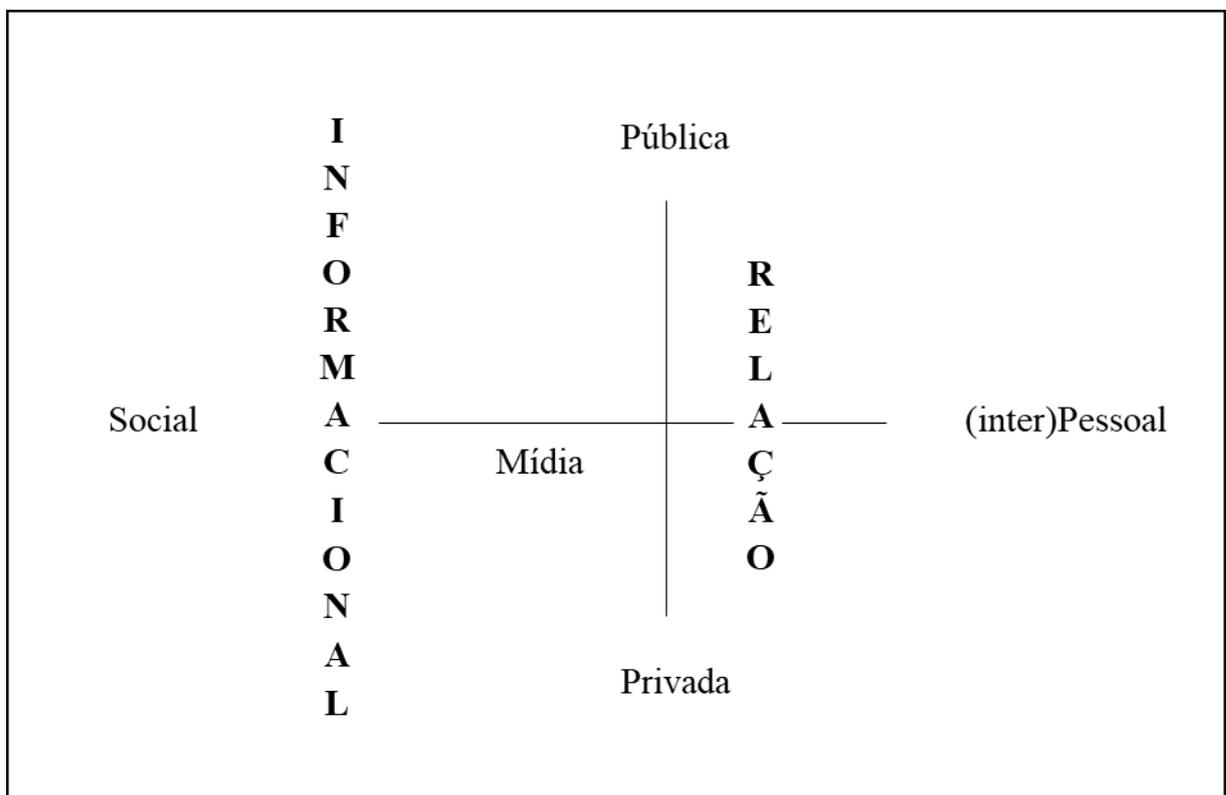


Figura 12 — Comunicação de massa pelo ponto de vista psicológico

De um lado o caráter social aparece na comunicação pública, onde a vida social se teatraliza através da representação dando a possibilidade de existência de uma audiência. Uma tendência natural à espetacularização. Já a comunicação (inter)pessoal está localizada dentro da comunicação privada, onde as pessoas possuem uma conduta de proteção na hora da troca de informações e na relação entre elas. Uma atitude muito valorizada para a construção da própria identidade.

Os meios de comunicação ajudam a transparecer as representações sociais que agem na esfera pública e que criam raízes na experiência (inter) pessoal da identidade privada. A diferença entre esfera pública e privada é atribuída pelos três vínculos normativos de nexos entre texto e contexto de interação: *topic*, teor e modo (HALLIDAY; HASAN, 1985 apud MININNI, 2008, p. 55). O *topic* determina os argumentos adequados em um ato comunicativo na esfera pública, que contém assunto de caráter pessoal. O teor mostra os tipos de vínculos possíveis a um ato de comunicação, sendo que na esfera pública existem modelos de relação diferentes da esfera privada. O modo indica os tipos de configurações que um evento comunicativo pode tomar posse, porém, neste caso, as estratégias de exposição e os estilos de construção de sentido são diferentes dos praticados na esfera privada.

Por consequência, na 'esfera pública' as pessoas elaboram significados relativos a mundos de referência comuns para estabelecer relações de um determinado tipo, e o fazem segundo modalidades adequadas ao que pode ser dito 'na cena'. Na 'esfera privada', ao contrário, as pessoas elaboram os significados que dizem respeito a seu mundo interior a fim de estabelecer um tipo diferente de relações e o fazem segundo modalidades adequadas ao que pode ser dito 'nos bastidores' (Goffman, 1959). Os meios de comunicação de massa atuam como se fosse um amplificador das práticas comunicativas possíveis na 'esfera pública' e visam, progressivamente, a penetrar nas formas de constituição da 'esfera privada' (MININNI, 2008, p. 55).

No caso brasileiro, ressalta Bucci e Kehl, a TV consegue exercer sozinha uma esfera pública expandida (2004, p. 31).

Estabelecida a logística do modo de participação é necessário partir para a discussão de um contrato de interação. Giuseppe Mininni busca na teoria de comunicação como contrato, uma proposta de negociação de significados, idealizada pelo psicólogo francês Rodolphe Ghiglione, a resposta para contextualizar a capacidade invasora da mídia na sociedade, pois os meios de comunicação praticam diversos percursos de influência, sendo alguns de maneira consciente. Outros de forma tácita. "Foi observado que, em caso de igualdade de condições, a mídia prefere orientar as pessoas a praticar o percurso 'periférico' de elaboração de informações e não o percurso 'central'" (MININNI, 2008, p. 57). Com essa preferência, é possível entender a atração de um discurso como "menos impostos para todos". O enunciador prevê que o público pode compreender como "convém a mim" em vez de realizar uma análise em profundidade.

Os meios de comunicação convivem com uma situação ambígua de interação: de um lado quem está focado na interação face a face e acredita que os fatos veiculados pela mídia representam um grau de artificialidade. Por outro lado, existem aqueles que exclusivamente se concentram ao que acontece na mídia e acreditam que as atitudes praticadas na esfera pública representam o máximo de visibilidade e transparência. De acordo com Mininni, a consequência

deste processo psicológico é a interação parassocial, “um modelo de relação entre as pessoas e a mídia capaz de satisfazer às necessidades de identificação e de projeção fantasmática que amparam muitas escolhas inspiradoras da conduta humana” (2008, p. 58).

A interação parassocial indica um tipo especial de vínculo que se estabelece entre os usuários dos meios de comunicação e as figuras, reais ou fictícios, que atuam nas mídias. Um exemplo pode ser percebido em quartos de adolescentes ao redor do mundo que tenham pôsteres de cantores ou artistas consagrados. Possuir e expor em um ambiente tão íntimo a imagem de uma figura midiática traz algum tipo de conforto, ainda que seja apenas uma ilusão. Porém serve como modelo para entender a ligação da interação parassocial e as manifestações de estrelismo, que foram possíveis graças à mídia.

A interação parassocial é um jeito de mediação do caráter das relações humanas e acontece graças a uma série intrincada de configurações em nível cognitivo, afetivo e comportamental. Os indivíduos participam de uma interação parassocial ao ingressar ativamente no que é colocada em cena pela mídia e se servem disto para compreender o mundo e conduzir a própria existência. A interação parassocial exige que as pessoas determinem um certo grau de realidade às figuras midiáticas (pessoas ou semipessoas, como personagens fictícios) e, assim, estabelecer um modelo de relação entre elas. Tal sistema possibilita aos usuários manter várias relações com as mais diversas figuras e com diferentes graus de envolvimento e afetividade (positiva ou negativa).

Os indivíduos solitários veem nas figuras midiáticas uma possibilidade de interação e, assim, as adotam em sua rotina como companheiros de confiança. Os tipos de vínculos podem variar da sensação de descoberta de uma leve afinidade até uma sólida identificação (p. 62). Nas interações parassociais, ou IPS, não é exigida nenhuma troca entre os lados por pressupor um regime de desigualdade.

Quem tende a considerar que a IPS seja semelhante a uma rede de relações ‘normais’ evidencia o fato de que a sensação de ligação que as pessoas vivenciam em relação à figura midiática é comparável à experiência do vínculo construído nas relações interpessoais ‘reais’, pois ambas as situações são reguladas pelo mesmo princípio cognitivo de redução da incerteza. Segundo a teoria elaborada por Berger e Calabrese (1975), a frequência maior dos contratos interpessoais comporta um aumento da previsibilidade das condutas (‘redução da incerteza’), com o qual é normalmente associado um contentamento recíproco. Quanto mais eu convivo com uma pessoa, mais fácil fica a tarefa de interpretá-la; a maior transparência de suas ações traduz-se num ganho cognitivo que, na ausência de outros motivos de contraste, tende a tornar mais gratificante a relação (MININNI, 2008, p. 63).

Em sua obra (2008), Giuseppe Mininni classifica os vínculos parassociais em três graus distintos:

Tabela 4 — Tipos de relações interpessoais

		Vínculos		Potencial de relação	
Encontro	Localização	Formal	Informal	Formal	Informal
SOCIAL					
Diádico	Perto	Entrevista	Conversa	Colega de trabalho	Amigo íntimo
	Distante	E-mail	E-mail	Futuro associado	Cyberamigo
Pequeno grupo	Perto	Grupo de trabalho	Comitiva de amigos	Colega	Amigo em um grupo
Grande grupo	Perto	Reunião ampliada	Festa	Futuro colega	Futuro amigo
	Distante	Conferência	Conferência	Semiparassocial	Amigo/colega futuro
Encontro com figura midiática	Perto	Convenção de fã	Encontro casual	Diádico, mas vinculado ao papel	Como na díade normal
	Distante	Telefonema em show na TV	Carta "pessoal"	Diádico, mas vinculado ao papel	Semiparassocial
IPS de 1º grau	Distante	Telejornal	-	Parassocial, mas com possibilidade de contato	-
IPS de 2º grau	Distante	Personagem de novela	-	Parassocial, pode estabelecer contato somente em nível representativo (por exemplo, com um ator)	-
IPS de 3º grau	Distante	Figura de desenhos animados	-	Puramente parassocial, nenhuma oportunidade de contato	-
PARASSOCIAL					

No primeiro nível da interação parassocial existe um investimento relacional, porém a figura midiática representa a si mesma. No segundo grau aparece a figura dentro de uma personagem, por exemplo, em uma novela. Por último, em terceiro nível, a figura midiática aparece como fonte de uma relação imaginária e os traços de humanidade são o efeito de uma

técnica construtiva como ocorre nos desenhos animados. Logo, quanto maior o grau de IPS, menor a possibilidade de relações reais. Contudo, em paralelo, também estabelece apenas duas modalidades de resposta em eventual caso de encontro com as figuras humanas midiática: a identificação ou a interação imaginada (HONEYCUTT; WIEMANN, 1999 apud MININNI, 2008, p. 70).

Construtora e reveladora de semideuses, a mídia também atua por inclusão e exclusão, além de oferecer visibilidade a posições de poder do campo político, econômico e simbólico. Esta força pode ser encontrada no fato dos meios de comunicação gerarem admiração do público pelos astros, cujos modelo de personalidade é apresentado como capaz de se proteger da padronização da sociedade vigente à época.

A referência ao âmbito religioso serve como uma eficaz comparação para demonstrar a penetração da mídia a formação da vivência diária do indivíduo. “Para o homem moderno (e mais ainda o pós-moderno) a mídia representa o que a Igreja representava para o homem medieval: um horizonte de compreensão total do mundo e de si mesmo” (MININNI, 2008, p. 61). Isso abre uma outra perspectiva. Autoridade em assuntos religiosos com impecáveis credenciais ecumênicas, Karen Armstrong destaca que os seres humanos não suportam o vazio ou a desolação e preenchem o vácuo criando focos de sentido (2008, p. 492), isso porque o homem é também um animal espiritual em busca de valorizar a vida, apesar do sofrimento da carne (p. 8). Ainda, afirma a britânica, “criar deuses é algo que os seres humanos sempre fizeram. Quando uma ideia religiosa deixa de funcionar, simplesmente a substituem” (p. 16). Tais pensamentos de ambos os autores abrem espaço para um questionamento: os apresentadores de telejornais e repórteres não ocupam o papel antes destinado no período medieval aos padres e autoridades eclesiásticas? E, ao noticiar o caso da morte de Gustavo Henrique, com uma audiência que possivelmente atingiu 35% da população da Grande São Paulo, eles consolidaram algum tipo de medo em uma população desacreditada do próprio futuro?

Em resumo, a psicologia da mídia pode ajudar na compreensão de interação mediada passando pelas motivações e significados alcançados pelo indivíduo ao ter contato com as mídias, identificação do *status* social dele graças aos critérios de inclusão/exclusão e indo até o reconhecimento da própria presença da pessoa no espaço público ao integrar recursos da mídia com o processo de construção da própria identidade.

Quando questiona o envolvimento recíproco entre as pessoas e as formas de comunicação de massa, a psicologia registra uma ordem precisa de relevância, cujo ápice é a questão da ‘influência’ da mídia. Na divisão do trabalho científico, parece

apropriado esperar que psicólogos se encarreguem de responder à pergunta que indaga consequências sobre as condutas e/ou mente das pessoas. [...] Uma vez que a mídia é um artefato cultural que organiza a experiência humana do mundo, sua capacidade de influenciar a mente e a conduta das pessoas é inegável (MININNI, 2008, p. 71-72).

De acordo com o professor italiano, os meios de comunicação vêm pouco a pouco modificando toda a ordem econômica, social e cultural, então, é válido questionar se as repercussões das mídias podem afetar as organizações das crenças e comportamentos individuais (MININNI, 2008, p. 73). Para afirmar que é inegável a influência dos meios de comunicação, Mininni recorre aos estudos do psicólogo Carl Hovland sobre a alteração dos comportamentos por meio de mensagens midiáticas. Em 1953, Hovland apontou que, para serem eficazes, “as mensagens da imprensa e dos filmes precisavam passar por uma seleção ativa de pessoas, que podem dar créditos ou resistir a elas com base em múltiplos fatores como idade, sexo, cultura do público, credibilidade, respeitabilidade” (p. 76). Posteriormente, Hovland apontou também como a eficácia da mídia era limitada devido a algumas condições como a atenção, a assimilação (memorização do conteúdo) e o incentivo, ou seja, as mensagens necessitavam serem aceitas como idôneas para alcançar os interesses das pessoas.

Vale a pena ressaltar dois resultados particulares da abordagem neo-comportamentalista de Hovland à comunicação persuasiva (tanto em nível interpessoal quanto midiático) e os vínculos que são postos pela credibilidade do persuasor e pela organização da mensagem. Sobretudo quando atuam na mídia, os persuasores (publicitários, políticos, apresentadores de programas de televisão) cuidam detalhadamente das condições de sua credibilidade. Todo um grupo de signos - da mímica do rosto ao que dizem, das roupas que usam aos títulos que ostentam orgulhosamente - deve confirmar a expectativa do auditório de que são competentes honestos, participantes das iniciativas mas desprendidos e, portanto, no conjunto, confiáveis e merecedores de confiança. Por isso, sobretudo na mídia, trata-se de uma credibilidade construída por processos de negociação entre exibição e atribuição de intenções (Gili, 1999). Quem pede o nosso consenso deve ser, antes de tudo, reconhecido em sua plausibilidade (MININNI, 2008, p. 76-77).

Para Bucci (2004, p. 52), a credibilidade é gerada pela atitude, em relação aos fatos e ao público, dos encarregados em relatar os fatos a essa mesma audiência. Tal credibilidade é construída com qualidade editorial, que vem da premissa em conhecer a audiência, atender as suas necessidades e antecipar-se a elas, além de fazer valer os direitos, informar com exclusividade em uma linguagem compreensível (p. 66). A TV obriga a ver o imenso e invasivo poder que os meios de comunicação exercem na sociedade, porém, é preciso um certo grau de cautela, porque os “efeitos esperados são de longo prazo, ou seja, como êxito cumulativo de específicas práticas midiáticas na construção social da realidade” (MININNI, 2008, p. 78). Logo, os indivíduos e suas formas de relações são moldados pelos meios de comunicação

porque é deles que vêm a maior parte de conhecimento do mundo, pois a mídia exerce uma influência na orientação dos processos de atribuição de sentido.

E, se a televisão ocupa hoje a esfera pública, o espaço privilegiado do encontro virtual entre os integrantes da sociedade é o lugar onde ela impera: o espaço doméstico (BUCCI; KEHL, 2004, p. 160). Cabe a ela um lugar especial nesta matriz de influência por conseguir revelar os grandes sucessos na evolução de tecnologias comunicativas; atrai grandes massas de usuários fornecendo novos jeitos de consumo simbólico, mesmo quando não fornece os argumentos necessários para uma formação crítica da audiência; exhibe uma nova linguagem dentro do aceleramento da experiência (MININNI, 2008, p. 81-82). E faz tudo isso dentro de casa sem ser um objeto de estranhamento devido ao fato que aceita receber atenção compartilhada.

Este dado da experiência compartilhada legitima aquele antigo lugar-comum segundo o qual nós vivemos (e morreremos) na civilização da imagem. O poder psicológico das imagens deriva de sua capacidade de organizar a paixão humana pelo sentido em formato de ícone. Em nível técnico, o texto fílmico e televisivo resulta da montagem de uma série de enquadramentos. Por meio dos chamados 'movimentos da máquina' (tomada panorâmica, zoom, etc.), os autores de tais textos (sobretudo os responsáveis por eles na qualidade de diretores) recortam segmentos espaço-temporais autônomos, filmados de um ponto de vista específico (do alto, de baixo, etc.) e dispostos numa vasta série de 'planos' (primeiro plano, primeiríssimo plano, plano americano, etc.) e 'campos' (longo, médio, etc.). As junções entre os diversos enquadramentos supõem várias possibilidades, dentre as quais se destacam o corte puro e a fusão (MININNI, 2008, p. 82).

A televisão tem o poder de apresentar imagens com a capacidade de serem aderentes ao mundo em uma gestão de sentido que varia entre o espelhamento e a substituição da realidade. Entre os sistemas de signos, a imagem tem o potencial de segurar a atenção de forma mais imediata e sedutora por resumir as informações com agilidade para a primeira interpretação emocional. "Na verdade, a TV modificou radicalmente a organização da cultura da humanidade, levando os acontecimentos mundiais para dentro do regime veloz das imagens transmitidas e comentadas em tempo real" (MININNI, 2008, p. 83). Esta capacidade de influenciar também acaba afetando de maneiras distintas pessoas de idades diferentes. "Assistem mais à televisão as crianças, os idosos, os desempregados, os viúvos, os detentos, ou seja, todos aqueles que, circunstancialmente, estão fora das redes de comunicação ativa e interpessoal" (2008, p. 86).

Por isso, ganha relevância o debate sobre a violência na TV e suas consequências. Apesar de ser inegável, mas limitada, o poder influenciado deste meio de comunicação leva a posições mais extremas, onde alguns autores atribuem à violência colocada em cena sendo

propulsora de atitudes criminosas de indivíduos nas ruas da cidade. Um dos estudos referenciais deste argumento foi realizado por Brandon Centerwall e publicado em 1989. “*Exposure to television as a cause of violence*”, em tradução livre “Exposição à televisão como fator de risco para a violência”, avaliou a televisão como um fator de risco para a violência, examinando as taxas de homicídio na África do Sul, Canadá e Estados Unidos. Nos países da América do Norte a televisão foi introduzida em 1945, enquanto na África do Sul somente em 1974. A África do Sul foi selecionada como a população de controle, uma vez que não recebeu a intervenção, televisão, até quase trinta anos depois do Canadá e dos Estados Unidos. O autor comparou apenas as taxas de homicídio das populações brancas de cada país durante este período. Centerwall descobriu que, entre 1945 e 1974, a taxa anual de mortes por homicídio nos Estados Unidos aumentou 93% e no Canadá houve uma alta de 92%. Nos Estados Unidos, havia três homicídios por 100 mil brancos em 1945 comparado com 5,8 homicídios por 100 mil em 1974. No Canadá havia 1,3 homicídios em 1945 comparado com 2,5 homicídios por 100 mil brancos em 1974. A taxa de homicídios de pessoas brancas na África do Sul durante este mesmo período diminuiu 7%; o índice era de 2,7 em 1943-1948 comparado com 2,5 homicídios por 100 mil em 1974. A conclusão do pesquisador foi que a exposição à televisão estava etiologicamente relacionada a cerca de metade dos homicídios cometidos nos Estados Unidos. Apesar da óbvia relevância científica, alguns questionamentos são necessários no estudo de Centerwall. Além de assumir o efeito de mudanças em outros fatores de risco, como condições socioeconômicas, ele não justifica convincentemente a exclusão de outras variáveis como os efeitos relativos da exposição a outras mídias na flutuação dos índices.

Contudo, cabe destacar, o estudo do colega norte-americano não demonstra relação direta com a situação analisada por esta dissertação sobre a cidade de São Paulo, que possui uma queda vertiginosa nas taxas de homicídio nos últimos 20 anos apesar de conviver com a veiculação de conteúdo televisivo desde 1950. Apesar disso, serve para compreender o conceito proposto por Giuseppe Mininni de inegável influência da TV a longo prazo sobre uma sociedade, porém com efeitos limitados.

A ideia de uma sociedade violenta regida por formações imaginárias também pode ser vista na obra de Maria Rita Kehl. Contudo, mesmo o resultado não estabelecendo uma relação direta com esta pesquisa, a construção do pensamento da autora brasileira colabora para compreender como a exibição diária e recorrente de casos de violência urbana na TV pode ajudar a construir o medo na população paulistana.

Desses cinquenta anos, no mínimo durante os últimos trinta a presença da TV no cotidiano de grande parte da população mundial veio produzindo não apenas novas formas de sociabilidade como também uma série de efeitos sobre a subjetividade contemporânea. Um dos mais graves, a meu ver, é o surgimento de uma nova forma de violência que afeta todas as modalidades do laço social: a violência do imaginário. Não me refiro à violência representada pelas imagens televisivas, nem a uma versão imaginária da violência, mas a um modo de violência que é próprio do funcionamento imaginário, e que incide de forma quase hegemônica sobre as culturas em que a televisão tem um lugar muito predominante (BUCCI; KEHL, 2004, p. 87).

O imaginário é o registro psíquico que dá corpo à experiência. Ao sofrer uma violência, ele passa a funcionar de forma capenga (BUCCI; KEHL, 2004, p. 94), mesmo que o simbólico e o real, os outros dois dos três registros psíquicos, estejam trabalhando normalmente. O conjunto dos registros sustenta o sujeito do desejo. Portanto, “uma sociedade na qual o imaginário prevalece, em que as formações imaginárias é que elaboram o real – esse real ao qual não temos acesso -, é uma sociedade de certa forma totalitária” (p. 104) mesmo que todas as instituições governamentais estejam funcionando plenamente. O resultado desta “falha” é a uma paralisia diante de notícias chocantes, pois mesmo que elas incomodem, passam a impressão que nada pode ser feito porque a vida é assim. Uma consequência delicada se for estabelecido que para ver televisão não é preciso realizar ativamente o exercício da reflexão.

O pensamento é um trabalho, e ninguém aguenta pensar (trabalhar) o tempo todo. Ele só é convocado a operar quando falha a realização de desejos. Então, esta é a primeira premissa: o funcionamento imaginário dispensa o pensamento. Isso não quer dizer que as pessoas parem de pensar para sempre por efeito desse gozo imaginário, mas que, diante do fluxo de imagens, paramos de pensar. E quanto mais o fluxo de imagens ocupa espaço na nossa vida real e na nossa vida psíquica, menos é convocado o pensamento. A segunda premissa é consequência da primeira: o funcionamento do imaginário incita a passagens ao ato, pois onde o pensamento não opera, o sujeito, incapaz de simbolizar aquilo que vê, é compelido de certa forma a interferir, a existir em ato onde não pode existir enquanto sujeito simbólico. Esse ato sem pensamento, ou seja, um ato que se daria quase que contra o pensamento, como reação à angústia causada pelo vazio de pensamento, esse é o ato da superficialidade, esse é o ato da irreflexão (BUCCI; KEHL, 2004, p. 91).

A agressividade adquirida das imagens da televisão não se converte necessariamente em condutas violentas, porém “a violência televisiva pode fazer com que alguns indivíduos escorreguem num tipo de ‘impotência aprendida’ em relação à arbitrariedade e à exibição da força” (MININNI, 2008, p. 88).

Pela visão do pensador italiano os conteúdos midiáticos desencadeiam dois tipos de mecanismo no sistema cognitivo: podem ativar pensamentos obsessivos ou revirar os modelos mentais mais idôneos para encarar uma situação que remeta a violência como se estivesse envolvido nela. Mininni ressalta que a influência da modelagem das expectativas vivenciais

remete ao estudo do teórico da comunicação húngaro George Gerbner, cujo resultado afirma ser concebível que a exposição de pessoas a programas com cenas de violência é capaz de mudar sua percepção de mundo:

Na verdade, Gerbner observa que quem vive em bairros ‘bons’, ou seja, protegidos dos riscos de atos criminosos ou violentos, mas assiste frequentemente a programas televisivos de um determinado tipo, pensa que pode sofrer atos de violência em uma probabilidade mais alta do que quem, vivendo em bairros degradados, está muito mais exposto a ela. Desse modo, Gerbner demonstra que o quanto uma pessoa crê não depende mais daquilo que ela experimenta pessoalmente, mas sim do que vê na TV. Segundo os resultados de sua pesquisa, Gerbner propõe uma concepção teórica, conhecida como teoria da cultura e que visa explicar o grande impacto da TV na vida social do homem. Na verdade, a TV tornou-se a mais potente agência de socialização e de homogeneização cultural, pois o fluxo de suas imagens constrói o terreno partilhado de referência comum à realidade. Mais que interrogar-se acerca dos efeitos específicos (de persuasão, de manipulação, etc.) ligados a um dado programa (ou até mesmo a únicas cenas) é urgente perceber que todos se imergem no fluxo da TV e que dela tiram informações, valores (explícitos e implícitos), modelos de comportamentos e estilos de vida (MININNI, 2008, p. 89).

Esta afirmação é fundamental para compreender a situação vivida pelos paulistanos. Apesar de alguns bairros não registrarem homicídios, a sensação de medo consegue reinar devido à queda dos vínculos e de confiança no futuro, além de ser alimentada diariamente pela credibilidade dos programas telejornalísticos, que servem de orientação de mundo para uma sociedade consumista bombardeada por ofertas. A teoria da cultura de Gerbner é destacada dentro do pensamento de Mininni supera a rigidez da abordagem à influência da mídia em termos de efeitos graças a dois pilares: uma linha central, que projeta toda a vida das pessoas em uma sequência de correntes de significado, estabelecendo um grau de importância para validade e compartilhamento; e a ressonância provada pelos meios de comunicação ao pegar a experiência real e amplificar o valor de sentido atribuído pela própria pessoa.

4.3 Banalização da morte e trivialização da crise

Porém, por qual razão ficou fácil para a mídia televisiva exibir um crime no começo da noite? Na proposta da era líquido-moderna existe a ideia de algum nível de banalização da morte pelo indivíduo. Zygmunt Bauman chega a este conceito ao elencar os graus de experiência com a morte. O primeiro nível é a morte do indivíduo, onde nada pode ser feito pelo próprio homem. Em seguida, em uma escala de segundo grau, o autor define a morte de um companheiro de toda vida, sendo a única modalidade em que este tipo de experiência é acessível aos vivos porque dá fim ao mundo compartilhado “eu-você”. Por último, em terceiro

grau, aparece “o corte de um vínculo inter-humano pelo término de um relacionamento” (2008, p. 62). Porém, ao contrário da morte nos dois graus iniciais, este tipo pode ter a possibilidade de a relação ser reatada por meio de uma reconciliação. Dentro do conceito da era líquido-moderna, ela pode ser banalizada ao se transformar em uma ocorrência repetida e infinitamente reproduzível.

Isso de fato ocorre quando os vínculos humanos se tornam frágeis, mantidos apenas provisoriamente, com pouca, se é que alguma, expectativa de durabilidade, e se mostram desde o início assustadoramente fáceis de se desfazer à vontade e com pouca ou nenhuma advertência. A medida que os vínculos da era líquido-moderna se tornam claramente tênues e até segunda ordem, a vida vira um ensaio diário da morte e da ‘vida após a morte, da ressurreição e da reencarnação’ - todas encenadas por procuração, mas, da mesma forma que os reality shows, nem por isso menos ‘reais’. A ‘alteridade absoluta’ que separa a experiência da morte de todas as experiências da vida agora se torna uma característica comum do cotidiano. Despida, assim, de seu mistério, familiarizada e domesticada, a fera selvagem se transforma num animalzinho de estimação (BAUMAN, 2008, p. 63).

Com a vulgarização da morte houve também um afrouxamento nos limites do jornalismo, porém, com uma especificidade no Brasil. “Aqui, a massificação da morte não veio apenas atizar o sadismo covarde da turba que urra em torno da arena de gladiadores-escravos, mas veio para reforçar o nosso medo de morrer pelas mãos dos excluídos” (BUCCI; KEHL, 2004, p. 109).

“O que mais amedronta é a ubiquidade dos medos; eles podem vazar de qualquer canto ou fresta de nossos lares e de nosso planeta. Das ruas escuras ou das telas luminosas dos televisores” (BAUMAN, 2008, p. 11). De forma reiterada os perigos dão sinais que continuam vivos nos telejornais. Eles são arremessados na direção do homem, mesmo que todas as medidas preventivas tenham sido tomadas. As matérias apresentam o destino de forma implacável e reafirmam aquilo que a convenção social classifica como “verdades”.

Em sua obra, o polonês reforça o poder das notícias em causar “sucessivos ataques de pânico” ao relatar que algumas instituições são menos seguras que o esperado (p. 171). Bauman ainda destaca que a opinião que o mundo é perigoso é mais recorrente entre as pessoas que não costumam sair à noite. Como visto anteriormente, um temor relatado por 34% dos moradores da capital paulista no levantamento de 2015 da Rede Nossa São Paulo e citada na reportagem de Fernanda Mena na Folha de S. Paulo em 11 de julho de 2017. Tais impressões sobre o mundo que causam este tipo de medo não vêm das observações pessoais e presenciais, “mas de elaborados sistemas de comunicação, que vomitam informação, a maior parte dela inacreditável, sobre acontecimentos dos quais raramente temos algum conhecimento direto” (LASCH, 1986, p. 119-120).

Agora, o tempo da TV. É uma nova dimensão de tempo. Se esse espaço não é mais o lugar histórico, nem identitário, nem relacional, o tempo também deixa de ser um tempo cronológico. Observem que, vendo TV, temos a sensação de que tudo ali é um gerúndio interminável e, outra vez, totalizante, ainda que dissimulando essa sua condição. Os eventos se sucedem não propriamente numa sucessão, mas num acontecendo, num se sucedendo, na permanência de um, repito, gerúndio que não tem começo nem fim. Esses fluxos em gerúndio prometem o torpor ou o gozo e, em seu jorro ininterrupto, proporcionam efetivamente um gozo estranho e, ao mesmo tempo, familiar. O tempo da TV é um tempo sem passado, sem futuro. O passado, quando emerge, emerge como presente. O futuro, quando vem à tela a pretexto de uma previsão qualquer, põe-se como um ato que está acontecendo naquele instante exato (BUCCI; KEHL, 2004, p. 35).

No entanto, a sucessão de crises no cotidiano não significa que o mundo se tornou um local mais arriscado ou competitivo, apenas indica que deixou os indivíduos sem a expectativa de prevenir um desastre público mesmo perante tensões rotineiras passíveis de uma solução. Uma consciência baseada nos extremos que afeta o nosso passado, presente e futuro. De acordo com Lasch, “pensamos em nós mesmos, simultaneamente, como sobreviventes e como vítimas, ou vítimas em potencial” (1986, p. 57). Uma ideia que não deve somente ao pensamento que vivemos em um planeta perigoso dominado por grandes corporações, mas também à memória de grandes eventos do século XX com pessoas sendo vitimadas em escala. Tanto a ideia de sobrevivência quanto a ideia de vitimização aplicadas de forma imprópria na rotina diária mantém viva esta lembrança e acaba afrouxando o impacto emocional.

São os sobreviventes que procuram ‘conferir significado à sobrevivência’, enquanto os que vieram depois deles e vivem em condições visivelmente mais seguras encontram sentido apenas na sobrevivência em si. Um interesse cada vez maior no ‘Holocausto’ coincide com uma capacidade cada vez menor de conceber uma ordem moral que o transcenda, a única capaz de dar significado ao terrível sofrimento que aquela imagem procura reverenciar. No momento em que Auschwitz tornou-se um mito social, uma metáfora da vida moderna, as pessoas perderam de vista a única lição que daí talvez se possa extrair: que ele não oferece, por si, nenhuma lição (LASCH, 1986, p. 116).

A trivialização da crise também serve como um método de sobrevivência e ao mesmo tempo contempla um sentimento disperso de perigo na visão de Lasch (1986, p. 53). A partir do momento que o discurso de sobrevivência entra na rotina do homem, ele acaba intensificando e liberando o terror do desastre. A possível vítima encara a crise aguardando o pior e, conseqüentemente, acredita com devoção de que a situação pode ficar ainda mais grave do que na expectativa inicial. A preocupação com a sobrevivência “entrou de forma tão profunda na cultura popular e no debate político que todos os temas, por mais efêmeros e sem importância, apresentam-se como uma questão de vida ou de morte” (LASCH, 1986, p. 51).

Na visão de Bauman, as pessoas que vivem na sociedade contemporânea no maior conforto e comodidade registrados, são as que se sentem mais “ameaçadas, inseguras e amedrontadas, mais inclinadas ao pânico e mais apaixonadas por tudo aquilo que se refira a segurança e proteção do que os povos da maioria das sociedades do passado e do presente”. É concebível entender que a promessa realizada no período iluminista de evitar as ameaças à segurança do indivíduo foi cumprida até certo ponto, porém, o que está em aberto é “a expectativa de liberdade em relação aos medos nascidos da insegurança e por esta alimentados” (2008, p. 169). A perseguição irrefreável por segurança criou padrões crescentes e à frente do que é possível atingir neste momento. É nossa obsessão com segurança, assim como nossa intolerância a qualquer brecha - ainda que mínima - no seu fornecimento, que se torna a fonte mais prolífica, auto renovável e provavelmente inexaurível de nossa ansiedade e de nosso medo.

Podemos imaginar que a maldição de nossa aterradora experiência de insegurança, que não mostra sinais de redução e é aparentemente incurável, é o efeito colateral das, por assim dizer, ‘expectativas crescentes’; a promessa singularmente moderna e a convicção generalizada que gerou de que, com a continuação das descobertas científicas e das invenções tecnológicas, além das habilidades adequadas e dos esforços apropriados, seria possível atingir a segurança ‘total’, uma vida completamente livre do medo - que ‘isso pode ser feito’ e que ‘podemos fazê-lo’. Mas as ansiedades crônicas sugerem obstinadamente que tal promessa não pode ser alcançada - que ‘isso não foi feito’. Quando isso se combina com a convicção de que tal coisa poderia ser feita, a frustração das esperanças acrescenta ao dano da insegurança o insulto da impotência - e canaliza a ansiedade para um desejo de localizar e punir os culpados, assim como de ser indenizado/ compensado pelas esperanças traídas (BAUMAN, 2008, p. 170).

A consequência é que o medo colabora para o homem adotar uma atitude defensiva e consegue assim dar credibilidade as ameaças, sejam elas verdadeiras ou apenas devaneios. A reação à ansiedade reclassifica o temor sombrio como uma realidade a ser enfrentada no dia a dia, logo o medo ocupa nossos motivos e propósitos cotidianamente. Ao deslocar a discussão do campo da segurança coletiva para a esfera de proteção social, o medo criou um círculo vicioso que segue em frente sem perder força (BAUMAN, 2008, p. 173-174). “O eu não mais está embriagado da vida; ele é controlado por agentes externos que exploram a necessidade viciosa de drogas, sexo e contato humano a fim de programar uma nova raça de robôs” (LASCH, 1986, p. 122).

Com a mudança de ênfase do Estado, antes destinado a proteger os cidadãos de ameaças à existência e depois, dentro da sociedade da era líquido-moderna, com a proposta de trabalhar contra os perigos à segurança pessoal em vista a rápida globalização dos mercados (BAUMAN, 2008, p. 15), existem poucas esperanças por uma solução que contemple de forma

coletiva toda a sociedade, afinal de contas, a mentalidade narcisista apresenta dois tipos de sobrevivencialismo: o imediato e o baseado em visões apocalípticas (LASCH, 1986, p. 82).

Tendo em conceito que a democracia é fundamentada no capital da fé (BAUMAN, 2008, p. 200), a situação estabelecida de proteção individual em detrimento ao coletivo se caracteriza como uma ameaça ao futuro da sociedade. Caso siga esta agenda de globalização negativa, o caos será inescapável diante de raízes tão sedimentadas (p. 229).

Os compromissos de longo prazo e as ligações emocionais trazem certos riscos, mesmo nas melhores circunstâncias; num mundo instável e imprevisível, trazem riscos que as pessoas acham cada vez mais difícil aceitar. Na medida em que os homens e mulheres comuns não tenham confiança na possibilidade de uma ação política coletiva - não tenham esperança de reduzir os perigos que as cercam -, eles acharão custoso ir adiante, sem adotar algumas das táticas do sobrevivencialismo de linha dura, numa forma mais branda. A invasão da vida cotidiana pela retórica e pelo imaginário do desastre terminal leva as pessoas a fazerem opções individuais em geral indistinguíveis, no seu conteúdo emocional, das opções realizadas por aqueles que orgulhosamente se referem a si mesmos como sobrevivencialistas e que se congratulam por sua presciência superior do curso futuro da história (LASCH, 1986, p. 83).

5 A PERCEPÇÃO DE JORNALISTAS EM RELAÇÃO AOS DADOS ESTATÍSTICOS E A ANÁLISE DO DISCURSO

Antes de discutir a percepção dos jornalistas em relação aos dados estatísticos e a precarização da editoria de segurança pública, é preciso conhecer a proporção de pautas relacionadas à violência urbana na composição total dos telejornais de TV aberta. Partindo da premissa que o indivíduo só se preocupa com as coisas que pode prever, pois é só delas que terá chance de lutar para escapar (BAUMAN, 2008, p. 18), é válido destacar que as matérias compreendidas como casos de violência urbana são aquelas que demonstram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais. Por exemplo, uma apreensão de grande quantidade de droga, prisão de chefe do crime organizado, exploração de trabalho escravo de estrangeiro, deslizamento de terra, grande tempestade ou uma onda de frio não entram nesta conta. Alguns casos podem até ser considerados como notícias de forte impacto, porém não estão no radar do cotidiano da maioria da sociedade.

Exasperados pela incapacidade de reduzir o ritmo atordoante da mudança, muito menos predizer ou determinar sua duração, tendemos a nos concentrar nas coisas que podemos, ou acreditamos poder, ou estamos seguros de que podemos, influenciar. Tentamos calcular e minimizar o risco de cairmos vítimas dos perigos que são mais fáceis de localizar, os mais flexíveis e manejáveis, entre todos os inúmeros e incontáveis perigos que, ao que suspeitamos, o mundo opaco e seu futuro incerto têm em estoque (BAUMAN, 2008, p. 185-186).

Em resumo, entram na contagem os conteúdos jornalísticos que propiciem alvos suplentes para desafogar o medo existencial excedente sem uma drenagem natural devido ao processo de ascensão do individualismo em uma sociedade consumista. Aquilo que permite uma pessoa calcular riscos. Aproveitando o diálogo do capítulo 3.3, os telejornais analisados são os mesmos que relataram o caso Gustavo Henrique: SPTV - 2ª edição, SBT Brasil e Brasil Urgente. Além deles, com o objetivo de contemplar as quatro maiores redes de TV aberta do país e seguindo o perfil de atrações noticiosas de final de tarde ou começo de noite com exibição em dias úteis, será incluso na discussão o Cidade Alerta da RecordTV. A estreia da atração aconteceu na década de 1990, porém acabou saindo e retornando da programação em algumas oportunidades. Desde junho de 2012 vive a sua terceira fase. É transmitido de segunda a sexta-feira, às 16:45 h, com duração de três horas. Recorrentemente é o programa com maior audiência do canal. Por exemplo, a exibição em 22 de junho de 2018 anotou 11,67 pontos de média de acordo com a Kantar IBOPE Media. Um público de 2,3 milhões de pessoas na Grande

São Paulo segundo a metodologia da empresa responsável pela medição de audiência no mercado nacional (KANTAR IBOPE MEDIA, 2018). Apesar do relevante alcance no dia, a atração do departamento de jornalismo da RecordTV não destacou o crime que vitimou Gustavo Henrique Duque Castilho de Moraes. O motivo é que sua pauta é composta majoritariamente por “casos que envolvem violência contra mulheres e crianças, desaparecimentos e dramas familiares. E tem dado tratamento quase ‘dramatúrgico’ a certas coberturas, esticando-as como se fossem novelas”, cujo objetivo é atender um “público predominantemente feminino (64%), com mais de 35 anos (73%) e majoritariamente da classe C (55%)” (STYCER, 2019).

Entre 1º de julho até 12 de julho foi analisado todo o conteúdo jornalístico dos quatro programas através de um levantamento quantitativo. Um total de 68 horas e 58 minutos já excetuados os intervalos comerciais e as ações de *merchandising*. Ao todo, 42 horas e 40 minutos de pautas que demonstraram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais. O equivalente a 62% do período estudado. Apenas duas das 40 edições veiculadas neste período não tiveram qualquer matéria do tipo. É com certeza o conteúdo mais importante nas atrações jornalísticas de fim de tarde. Um panorama que deixa este tipo de assunto tão dominante que relega ao segundo plano temas considerados mais importantes pela população paulistana como saúde pública e educação (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017a, p. 31). Em comparação, no mesmo período, apenas 1,5% do tempo foi dedicado aos assuntos da saúde pública ou pautas relacionadas com o cuidado à saúde pessoal e somente 0,4% do tempo foi disponibilizado para tratar de temas ligados a educação.

Por qual razão esta desproporção entre assuntos tão relevantes à população? Uma boa resposta começa pelo dinheiro. É um material barato, sem grande demanda por investimento para ser produzido, atrativo ao telespectador e que pode ser explorado cotidianamente mesmo que não haja nenhum novo crime, porque é possível recorrer e ampliar a pauta do dia anterior com algum detalhe novo sobre uma eventual investigação. Porém, é perceptível a diferença existente no emprego deste tipo de pauta nos quatro programas analisados.

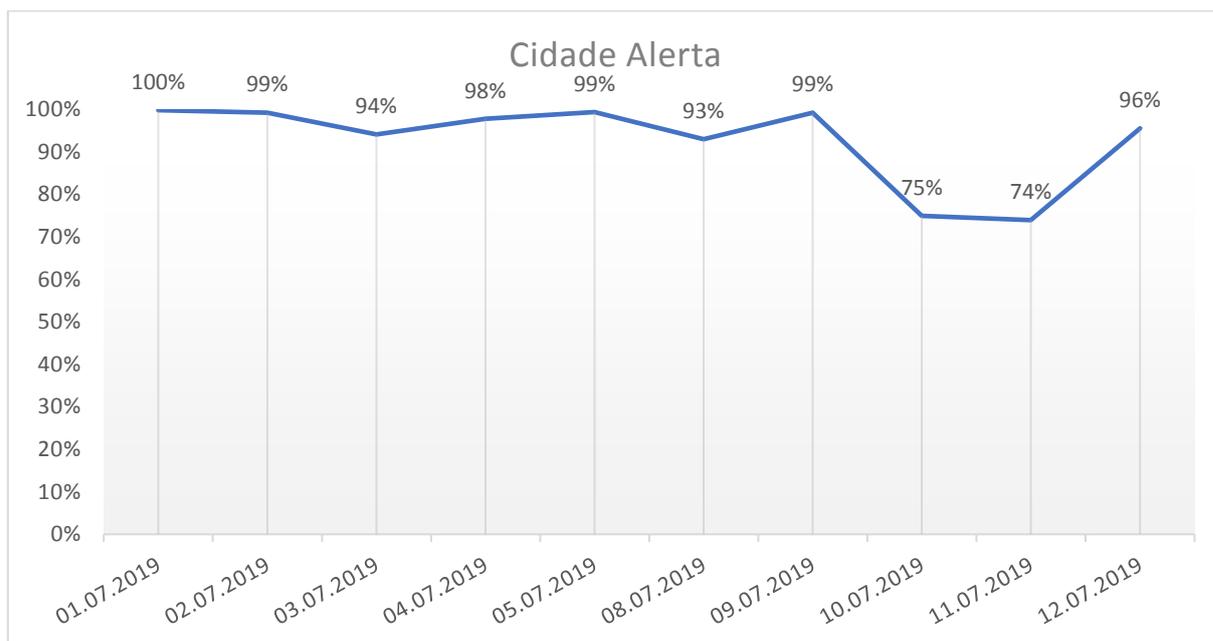


Figura 13 — Proporção do conteúdo jornalístico com pautas que demonstram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais no programa Cidade Alerta

O Cidade Alerta gastou em média 93% do tempo no período verificado com este tipo de conteúdo. 2:40 h por edição. Além das longas matérias, a atração demonstrou o hábito de realizar entrevistas ao vivo com duração de 20 a 60 minutos com parentes das vítimas dos casos noticiados. As duas datas com o menor grau de aproveitamento deste tipo de pauta foram os dias da cobertura da morte do jornalista Paulo Henrique Amorim, funcionário da casa que faleceu aos 76 anos em 10 de julho de 2019. Nenhuma matéria foi veiculada sobre saúde pública ou educação nas edições analisadas.

O conteúdo do programa costuma ter uma menor variedade de temas que os concorrentes, porém com uma duração maior de exibição dos fatos coletados pelos repórteres. A atração investe pesado em dramas familiares relacionados ao desaparecimento de pessoas. Ao todo foram 21 casos veiculados dentro do recorte selecionado, média superior a dois por dia. Em comum, todas as matérias apresentavam o sofrimento dos familiares e momentos dramatizados, como, por exemplo, uma pessoa próxima da vítima simulando o que estava fazendo quando recebeu a notícia do sumiço do ente querido.

O suspense também compõe a característica do Cidade Alerta. É habitual ver o apresentador valorizando a descoberta de alguma novidade de um caso e segurando a informação para um momento posterior. Em algumas passagens lembra aspectos da dramaturgia.

Como visto no caso Gustavo Henrique, o Cidade Alerta costuma se afastar de pautas sem o aspecto de drama familiar. Um outro exemplo é a cobertura da frente fria que assolou a cidade de São Paulo durante o período analisado. Mesmo tendo vitimado nove pessoas, a atração dedicou apenas três minutos para o fato. Isso ocorreu em uma única edição em 4 de julho de 2019.

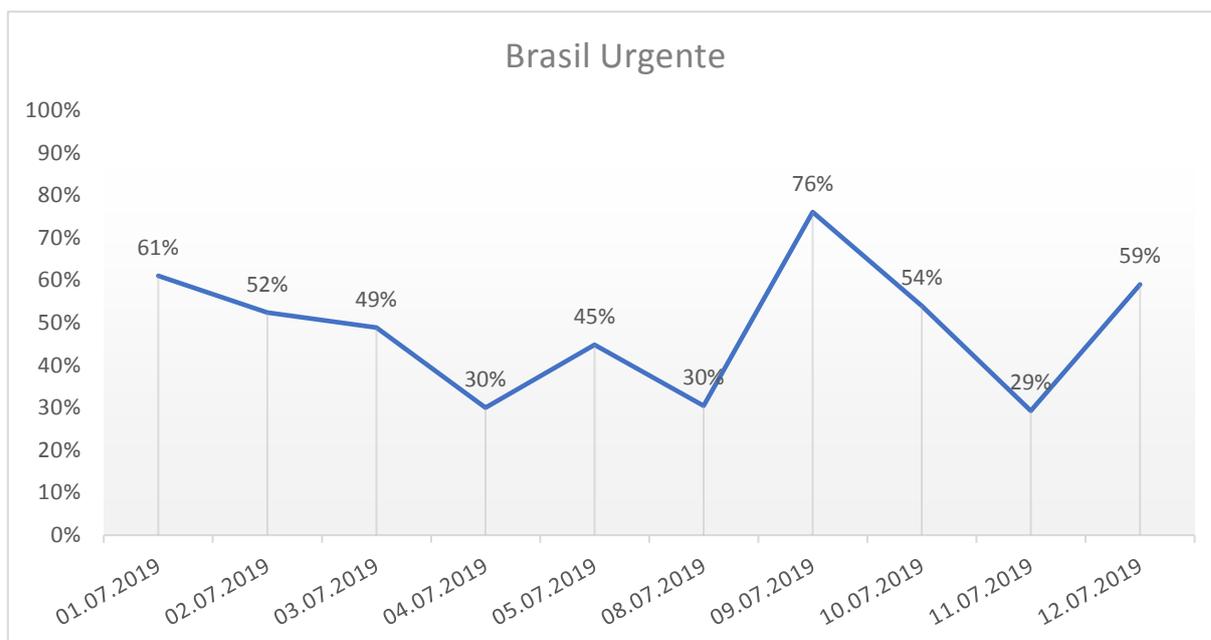


Figura 14 — Proporção do conteúdo jornalístico com pautas que demonstram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais no programa Brasil Urgente

O Brasil Urgente gastou em média 49% do tempo com este tipo de conteúdo. 1:26 h por edição. Duas das três datas com o menor aproveitamento foram os dias 4 e 8 de julho por causa da forte frente fria que derrubou as temperaturas na capital paulista. A outra data, 11 de julho, teve como principal assunto a cobertura da aprovação da reforma da previdência em 1º turno pela Câmara dos Deputados. No dia 2 de julho de 2019, o programa exibiu uma matéria afirmando que idosos estavam na mira de bandidos. Como relatado anteriormente, este costuma ser o principal público deste tipo de atração. Ao final da reportagem, o apresentador realizou uma ação de *merchandising* de uma farmácia. Cabe destacar que apesar do forte conteúdo em ações policiais, de crimes contra o cidadão e da boa cobertura da reforma da previdência, a atração exibiu quatro matérias relatando a precária situação de atendimento aos pacientes na rede pública de saúde. Um total de 2% de todo o tempo analisado durante dez edições. Por outro lado, não houve exibição de conteúdo com assuntos sobre a educação.

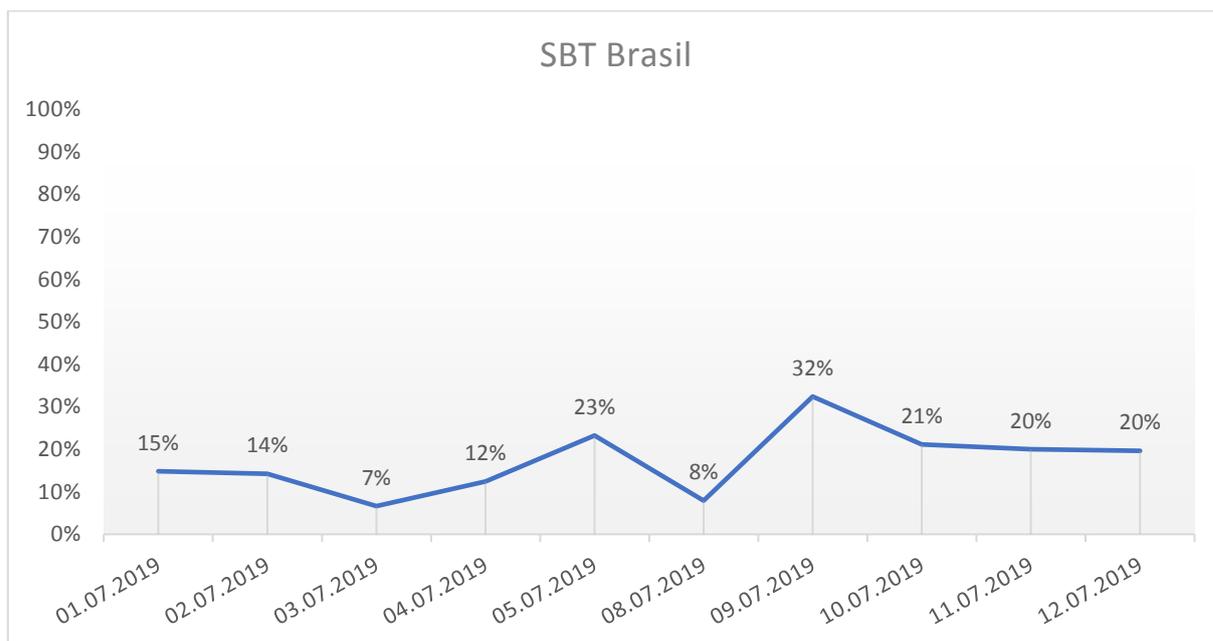


Figura 15 — Proporção do conteúdo jornalístico com pautas que demonstram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais no programa SBT Brasil

O SBT Brasil trabalha com uma pauta mais generalista, mas nem por isso abre mão de temas relativos à violência urbana. Um dos motivos pode ser a opção por uma estratégia de audiência. A atração começa às 19:45 h, horário de encerramento do Cidade Alerta na RecordTV. Por isso, durante todos os dias do período analisado, foi comum perceber a alocação deste tipo de pauta no bloco inicial. Apesar das matérias terem uma duração menor, em média dois ou três minutos, elas foram o primeiro assunto do jornal em seis de dez oportunidades. Uma das características do programa é incluir este assunto dentro do giro de notícias, um momento onde vários fatos que não possuem força para virar uma matéria são exibidos rapidamente e de forma sequencial. Tal expediente também foi utilizado em 10 de julho de 2019, quando o SBT Brasil dedicou 12 dos seus 38 minutos aos conteúdos que demonstram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais. Na ocasião também foi noticiado um tiroteio entre bandidos em fuga com policiais que terminou com reféns em um posto de gasolina, um homem assassinado no cinema, uma tentativa de estupro, uma operação policial com troca de tiros e o caso de um ator assassinado pelo sogro.

Em média, o noticiário dedicou 17% do seu tempo para este tipo de assunto, cerca de seis minutos por edição. Pautas sobre a saúde pública consumiram 1% do total analisado, metade do tempo destinado ao conteúdo sobre educação (2%).

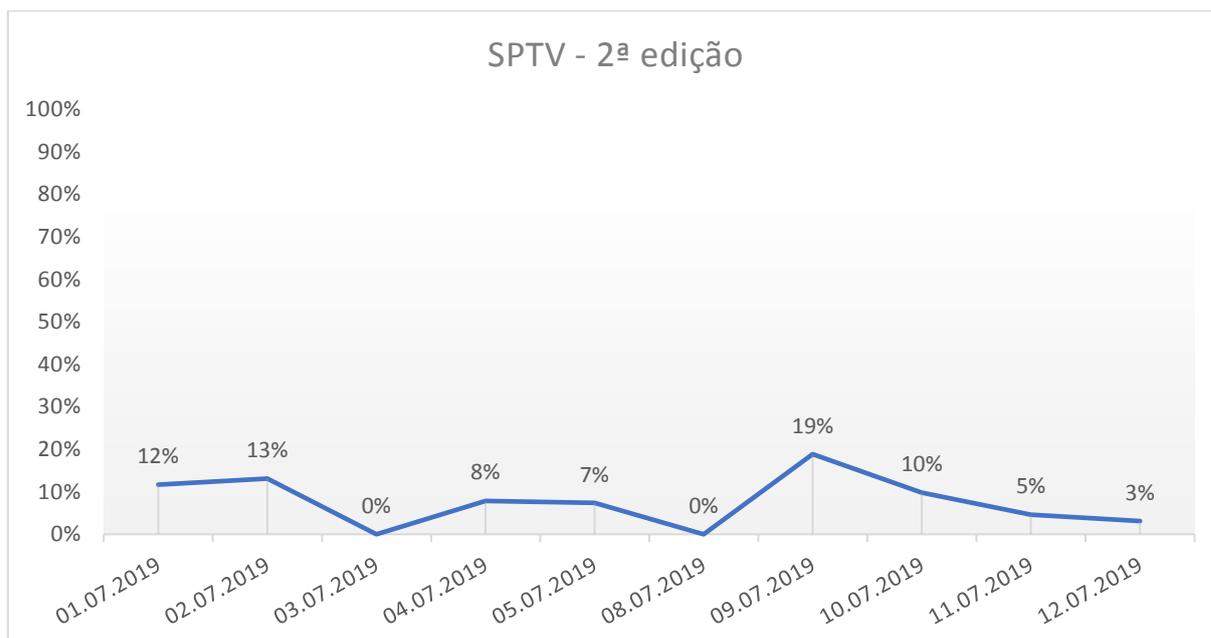


Figura 16 — Proporção do conteúdo jornalístico com pautas que demonstram ao espectador a chance dele ou de um ente querido ficar suscetível a um perigo ou ameaça oriunda de desconhecidos e cujas causas não são naturais no programa SPTV - 2ª edição

De todos os telejornais, o SPTV - 2ª edição demonstrou ter um equilíbrio maior entre os três temas que mais preocupam os paulistanos. Em média, 8% do tempo da atração foi dedicado para um conteúdo de violência urbana que permita o indivíduo realizar cálculos para compreender se pode ser vítima do perigo. Cerca de quase dois minutos por programa. Ainda foi o único a ter ido ao ar sem exibir nenhuma pauta deste tipo durante uma edição completa. Isto ocorreu em duas ocasiões: 3 e 8 de julho de 2019.

Claro, cabe ressaltar, esta atração costuma ter apenas 23 minutos de conteúdo jornalístico em média, porém, também foi a única que exibiu uma proporção similar de pautas relacionadas à situação da saúde pública. Cerca de 9% do tempo analisado foi dedicado a esta temática. Outros 3% foram destinados aos assuntos ligados a educação. Outra característica marcante é forte presença de prestação de serviço, principalmente no quesito mobilidade urbana.

Apesar de terem fatos ônibus, fatos que interessam a todos (BOURDIEU, 1997, p. 23), fica evidenciado também a limitação na coleta de informações do jornalista televisivo, pois ela “é proporcionalmente factível aos recursos disponíveis, mas, de todo modo, continua sendo a cereja do bolo” (GOLDING-ELLIOTT, 1979, p. 102 apud WOLF, 2008, p. 229). Uma matéria telejornalística sobre falhas no atendimento de uma unidade de saúde pública ou sobre o péssimo estado de conservação de uma escola pública demanda mais tempo e, claro, dinheiro, para a obtenção de imagens impactantes, a investigação de indícios e a apuração do conteúdo.

Por outro lado, câmeras de vigilância colaboram na agilidade do trabalho de coleta de conteúdo para realizar uma matéria sobre um crime, além da facilidade em conseguir fontes institucionais para obter informações e declarações. “O conjunto desses elementos contribui para uma tendência geral à estabilidade da cobertura informativa, e também para a falta de flexibilidade por parte dos aparatos, tendência que o uso do memorando ilustra bem” (WOLF, 2008, p. 252). Isso evidencia a forte importância da planificação na fase de coleta dos fatos, criando uma agenda predizível para uma espinha dorsal das necessidades diárias de um noticiário na TV (p. 254).

Esta tendência pela homogeneidade, afinal de contas 62% do conteúdo exibido nos telejornais analisados eram oriundos de pautas que permitem o cidadão calcular a sua vulnerabilidade diante de uma situação de perigo, é um reflexo da lógica do mercado e consequência do desejo voltado para o consumo. Claro que não no sentido de vender para o consumidor, mas pela lógica do instrumento de aferição do mercado: a audiência.

A percepção das inclinações de mercado – do mercado de notícias – torna-se um ingrediente indispensável do cardápio de talentos a ser preenchido pelos profissionais de imprensa. E das equipes nas redações. É isso que impulsiona o dia-a-dia do jornalismo acima das teses patronais premeditadas. É verdade que os donos de jornal convocam reuniões para escrever os editoriais que merecerão maior destaque, mas, fora isso, e acima disso, a imensa maioria das informações que diariamente são despejadas pelos órgãos de imprensa para o consumo do público passa por processos impessoais de confecção e acabamento editorial cuja medida é o consumo. Nesse quadro, o que impressiona não é o fato de haver manipulações intencionais, mas o fato de que, mesmo quando elas não ocorrem, o conteúdo médio da imprensa mundial mantém uma profunda coerência com valores hegemônicos e, mais que isso, com um discurso dominante. A vigilância cerrada para que tudo seja tão compacto não é exercida pelos patrões, mas pelo próprio público refeito em mercado (BUCCI, 2004, p. 183).

Como integrante de uma sociedade consumista bombardeada por ofertas, o jornalista busca a sanção do mercado, cuja referência é o índice de audiência. Logo, realiza a opção por temas que alcancem a atenção do maior número de pessoas, porém, devido a recursos limitados por uma planificação na coleta dos fatos, ele recorre a pauta mais acessível, cujo resultado terá o melhor custo-benefício.

Por consequência, pelo fato da audiência televisiva exercer um elo negativo entre a urgência em detrimento ao pensamento (BOURDIEU, 1997, p. 39), todos os veículos correm atrás do ineditismo, ou “furo” no jargão jornalístico, criando uma pressão cruzada onde se uma emissora exhibe uma matéria sobre determinado assunto, a outra vai querer realizar a cobertura deste fato tentando obter algo novo. Esta situação acaba reforçando ainda mais a homogeneidade. Tal característica de semelhança é também fruto de um jornalista formado pelos próprios

interesses (p. 28) que busca agradar os valores estabelecidos como problemas da sociedade (p. 65). Um jornalismo com um nível superficial e fora de contexto (WOLF, 2008, p. 198).

Mas os jornalistas, que invocam as expectativas do público para justificar essa política da simplificação demagógica (em tudo oposta à intenção democrática de informar, ou de educar divertindo), não fazem mais que projetar sobre ele suas próprias inclinações, sua própria visão; especialmente quando o medo de entediar os leva a dar prioridade ao combate sobre o debate, à polêmica sobre a dialética, e a empregar todos os meios para privilegiar o enfrentamento entre as pessoas (os políticos, sobretudo) em detrimento do confronto entre seus argumentos, isto é, do que constitui o próprio desafio do debate, déficit orçamentário, baixa dos impostos ou dívida externa (BOURDIEU, 1997, p. 134-135).

É perceptível que o conjunto dos programas analisados explora de maneira espetacular os fatos cotidianos mostrando as imagens dos envolvidos. Nos casos do Cidade Alerta e Brasil Urgente, as questões são comentadas pelos apresentadores, que se mostram aptos para classificar e avaliar as atitudes das pessoas envolvidas, sejam elas personagens centrais de uma reportagem, indivíduos com notoriedade pública ou apenas cidadãos comuns. Ambos também possuem o hábito de explorar um fato com a ferramenta do *replay* e, assim, repercutir por tempo indeterminado uma matéria. Por consequência, os julgamentos sobre os acontecimentos sociais realizados pelos apresentadores ficam mais evidentes. Apesar de não terem a mesma duração, tais julgamentos também são vistos nos programas SBT Brasil e SPTV - 2ª edição, porém não são realizados por meio das palavras e sim por breves instantes de silêncio ou por sinais de reprovação através da face logo após a exibição de uma matéria. Em todas as atrações, em menor ou maior grau, é possível notar atitudes de espetacularização do jornalismo e demonstrações de dramatização, parcialidade e ironia. Em complemento, cabe ressaltar que a televisão permite uma relação muito especial entre o linguístico e a imagem, cuja consequência é um poder maior de expressão dos fatos e do convencimento da audiência. Habitualmente os quatro programas se colocam na posição do observador e controlador de todas as ações ao utilizar as imagens como um ponto de sustentação para referendar aquilo que diz sobre a cidade. No caso de São Paulo, os flagrantes diários exibidos pelos telejornais remetem ao caos instalado em um labirinto, cujo narrador é o apresentador ou o repórter.

Reatualiza-se, assim, mas em um quando totalmente diferente, a velha metáfora estoica, segundo a qual a sociedade seria um vasto teatro onde um papel seria atribuído a cada um. Há uma tendência para ampliar este ponto de vista, integrando os papéis em um complexo mais rico: uma “encenação” ou uma “cenografia” (MAINGUENEAU, 1997, p. 31).

A análise do discurso¹⁹ desta simplificação demagógica gerada por meio de um objetivo mercadológico demonstra a ideologia²⁰ impregnada nos jornalistas de uma cidade mais violenta que a realidade. Afinal de contas, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (PÊCHEUX, 1975 apud ORLANDI, 2015, p. 15). E tal linha de pensamento sofre com um inerente esquecimento, uma “instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (p. 33). Na visão de Eni Orlandi, essa deslembração reflete o sonho de ser o primeiro homem a falar sobre um fato e conseguir determinar o significado daquele evento como projetado no próprio pensamento. Um paralelo com uma situação recorrente na vida de um jornalista, cujo objetivo é dar uma notícia antes do concorrente. Os sentidos se representam como sendo originados no indivíduo, mas “são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade. Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (ORLANDI, 2015, p. 33).

Ao pensar sobre o resultado da produção jornalística dos programas a partir da linguagem, é possível ter uma visão complementar ao olhar sociológico apresentado no capítulo anterior. Uma das virtudes da análise de discurso é dar um novo sentido para o entendimento de ideologia a partir da deferência pela linguagem. Por não ter a possibilidade de existir sentido sem o auxílio da interpretação, é assegurada a manutenção da presença de alguma ideologia. Diante de qualquer objeto simbólico, o indivíduo é obrigado a interpretar. “Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se estivesse já sempre lá” (ORLANDI, 2015, p. 43). Ao mesmo tempo que interpreta, a classe jornalística deste tipo de programa televisivo também refuta a interpretação. Portanto, os profissionais da notícia mostram casos reais e atuais, porém com uma ideologia de uma época onde a incidência era muito maior e classificada pela ONU como uma epidemia.

Ao analisar o discurso de um *corpus* estabelecido no tempo dedicado ao principal conteúdo de um telejornal diário, um material que permite o espectador sentir algum grau de vulnerabilidade ao acompanhar pautas sobre casos relacionados a violência urbana, é compreensível entender que os jornalistas assombrados por uma ideologia de uma cidade mais violenta que a realidade produzem o sentido de uma situação sem solução ao exibirem de forma descontextualizada casos isolados de roubos contra idosos, pessoas desaparecidas ou de

¹⁹ A análise de discurso da linha francesa começou a ser difundida através de pesquisas de Michel Foucault e Michel Pêcheux. A brasileira Eni Orlandi contribui com a linha de pensamento de Pêcheux ao descrever o discurso como um efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio histórico onde a linguística está pressuposta.

²⁰ No sentido marxista, como um fenômeno histórico e social que resulta do modo de produção econômico.

homicídios dolosos, por exemplo. A televisão atua de forma que vai além de uma simples condutora de informações. É a ideologia se materializando na linguagem (p. 94) e esfarelando os conceitos jornalísticos. E tal discurso do medo só obtém sucesso porque o emissor e o receptor dividem conceitos similares a ele.

A semântica de A. Schaff (1966), que não prescinde do conceito de comunicação, coloca marcos importantes acerca da natureza da linguagem e sua relação com o pensamento e a realidade. A comunicação efetiva, segundo ele, é antes de tudo compreensão (condição necessária, mas não suficiente), mas além de se compreender um enunciado da mesma maneira, para que haja comunicação efetiva é preciso que os interlocutores partilhem as convicções relativas a ele (ORLANDI, 1987, p. 103).

Anteriormente foi visto que 92% da população paulistana avalia a cidade como um local pouco ou nada seguro para viver (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2016, p. 54). Agora, resta conhecer quais são as convicções de quem produz o conteúdo dos quatro programas analisados (Cidade Alerta, Brasil Urgente, SBT Brasil e SPTV - 2ª edição).

Para isso foram entrevistados 16 jornalistas, sendo quatro de cada emissora cujas atrações foram acompanhadas por dez dias por esta pesquisa. Estes profissionais exercem a função de edição ou de reportagem dos telejornais e, entre 18 de julho de 2019 até 31 julho de 2019, responderam 11 questões sobre o nível de conhecimento da realidade das estatísticas de violência urbana na capital paulista, a rotina diária de trabalho e a formação profissional. Todos afirmaram já terem editado ou reportado uma matéria sobre um caso de violência urbana.

A taxa de mortes violentas na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018:

16 respostas

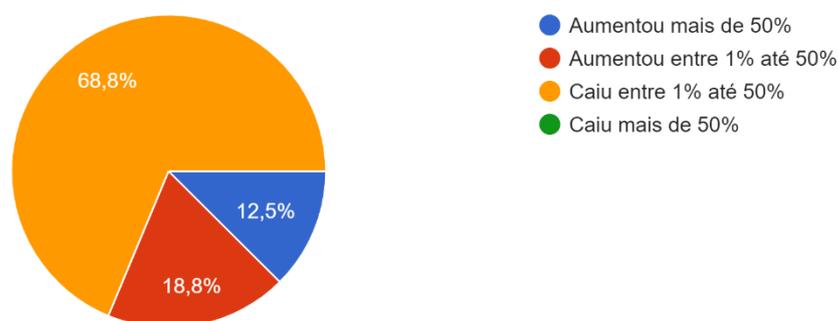


Figura 17 — Resposta dos entrevistados sobre a taxa de mortes violentas na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018

É possível ter um indício da existência de uma ideologia impregnada nas cabeças dos jornalistas de uma cidade mais violenta que a realidade ao serem questionados em resposta única sobre a situação da taxa de mortes violentas na cidade de São Paulo. Apesar de trabalharem cotidianamente com o tema, ninguém acertou a alternativa correta. A taxa de homicídio doloso era de 51,90 vítimas por 100 mil pessoas em 2001 e diminuiu para 6,15 em 2018 (INFOCRIM, 2016). Uma redução de 88,15% do índice no período recortado. Caso seja levado em conta o índice do IPEA, restringindo o período comparativo entre 2001 até 2016, é constatada uma diminuição de 82,31%. Contudo, cabe ressaltar a preocupação que 31,3% dos profissionais demonstraram total desconhecimento da situação e responderam que aumentou a taxa de mortes violentas entre 1% até 50% ou mais de 50%. Um dado alarmante sobre os responsáveis pela apuração destes fatos e um indício que jornalistas e telespectadores partilham da mesma convicção.

A taxa de furtos e roubos de veículos na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018:

16 respostas

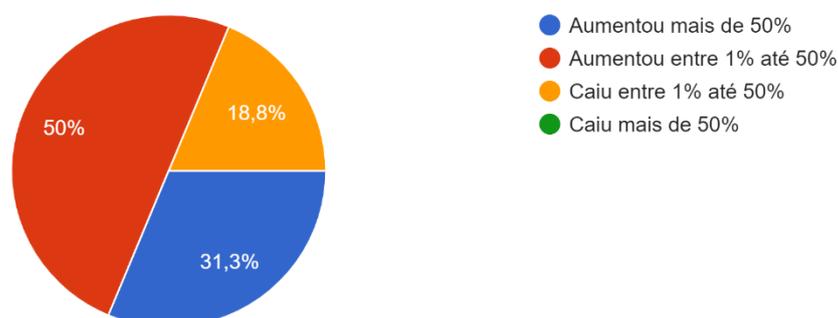


Figura 18 — Resposta dos entrevistados sobre a taxa de furtos e roubos de veículos na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018

O panorama acabou se repetindo em outro questionamento. Quando perguntados sobre a taxa de furtos e roubos na cidade de São Paulo entre 2001 e 2008, 68,8% dos profissionais da área responderam que houve um aumento. Porém, os índices relacionados aos delitos com automóveis também tiveram melhoras a partir de 2001. O furto e roubo de carros por 100 mil veículos sofreu uma contração de 69,98%. Quando levado em referência o cálculo por 100 mil habitantes a diminuição registrada de furto e roubo de veículos é de 45,10%.

A taxa de roubos na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018:

16 respostas

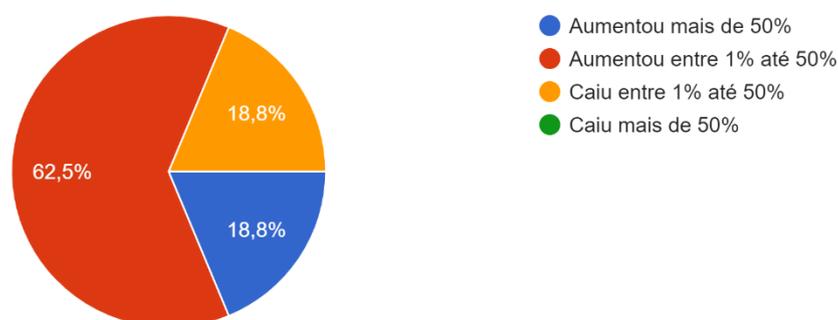


Figura 19 — Resposta dos entrevistados sobre a taxa de roubos de veículos na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018

A única tipificação criminal que teve uma maioria respondendo corretamente foi em relação a taxa de roubos por 100 mil habitantes, que no período subiu 8,19%. Ao todo, 62,5% dos jornalistas afirmaram que houve um aumento entre 1% até 50%. Porém, em outra mão, 18,8% dos entrevistados responderam que houve uma queda a partir de 2001.

Em comum, todos os 16 participantes confirmaram que usam como fonte de dados estatísticos a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - ou ferramenta fornecida por ela: o Infocrim - e fontes oficiais do Estado. É concebível entender uma completa ruptura da prática jornalística, afinal de contas, eles sabem onde procurar os números estatísticos relativos à violência, porém, a linguagem adotada por estes programas na maioria do tempo aponta de forma equivocada para uma crise sem fim que vem aumentando constantemente.

A pauta sobre casos de violência na cidade de São Paulo fornecida pela chefia de reportagem costuma vir acompanhada de dados estatísticos?

16 respostas

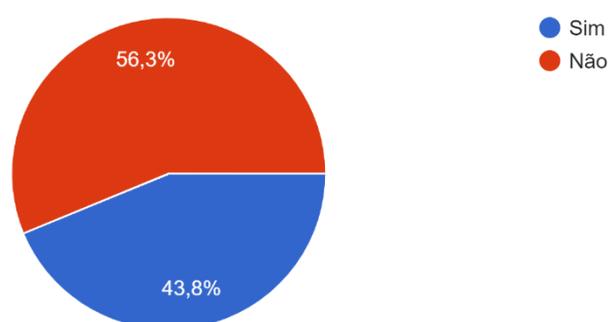


Figura 20 — Resposta dos entrevistados sobre a presença de dados estatísticos na pauta fornecida pela chefia de reportagem do telejornal

Cabe ainda destacar que mais da metade dos profissionais apontou para um outro tipo de problema. A pauta fornecida pela chefia de reportagem não costuma vir acompanhada de dados estatísticos. Por consequência, ao não fornecer o contexto daquele fato dentro do cenário de segurança pública, a produção do telejornal permite ao repórter e ao editor a opção de focar exclusivamente no fato ou na vítima, como visto no caso do Gustavo Henrique. Como citado por Beraba (2017) há espaço para críticas pela falta de conhecimento dos jornalistas como, por exemplo, em relação aos procedimentos e protocolos policiais em uma cena do crime. Este comentário foi referendado no levantamento.

Você realizou algum curso específico na área de jornalismo policial ou similar?

16 respostas

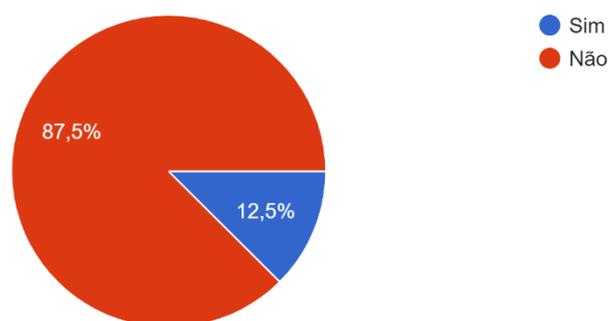


Figura 21 — Resposta dos entrevistados sobre a realização de algum curso específico na área de jornalismo policial ou similar

No total, 87,5% dos profissionais afirmaram que nunca fizeram qualquer curso voltado para o assunto que domina 62% da pauta dos telejornais. Ou seja, nove em cada dez profissionais destas atrações aprenderam a prática jornalística de forma empírica com colegas mais velhos e, potencialmente, mantendo vivo hábitos que não correspondam mais com a realidade atual.

Você teve alguma disciplina ou aula sobre protocolos e procedimentos policiais em crimes durante o ensino superior?

16 respostas

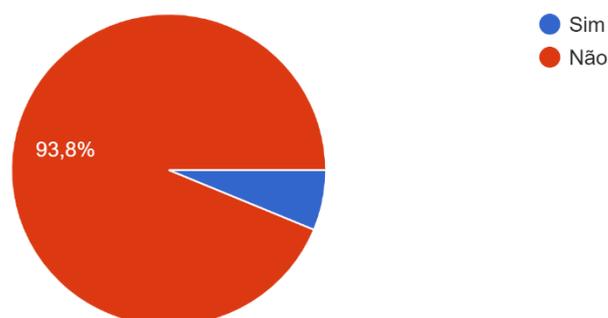


Figura 22 — Resposta dos entrevistados sobre a realização de alguma disciplina ou aula sobre protocolos e procedimentos policiais durante o ensino superior

E a situação se torna mais preocupante quando 93,8% dos profissionais afirmam que jamais tiveram contato com protocolos e procedimentos policiais durante o período no ensino superior. As faculdades e universidades brasileiras não estendem sua preocupação em capacitar os próprios alunos para a compreensão deste momento crucial da apuração de uma reportagem sobre um crime. É factível afirmar que a principal fonte de expectativas e orientações destes jornalistas não é o público telespectador e sim os colegas mais velhos que trabalharam em uma época com a vigência de índices de violência mais altos na cidade de São Paulo. Um aprendizado por “osmose” decorrente da socialização dentro da redação. Um problema crônico e recorrente ao longo da história.

A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência, constituído pelos colegas ou superiores. Breed determina seis motivos que induzem conformidade à orientação do jornal: a. a autoridade institucional e as sanções; b. os sentimentos de obrigação e estima em relação aos superiores; c. as aspirações à mobilidade profissional; d. a ausência de fidelidade de grupo contrária; e. a natureza agradável do trabalho; f. o fato de que a notícia tornou-se um valor. Todos esses fatores agem incrementando a formação e a função do grupo de referência. O resultado é que o jornalista, na sua atividade cotidiana, ‘em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, redefine os próprios valores no nível mais pragmático do grupo redacional’ (Breed, 1955, p. 335) (WOLF, 2008, p. 187).

Tendo consciência destes dados e tratando de forma pragmática, onde entram os elementos do contexto situacional no processo de significação com o objetivo de realizar uma análise do discurso, é possível afirmar que os “operadores de discurso o são a partir do ponto de vista” (ORLANDI, 1987, p. 117) e o discurso funciona de modo a garantir a manutenção de

uma certa representação (2015, p. 71). Esta representação e este ponto de vista contam com o auxílio da memória para serem realizados. De acordo com Orlandi, a memória possui características próprias quando pensada dentro da condição de produção do discurso. Seria um interdiscurso que “disponibiliza os dizeres que afetam o modo como o sujeito significa uma situação discursiva dada” (p. 29). Logo, tudo que foi dito pela classe jornalística durante as décadas anteriores em matérias que retratam a violência urbana denotando suscetibilidade ao telespectador ainda tem um efeito sobre a produção jornalística contemporânea. “Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação” (p. 30). Os quatro programas contemporâneos analisados podem ter sido afetados pela realidade histórica dos eventos com maior grau de recorrência de violência nas décadas de 1980 e 1990, estabelecendo uma formulação relacionada ao interdiscurso graças ao saber discursivo que anteriormente produziu significados.

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. Paralelamente, é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. É preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos (ORLANDI, 2015, p. 31).

Ainda existe um outro elemento fundamental: o esvaziamento de profissionais especializados em segurança pública nos veículos de comunicação:

Segurança pública já foi na mídia um dos temas de grande relevância. Do ponto de vista de que existia um repórter especialista sobre a questão da mesma maneira como hoje a gente pode fazer uma analogia com repórteres que cobrem economia, o cara tem que saber economia para falar de economia. [...] Quando uma pessoa vem fazer uma entrevista aqui com a gente aqui no NEV, o mais comum é que sejam os “focas”²¹. Ou uma pessoa que está fazendo um *freelance*. Não tem mais na redação um cara especialista em segurança pública que já tem todo o conhecimento, que sabe que tal questão está envolvida com tal questão, que certo tema tem uma certa histórica, uma certa abordagem (NERY, 2017).

²¹ É chamado de “foca” todo o jornalista recém-formado em início de carreira e inexperiente.

Uma falha compartilhada por jornalistas, empresas de comunicação e instituições de ensino. Um ciclo de falta de preparo e de atualização de quem é responsável por levar informações a um grande público. Esta mistura tem como resultado uma linguagem descontextualizada, cuja ideologia se demonstra ultrapassada. O exercício da análise do discurso mostra a tensão entre a descrição e a interpretação, afinal de contas, o saber cotidiano se dá pela língua, pois não apenas informa, mas também ajuda a reconhecer pelo enfrentamento ideológico instituindo o funcionamento discursivo, da palavra em movimento, pela conjunção do sujeito, da língua e da história.

Não se trata apenas de um jogo de significantes descarnados, embora a língua como sistema significante importe, e muito. Para ressoar, é preciso a forma material, a língua-e-a história. Algo do plano da existência produz essa possibilidade junto ao que dá linguagem, e em que sujeito e sentido se constituem. Se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável. Ao real da língua corresponde o real da história. E aqui que faz sentido a distinção entre falha e equívoco que tenho procurado desenvolver. A língua é capaz de falha. Essa possibilidade a da falha - é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá, portanto, no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história (ORLANDI, 2002, p. 68).

Em uma mídia que valoriza mais a produtividade que a criatividade, o ponto de vista do jornalista possui poder e relevância. Como a nossa sociedade é formada por relações hierarquizadas são as relações de força baseadas no poder que fazem valer a “comunicação” (ORLANDI, 2015, p. 37). A representatividade do apresentador do telejornal significa mais que a do espectador do outro lado da tela.

Um poder de fala com grande alcance para uma população sem noção da própria realidade. Somadas, a audiência média diária destes programas no período analisado foi de 47,87 pontos na região metropolitana. De acordo com a metodologia da empresa, no período, 1 ponto na Grande São Paulo equivale a 201.061 indivíduos sintonizados (KANTAR IBOPE MEDIA, 2018). Então, existe uma audiência potencial de até 9,6 milhões de pessoas, cerca de 44% da população estimada.

Por outro lado, quem recebe este conteúdo tem dificuldades para compreender a realidade cotidiana da sociedade. De acordo com o instituto Ipsos Mori, o Brasil é o 2º país com menos noção da própria realidade (BUARQUE, 2017). Realizada em 38 nações para avaliar o conhecimento geral e a interpretação que as pessoas fazem sobre o país em que vivem, a pesquisa "Os perigos da percepção" apresentou aos entrevistados questões sobre a realidade nacional e depois comparou a percepção dos indivíduos com os dados oficiais. A conclusão é

que existe pouco conhecimento sobre temas como segurança, saúde, religião e outros. Por exemplo, no Brasil, as pessoas acreditavam que 48% das adolescentes entre 15 e 19 dão à luz, enquanto a taxa real era de 6,7%. O levantamento indica que “em todos os 38 países analisados, cada população erra muito em sua percepção. Temos percepção mais equivocada em relação ao que é amplamente discutido pela mídia, como mortes por terrorismo, taxas de homicídios, imigração e gravidez de adolescentes” (BUARQUE, 2017). O resultado da pesquisa pode ser relacionado em um caso famoso recordado por Marcelo Nery:

[...] a gente sempre cita um caso exemplar onde havia a ‘Gangue da Batida’ aqui em São Paulo, acho que na década de 90. O que era a ‘Gangue da Batida’? A ‘Gangue da Batida’ era um grupo de criminosos que forjava um acidente, como se batesse atrás do seu automóvel, você saía e você era assaltado, sequestrado e etc. A vítima preferencial desse grupo eram mulheres desacompanhadas. Nesse momento o NEV fez uma pesquisa de opinião ampla sobre a sensação de insegurança na cidade. Entre as mulheres explodiu a sensação de insegurança com relação a ‘Gangue da Batida’. A ‘Gangue da Batida’ que deve ter assaltado umas 10 pessoas em toda a sua carreira. Então você vê que a mídia colocou isso como um elemento tão importante naquele momento, onde, naquele momento, cem pessoas eram mortas por fim de semana na cidade, mas as mulheres sentiam medo da ‘Gangue da Batida’. E, além disso, o lado bom e lado ruim. Por exemplo, violência contra a mulher é muito grave. Quando a sociedade efetivamente repercute essa questão? Quando a mídia aborda. Violência contra idoso é muito grave. Quando é que a sociedade discute sobre a questão? Quando a mídia aborda a questão. Ou quando tem um caso de grande repercussão. Violência contra criança, por exemplo, é cotidiana. Quando um casal joga uma criança pela janela e a mídia aborda, daí se torna um problema. Que será esquecido assim que outro caso acontecer (NERY, 2017).

Um público imenso com uma percepção equivocada da realidade alimentado por jornalistas sem o preparo acadêmico necessário, com um discurso de uma outra época e trabalhando com recursos cerceados. Impasses cotidianos dentro de um ciclo cujas consequências afetam a mente de todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

E o fim do mundo foi adiado mais uma vez. Durante o período em que trabalhei como editor do Jornal da Band escutei diversas vezes esta frase da boca de Joelmir Beting. Poderia ser em uma conversa de redação ou no comentário depois de alguma matéria sobre um grave perigo econômico que não havia sido concretizado em sua totalidade. Em algum grau esta afirmação do colega jornalista conversa com a minha pesquisa. Afinal de contas, a sensação de insegurança na capital paulista está aumentando mesmo com uma forte redução dos crimes contra a vida.

Contudo, em paralelo, não foram poucas as vezes que fui questionado por pessoas sobre a minha dissertação com os argumentos “fui furtado ontem”, “conheço alguém que sofreu um roubo” ou até “a realidade de Leeds vivenciada por Bauman é diferente da realidade paulistana”. Aliás, cabe ressaltar, todas as afirmações são válidas. Porém, são percepções individuais em detrimento ao debate deste estudo, cujo foco é no coletivo, na sociedade.

Por qual razão não houve ao menos uma estabilização na sensação de insegurança dos moradores da maior cidade do Brasil se diversas taxas de criminalidade caíram ou se mostraram estáveis? E, ainda, por qual motivo outros tipos de morte causadas por fatores externos com grande número de vítimas não causam a mesma sensação de medo? Utilizado como base de dados do Atlas da Violência, o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde aponta 1114 homicídios ocorridos em São Paulo ao longo de 2016. No mesmo ano, a capital paulista registrou 1105 óbitos por quedas, 1089 mortes em decorrência de acidentes com transportes e 461 suicídios (TABNET, 2019). Sim, o número de mortes por quedas está próximo da quantidade de homicídios. Mesmo panorama dos óbitos em acidentes com transportes. E a quantidade de gente que tira a própria vida é quase a metade daquelas que perdem a vida pelas mãos dos outros. Portanto, caso você não tenha o mesmo receio entre ser assassinado ou morrer ao tropeçar durante uma caminhada por uma calçada é porque alguma coisa influenciou esta formação de pensamento.

Obviamente, os números relativos à criminalidade da capital paulista ainda possuem muito espaço para evoluir, assim como também não é possível apontar a televisão como fator isolado na construção social do medo. Porém, pode ser percebida durante a dissertação a importância para os telejornais da pauta com conteúdo de violência urbana, aquela com potencial para gerar sensação de vulnerabilidade no indivíduo. A cada dez minutos, seis são dedicados a este tipo de assunto que pode causar angústia em grande parte da sociedade paulistana ao mostrar uma variedade de crimes e, assim, projetar o sentimento de uma situação

que está pior a cada dia e longe de qualquer resolução. Ainda foi possível identificar a falta de especialização dos profissionais que participam do processo de construção deste tipo de notícia. E, além disso, apoiado por Wolf, foi referenciado um aprendizado por “osmose” decorrente da socialização dentro da redação entre os mais jovens e os mais experientes. Sem a busca por uma atualização acadêmica e aprendendo a prática jornalística diária somente através do ensinamento dos veteranos, é presumível assumir que os jornalistas mostram casos reais e atuais, porém com uma ideologia de uma época onde os índices de violência eram muito maiores e classificados pela ONU como uma epidemia. Em 2000, o banco de dados Tabnet da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo aponta a ocorrência de 6091 óbitos por homicídios diante de 789 mortes por acidentes em transportes, 388 suicídios e 178 óbitos em decorrência de quedas. A realidade daquele ano aponta que outras três causas de mortalidade externas eram apenas 20% do total de homicídios. Um cenário completamente distinto do percebido em 2016. Mesmo com esta alteração drástica na composição dos números de mortes por causas externas, nenhum dos quatro telejornais analisados reportou um caso de falecimento por queda (aumento de 520% da ocorrência entre 2000 até 2016) e de forma insignificante falou sobre vidas perdidas em acidentes de trânsito (aumento de 38% da ocorrência entre 2000 até 2016). Mesmo os suicídios, tema tão delicado ao jornalismo por receio de incentivar a prática ao noticiar os casos, não receberam atenção de uma campanha de conscientização apesar do aumento de 18% em 16 anos. O jornalismo da editoria de segurança pública parou no tempo.

E parou no tempo dentro de um meio de comunicação cuja penetração das emissoras de televisão aberta é universal nas residências brasileiras e com uma audiência dos telejornais estudados que potencialmente atinge até 9,6 milhões de pessoas na região metropolitana da capital paulista, cerca de 44% da população estimada. Os efeitos do desenvolvimento da TV no campo jornalístico são muito mais importantes em intensidade e alcance que o provocado por outros meios de comunicação, pois a relação estabelecida entre esta mídia e o ambiente da informação constitui fonte de prestígio no imaginário coletivo. Uma janela para o mundo, porém uma janela que esconde o fato de ter uma visão recortada e concebida de uma determinada maneira para um determinado público, devido ao fato que esta visão recortada é extremamente influenciada pelo índice de audiência, a sanção de mercado.

Um mercado tão predominante que gerou uma sociedade contemporânea com uma atitude consumista e constantemente bombardeada por ofertas cuja consequência, como relatado por Bauman e Lasch, é o individualismo em busca da sobrevivência por não ter qualquer confiança na construção do futuro. A espetacularização do mundo e a adoção de relacionamentos mediados por imagens permitem uma aceitação maior do sensacional dentro

destes programas televisivos, cujo conteúdo constrói a maior parte do conhecimento das pessoas sobre o mundo exterior, porque o contato delas com certos temas não resulta da experiência direta e sim da experiência através da mídia.

Por ser um megafone de estereótipos, a televisão costuma transformar as pessoas de “sujeitos” a “objetos” de um discurso, como no caso da morte de Gustavo Henrique. Além de não trabalhar o contexto da violência, as emissoras concorrentes confeccionaram matérias similares sobre um estudante que não alcançou a formatura por ser assassinado com um tiro na nuca. Ou seja, a luta do “bem” contra o “mal”. Apesar de ajudar uma pessoa a se localizar no mundo, o estereótipo, quando usado no jornalismo sem a devida reflexão, reforça pré-conceitos e preconceitos. Como um editor de notícias, jamais vou negar o direito ao espetáculo dentro de uma matéria telejornalística, porém sempre vou questionar quando esta opção for utilizada sem o devido discernimento, afinal de contas, o público do outro lado da tela presume que as notícias apresentadas dos eventos foram previamente submetidas a controles de confiabilidade e apuração. Tal nível de credibilidade estabelece um tipo especial de vínculo entre a audiência e as figuras que aparecem todos os dias na tela da TV. É a interação parassocial proposta por Giuseppe Mininni, que permite a possibilidade da pessoa ingressar no que é colocado pela mídia e se servir disto para compreender o mundo e conduzir a própria existência.

Se o público busca orientação, as emissoras tentam acompanhar o público. E se a sociedade contemporânea caminhou para um momento de falta de confiança no futuro, a TV procura seguir a opinião pública e mostrar esta insegurança mesmo em um cenário menos violento que o vivido no passado. Pela ideia de Bauman, quem assiste a este tipo de noticiário quer também calcular o risco de ser vítima de um crime e, para atender esta demanda, as televisões ampliam a problemática de casos excepcionais como se fossem rotineiros. É a ideologia do medo na notícia. É o jornalista cumprindo papel de um bombeiro incendiário. É o fim do mundo sendo adiado de forma recorrente.

Isso é distribuído para uma audiência sem uma grande compreensão da realidade e difundido pelos telespectadores em sua rede de relações. “O que os seres humanos conhecem como ‘notícia’ é um bem simbólico frágil, altamente perecível e exposto às complexas estratégias das relações sociais” (MININNI, 2008, p. 131). A sensação de medo é espalhada mesmo para quem não vê televisão.

Todos têm de estar antenados se quiserem participar da conversa. Por outro lado, a marginalização é aumentada justamente por causa disso. A televisão conseguiu realizar o feito, como diz Anders, de ‘trazer o mundo para casa’. Por um lado, ele é meu convidado, e faço-me presente na medida em que participo de sua presença etérea. Por outro, cada emissão me mostra que o que é de interesse se passa sempre

em outro espaço: nos lugares a partir dos quais se faz a transmissão, e de forma alguma no local trivial onde estou sentado. A tela que me liga ao mundo todo é também a divisória que me separa dele, fazendo o próprio domicílio assemelhar-se a um posto anônimo de quarentena e gerando um novo estado: o do excluído completamente integrado. Mesmo os mais pobres encontram uma tela que os faz participar do mundo, e pioneiros das novas mídias passam pela experiência, diante dela, de completamente à altura dos acontecimentos (TÜRCKE, 2010, p. 71).

O artigo do sociólogo David Maciel de Mello destaca que mais de 20% da população brasileira se sente insegura mesmo dentro de casa. Nas ruas a sensação é de uma topofobia coletiva. Tudo isso produzido por um jornalista que se recusa a prestar contas, questionar processos de *newsmaking* ou buscar atualização. É o uso da arrogância como método em redações que não realizam reflexões internas e onde os novatos aprendem por erro e acerto.

Em síntese, pela ótica dos autores discutidos e pelos dados estatísticos analisados, é válida a hipótese que a sociedade contemporânea com uma atitude consumista, com uma média maior de idade, constantemente bombardeada por ofertas, formada por pessoas com atitudes individualistas cujo objetivo é sobreviver porque não tem confiança no futuro, busca uma orientação de mundo com o apoio do telejornalismo, um produto com grande penetração na sociedade paulistana, porém realizado com formação profissional sem especialização necessária para tratar um tema sensível como o de segurança pública. Por ter uma baixa noção da realidade e nenhum novo questionamento que possa mudar o sentimento de insegurança, a população segue a acreditar que a violência na cidade esteja piorando mesmo quando as estatísticas apontam consecutivamente ao longo dos anos uma tendência inversa.

É a construção social do medo. TV, violência e insegurança. Os fatos noticiados são verdadeiros, porém, os contextos desprezados na maioria das vezes. Tudo isso cria o efeito do real e da suscetibilidade do perigo, mesmo que ele nunca se concretize. E você, um dia pretende fazer compras no supermercado onde Gustavo Henrique foi assassinado?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eurico. Nós queremos um cadáver. **Realidade**, São Paulo, n. 22, p. 72-82, jan. 1968.

ARMSTRONG, Karen. **Uma história de Deus: quatro milênios em busca do judaísmo, cristianismo e islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 557 p.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<http://bit.ly/estatisticaipea>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BARBOSA, Cristina.; KAHN, Túlio. Crime e TV. **Revista do ILANUD**, n. 13. São Paulo, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 239 p.

BECKER, Beatriz. 500 anos do descobrimento nos noticiários da TV. In: JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu Pereira; MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio Antônio Camargo (Org.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006. p. 65-97.

BERABA, Marcelo. **Do Mineirinho ao PCC**. 2017. Palestra. Disponível em: <<http://bit.ly/beraba2017>>. Acesso em: 10 de jan. de 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão seguido de A influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 143 p.

BUARQUE, Daniel. Brasil é 2º país com menos noção da própria realidade, aponta pesquisa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, dez. 2017. Mundo. Disponível em: <<http://bit.ly/real2017a>>. Acesso em: 22. fev. de 2019.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 249 p.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004. 252 p.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 391 p.

CASTRO, Daniel. Público da TV aberta envelhece e sustenta jornais sensacionalistas. **Notícias da TV**, São Paulo, abr. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/danielcastropublico>>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.

CENTERWALL, Brandon S. Exposure to television as a cause of violence. **Public communication and behavior**, v. 2, p. 1-58, 1989. Disponível em: <<http://bit.ly/centerwall>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

DA COSTA, Márcia Regina. O esquadrão da morte no Rio e em São Paulo. **Sibila: revista de poesia e crítica literária**, abr. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/revistailustrada>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

DE MELLO, David Maciel. Zonas do medo: variações geográficas do sentimento de (in)segurança no suplemento vitimização e acesso à justiça da PNAD de 2009. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v.10, n.2, p. 172-191, ago/set. 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997. 240 p.

EMPLASA. **Região metropolitana de São Paulo: sobre a RMSP**. Disponível em: <<https://goo.gl/UuavTF>>. Acesso em: 15 de jul. 2018.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Cidade de São Paulo registra rápido envelhecimento e reduz o ritmo de crescimento da população**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/seade2015>>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012. 716 p.

INFOCRIM. Brasil: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/estatisticasdolosos>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - Síntese de Indicadores 2009**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/pnad2009a>>. Acesso em: 22 fev. 2019. 288 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/atlasviolencia2018>>. Acesso em: 22 fev. 2019. 93 p.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1995. 200 p.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 18/06 a 24/06/2018**. 27 jun. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/gYCcyn>>. Acesso em: 15 de jul. 2018.

LASCH, Christopher. **O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 286 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 1997. 198 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Entrevista concedida a Paulo Markun, Daniel Piza, Laio Leal, Maria Immacolata Vassalo de Lopes, Sílvia Borelli, Lauro César Muniz, Eugênio Bucci, Roseli Fígaro e Gabriel Priolli em 03 fev. 2003. **Programa Roda Viva da TV Cultura**, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/martinbarbero>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MAYHEW, Susan. **A Dictionary of Geography**. Nova Iorque: OUP Oxford, 2015. 576 p.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988. 191 p.

MENA, Fernanda. 1 a cada 3 brasileiros tem medo de violência e da polícia, aponta pesquisa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jul. 2017. Cotidiano. Disponível em: <<http://bit.ly/1acada3>>. Acesso em: 22. fev. de 2019.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ática, 2001. 118 p.

MININNI, Giuseppe. **Psicologia cultural da mídia**. São Paulo: Edições SESC SP, 2008. 231 p.

NERY, Marcelo. Entrevista concedida a Thiago Soares de Souza em 03 out. de 2017. São Paulo, out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Em relatório, Banco Mundial alerta para alta violência na América Latina e Caribe**. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/ONUOMS2016>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 1987. 276 p.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2015. 98 p.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. **Ardis da imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira**. Belo Horizonte: Mazza Edições, Editora PUCMinas, 2001. 304 p.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempos de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **7ª edição da pesquisa IRBEM**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/irbem20152016>>. Acesso em: 22 fev. 2019. 88 p.

_____. **IRBEM - Edição especial.** São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/irbem20162017b>>. Acesso em: 22 fev. 2019. 64 p.

_____. **Pesquisa de opinião pública sobre a satisfação com a qualidade de vida na cidade.** São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/irbem20162017>>. Acesso em: 22 fev. 2019. 418 p.

SANTOS, Macelle Khouri; AYRES, Melina de la Barrera. A vida através da tela: a realidade através do telejornal e do documentário. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL TELEVISÃO E REALIDADE, 2008, Salvador. **Colóquio Internacional Televisão e Realidade.** Salvador. Disponível em: <<http://bit.ly/2NHZREt>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **Estatística de Criminalidade - Manual de Interpretação.** São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/manualssp>>. Acesso em: 22 fev. 2019. 29 p.

SQUIRRA, Sebastião. **Telejornalismo: produção e técnica.** São Paulo: Brasiliense, 1995. 187 p.

STYCER, Mauricio. Mulheres formam a maioria do público de programa policial da Record. **UOL**, São Paulo, jul. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/styceralerta>>. Acesso em: 31 de jul. de 2019.

TABNET. Brasil: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/tabnet2019>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada: filosofia da sensação.** Campinas: Editora da Unicamp, 2010. 319 p.

VEJA SÃO PAULO. **Quatro bairros de São Paulo não registraram homicídios em 2015.** São Paulo, jan. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/vejasp2016>>. Acesso em: 22. fev. de 2019.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo.** Florianópolis: Calandra, 2005. 197 p.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 295 p.

ZABOT, Patrick. Com isenção da verdade. **Valor Econômico**, São Paulo, 01 abr. 2016. Cultura & Estilo. Disponível em: <<http://bit.ly/nelsonrodrigues>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

ANEXOS

- ANEXO A – Transcrição da reportagem feita pela Globo
- ANEXO B – Transcrição da reportagem feita pelo SBT
- ANEXO C – Transcrição da reportagem feita pela Band
- ANEXO D – Transcrição da entrevista com Marcelo Nery
- ANEXO E – Relatório de audiência de 22 de junho de 2018 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO F – Relatório de audiência de 1º de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO G – Relatório de audiência de 2 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO H – Relatório de audiência de 3 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO I – Relatório de audiência de 4 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO J – Relatório de audiência de 5 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO K – Relatório de audiência de 8 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO L – Relatório de audiência de 9 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO M – Relatório de audiência de 10 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO N – Relatório de audiência de 11 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO O – Relatório de audiência de 12 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media
- ANEXO P – Levantamento de conteúdo jornalístico
- ANEXO Q – Questionário com editores e repórteres do Cidade Alerta, Brasil Urgente, SBT Brasil e SPTV

ANEXO A – Transcrição da reportagem feita pela Globo

Off: O estudante estava no banco do passageiro do carro de um amigo na última quarta-feira. Os dois passavam pela Avenida Kenkiti Shimomoto, no Jardim Boa Vista, zona oeste da capital, quando foram abordados por dois ladrões de moto. O motorista do carro tentou escapar. Um dos criminosos então atirou contra o carro e acertou a nuca de Gustavo Henrique de Moraes. Ele foi socorrido e morreu hoje no hospital.

Passagem: Durante a fuga os bandidos abordaram um outro motorista e roubaram o carro dele. Um dos ladrões seguiu de moto. A polícia então foi avisada e começou uma perseguição. O outro bandido abandonou o carro e os dois continuaram a fuga de moto, mas perderam o controle e bateram no poste. Mateus Gonçalves Rodrigues Paraíso, de 19 anos, e um adolescente, de 17, foram presos em flagrante e levados para um hospital. Mateus Gonçalves continua internado aqui no Hospital Universitário da USP e com ele a polícia apreendeu um revólver calibre 32.

Sonora do delegado: Foram presos e já tinha essa notícia do primeiro caso, então a perspicácia policial chamou essa atenção e chamou a primeira vítima para reconhecê-lo. Sendo assim, o reconhecimento foi positivo.

Off: Gustavo Henrique tinha 22 anos e era de Ibiúna, mas morava em São Paulo onde estudava arquitetura. O estudante foi enterrado no fim da tarde no Cemitério Parque da Figueira, também na cidade de Ibiúna.

ANEXO B – Transcrição da reportagem feita pelo SBT

Off: Era no meio da música que Gustavo Henrique Castilho de Moraes gostava de estar.

Sonora do amigo da vítima: Adorava música. Adorava. Só que ele é um cara que gostava de música meio popular, não é esse negócio, funk... Essas coisas não gostava não. Um cara muito legal, um cara que deixou saudade para o povo aí.

Off: O jovem de 22 anos, que era de Ibiúna interior de São Paulo, morava na capital. Ele estudava nesta universidade particular na zona leste da cidade.

Sonora da amiga da vítima: Bonito, muito bonito. Alegre.

Off: Na última quarta-feira, Gustavo voltava para casa com um amigo que dirigia o carro. De repente, dois bandidos chegaram de moto. Segundo a polícia, o motorista acelerou e um dos ladrões atirou.

Sonora do delegado: Nós sempre orientamos as vítimas a não reagirem. Naquele afã de efetuar o roubo, quando não conseguem, eles podem ter essas atitudes inesperadas.

Off: O Gustavo foi atingido no pescoço. Ele chegou a ser levado para o hospital, mas morreu 24 horas depois. O crime foi no bairro do Jaguaré, zona oeste de São Paulo. A polícia chegou até os bandidos depois de eles cometerem um outro roubo. Um dos ladrões, de 19 anos, foi preso em flagrante. O outro menor de idade apreendido.

Passagem: Amigos de Gustavo contaram que, no dia do crime, mais cedo, ele havia apresentado o trabalho de conclusão de curso na universidade. O jovem estava se formando em arquitetura. Nesta sexta-feira, ele iria sair para comemorar com os colegas.

Off: Eles preferiram o silêncio. Fizeram uma homenagem do jeito que deixariam o amigo feliz.

ANEXO C – Transcrição da reportagem feita pela BAND

Off: Estudante de arquitetura e a poucos dias de se formar no curso. Gustavo Henrique Duque, de 22 anos, morava em São Paulo. Ele estava neste supermercado com um amigo. Era de noite. Quando saíram daqui, bandidos cruzaram o caminho dos jovens.

Passagem: As vítimas saíram do supermercado e a poucos metros daqui foram surpreendidas por dois bandidos armados em uma moto que anunciaram o assalto. O amigo de Gustavo, que estava no volante, teria se assustado e acelerou para evitar o roubo. Foi neste momento que um dos ladrões apertou o gatilho. Gustavo acabou baleado na cabeça.

Off: O crime aconteceu na zona oeste de São Paulo. Gustavo foi levado para o hospital, mas não resistiu. O amigo da vítima não ficou ferido, mas está em estado de choque. Segundo a polícia, logo após matar Gustavo, a dupla roubou o carro de um trabalhador de 43 anos. Os policiais localizaram os criminosos que tentaram fugir, mas bateram em um poste. Um bandido foi preso e um menor apreendido. Gustavo era apaixonado por música vivia rodeado de amigos e adorava tocar violão. O corpo do jovem estudante foi trazido para Ibiúna, interior de São Paulo, cidade onde a família mora. No velório ninguém quis falar sobre a morte cruel do universitário. O silêncio tomou conta da pequena cidade.

ANEXO D – Transcrição da entrevista com Marcelo Nery

Marcelo: Com relação à sensação de insegurança e com relação à violência em si acho que tem dois importantes aspectos. Primeiro aspecto é que a sensação de segurança não está necessariamente vinculada ao que a gente mensura de violência e criminalidade. E por que não há essa relação direta entre violência mensurável ou violência que a gente coleta? A gente precisa de opinião e atenção de segurança das pessoas. O primeiro aspecto é que a sensação de segurança está vinculada a características da pessoa. Por exemplo, uma pessoa mais idosa tende a sentir mais medo do que uma pessoa jovem. Uma pessoa que vive em um local onde tem uma infraestrutura urbana boa, tende a se sentir mais segura do que uma pessoa que vive em uma situação de infraestrutura mais precária. Uma pessoa que vive em um contexto onde a violência já está, de certa maneira, presente no cotidiano das pessoas a muito tempo, tende a se sentir mais segura por falta de sensibilidade sobre a violência em si. Então, ela meio que já internalizou isso, e mesmo que aconteça um homicídio, para ela isso não a choca tanto por ser uma coisa cotidiana, do que chocaria uma pessoa que não tem contato com isso diário. Então o primeiro aspecto, e é claro que teria muitos aspectos que eu poderia citar, mas o primeiro ponto, é que, primeiro, não há uma relação de caos e efeito entre sensação de insegurança e violência real ou mensurável, e um aspecto relacionado a isso que a característica de vida acaba interferindo. E a gente sabe que a característica da população paulista mudou nos últimos anos. Então, por exemplo, a gente tem uma população que envelheceu, a taxa de natalidade de São Paulo reduziu nos últimos anos. Então só esse aspecto, citando rapidamente, mostra como seria natural uma evolução da sensação de insegurança da população que envelhece, isso é um aspecto. Outro aspecto com sensação de segurança está ligado a história do lugar onde você vai retratar. Vou dar como exemplo a cidade de São Paulo.

Thiago: É porque na minha pesquisa, só para deixar bem claro, eu estou restringindo a cidade de São Paulo, até porque há muitas variantes e você começa a abrir muito. E mesmo dentro da cidade eu já percebi que existem coisas extremamente com um contraste muito forte, mas me perdoe, só para deixar claro o objetivo da pesquisa.

Marcelo: Perfeito, e é isso que eu ia focar para você. Eu acho que seria bastante complicado você tentar falar sobre sensação de insegurança sem restringir uma área de estudo específica. Se você falasse sobre a cidade de São Paulo é muito bom, se você falasse da região metropolitana ou Estado já seria mais complicado, e muito mais fácil que o Brasil, aí não faria o menor sentido, então a cidade de São Paulo especificamente. Se você pensar na cidade de São Paulo, e eu vou falar tudo a um grosso modo, quando você ler e se aprofundar você vai verificar que eu vou só dando algumas referências, mas pensa na cidade de São Paulo antes da década de 70. Lembra da década de 70? São Paulo não tinha o crime urbano como problema. Isso não era visto como algo realmente relevante. Se você observar nos trabalhos, você observa que os agentes públicos não retratavam a violência urbana como se fosse algo relevante do ponto de vista como prioridade de políticas públicas, por exemplo. E os trabalhos acadêmicos também não viam o crime urbano como um problema, um alvo de estudo privilegiado. E o que era a cidade antes da década de 70? Pensando em um contexto, onde a cidade está crescendo de uma maneira muita rápida, por que se você pensa São Paulo nos anos 80, ele era com o centro-urbano localizado na região ali da Sé, República, e daí teve uma explosão urbana e em muito pouco tempo, a população passa de 1 milhão para 3 milhões, de 3 milhões para 5, de 5 para 10 milhões de pessoas. Então se deu em um espaço muito curto. Um problema que se dá diante disso é que o contexto vai mudando e a sensação de insegurança vai mudando. Então o primeiro registro que a gente tem sobre essa sensação de insegurança, se dá aos trabalhos que se referem

a prostituição, a jogatina, ao alcoolismo e o que começa a ser referido como menores “perambulando” pela cidade. Então você verifica que a sensação de insegurança na verdade está voltada a um conceito um pouco diferente do que nós temos hoje. E essas pessoas, essa prostituição e essa jogatina que estava principalmente pensada num senso comum sobre problemas vinculados ao centro da cidade, centro que já estava se deteriorando, e esses jovens “perambulando” normalmente estava se referindo a um grupo de pessoas que começavam a chegar na cidade e que não cuidavam dos seus jovens e das suas crianças. Se você observar, por exemplo, da década de 20 até a década de 70, que é a que eu estou colocando como parâmetro, você começa a observar que existem várias legislações voltadas a questão do alcoolismo, principalmente ligadas as leis trabalhistas, as pessoas podiam ser demitidas por justa causa por alcoolismo, e tinham muitas legislações ligadas ao que hoje a gente chama, infelizmente, ainda como “menor”. Então teve toda uma legislação, onde os percussores que hoje é a Fundação Casa, que já foi a FEBEM, que já foi outras instituições de internamento, começam neste momento, na década de 70, é o momento onde isso se consolida. Então a gente tem um contexto social de uma cidade que cresce vertiginosamente, o contexto urbano é esse específico, mas uma cidade que muda. E, quando as pessoas pensam em uma cidade crescendo, normalmente a gente pensa em uma questão de uma evolução da cidade. Então eu estou em uma cidade crescendo, com uma infraestrutura urbana que torna a cidade ou cada vez melhor ou cada vez pior. Mas, na verdade, a cidade de São Paulo é muito heterogênea, e esse crescimento urbano gerou uma cidade heterogênea. Onde tem lugares com uma infraestrutura urbana muito boa e lugares com infraestrutura urbana muito ruim. Se você pensar nesse contexto, você observa então um contexto onde, a partir deste momento, o crime urbano começa a crescer rapidamente. A questão do homicídio, por exemplo, moralmente eu vou ter que restringir para dar uma ideia melhor do contexto. O homicídio começa a crescer em São Paulo, na cidade, em meados da década de 70, e cresce vertiginosamente até o final da década de 90. E a questão é: por que cresce? Várias questões são colocadas ainda em debates sobre esse crescimento. Mas o fato é que, vinculado a esse crescimento, diante do tema que você está me colocando, começa a surgir na mídia vários trabalhos e vários programas vinculados a essa questão, principalmente programas de rádio. Então, pessoas como Afanásio Jazadji e Gil Gomes ganharam grande expressão. Na antiga TV Tupi, tem o primeiro programa que depois foi recuperado como “Aqui Agora”, mas é primeira versão do “Aqui Agora”. Então você observa que naquele momento, de grande crescimento da violência urbana, que antes era incomum, os meios de comunicação começam a entrar nesse discurso, é claro que eles sempre estiveram, mas nesse momento é diferente porque isso ganha uma projeção muito maior. Tanto é que agora, nesse momento, surge até outras figuras de destaque na mídia paulista. Bom, a partir desse momento a gente vê que realmente o crime está aumentando, a gente observa que a mídia cada vez aborda isso cada vez mais rápido, com maior força. E a gente não pode esquecer que a gente está em um processo de regime militar. E uma das coisas que gera muita insegurança para as pessoas é falta de transparência. E no regime militar a gente não tem informação. A gente tem muito, muito, muito poucos trabalhos que mostram efetivamente o nível de violência, de mortalidade, de morbidade naquele momento.

Thiago: Agora, perdoe te interromper, mas só que eu fiquei com uma dúvida. O que gera segurança ou insegurança a falta de transparência?

Marcelo: Gera o sentimento de insegurança.

Thiago: Então, mas se a gente não tinha no período militar, teoricamente a gente teria que ter uma transparência maior agora.

Marcelo: Sim.

Thiago: Não teria que gerar mais segurança?

Marcelo: Não, a questão é que a gente tem uma transparência maior agora, mas a gente não tem transparência agora.

Thiago: Tudo bem. É que eu fiquei nessa dúvida. Perdão.

Marcelo: Então, se naquele momento a gente não tinha informação nenhuma e era tudo centralizado, num segundo momento, depois da década de 70, a gente começa a ter maior transparência, mas não esqueça que a transparência só se inicia com a Constituição de 88. Eu estou falando para você de programas que começam em meados da década de 70, e tem todo um processo de redemocratização que só efetivamente se dá no final da década de 80 e todo esse período também não tem transparência. Até porque até hoje não há transparência. Primeiro, porque muitas vezes não é interessante para os agentes públicos, e segundo porque a qualidade de informação no Brasil sobretudo é muito ruim. Então a falta de transparência não é apenas pela falta de acesso à informação, mas quando você tem acesso à informação, a informação as vezes é tão ruim que não permite você chegar a conclusões. Essa é a falta de transparência. E que gera desconfiança. Como por exemplo, toda pessoa de opinião, em São Paulo, demonstra que mais da metade da população não confia na polícia. Isso está vinculado a sensação de segurança, mas também está vinculado a falta de transparência, e está vinculado hoje a outro problema que eu ainda vou chegar. Mas o fato é que a gente está em um contexto então na final da década de 70 até os anos 80, de crescimento da cidade muito grande, crescimento da violência urbana muito grande, têm várias teorias que tentam explicar o porquê houve esse crescimento, mas o ponto de vista da relação disso com a sensação de insegurança, eu acho que o principal aspecto é você pensar que, quando as coisas mudam muito rápido, as pessoas se sentem inseguras também devido a essa insegurança. Além disso, a gente tem agora os meios de comunicação entrando nessa equação, colocando maior exposição aos fatos, tanto é que começa um processo interessante de se observar, que é pessoas em lugares mais seguros se sentem mais inseguras do que pessoas de lugares inseguros, novamente vinculado a questão do perfil, que está ligado a uma questão etária mas também de renda, que também está vinculado aos tipos de acesso aos meios de comunicação que a pessoa tem e a capacidade da pessoa a analisar criticamente aquela informação obtida nos meios de comunicação. O conhecimento leva uma melhor ponderação sobre o medo. No sentido de que, se eu falasse para você, com relação a um homicídio em 99, teve seis mil pessoas mortas só na cidade de São Paulo, vítimas de homicídio doloso, homicídio com intenção de matar. Só que, em um terço da cidade não tinha homicídio, e se você acompanhar, até hoje esse um terço da cidade continua não tendo homicídio.

Thiago: Sim, eu li em uma matéria que têm bairros em São Paulo com índices de violência melhores que países da Europa.

Marcelo: Exatamente. Na mesma cidade. Mas a questão é que hoje talvez é mais fácil entender isso. Porque hoje tem cerca de mil pessoas mortas na cidade como um todo, que dá uma taxa inferior a dez por cem mil habitantes. Mas se você pensar que nessas circunstâncias e na circunstância anterior, onde seis mil pessoas eram mortas também acontecia a mesma coisa, a questão é, se eu sei que estou nesse lugar, que eu tenho um risco de ser morto por homicídio muito baixo. Se eu andar alguns quilômetros, eu sei que meu risco de homicídio é muito alto. Então esse tipo de conhecimento é fundamental. Além disso, o risco não é relacionado só com homicídios. Se as pessoas fizessem uma análise sobre roubos de veículos, por exemplo, e observassem o roubo de veículos pela marca do veículo, observaria que a chance de eu ser roubado na marca X é cem mil vezes maior ou menor do que na marca Y. Então é o tipo de

coisa que o conhecimento me permite ponderar melhor essa sensação de insegurança, porque as pessoas em geral se sentem inseguras.

Thiago: Então, mas aí é que está o grande X da questão para mim em relação a questão da sensação de insegurança. Eu vou colocar aqui o açúcar, mas só para fazer uma comparação. Talvez o açúcar mate tanto quanto homicídio doloso em São Paulo por ano. Mas as pessoas não têm medo do açúcar como têm do homicídio doloso. Sabe, a pessoa: “Não estou podendo comer açúcar pois o médico recomendou”, o pessoal não fica apavorado. Ela vai fazer uma restrição alimentar e ela segue. Essa relação que me chama a atenção. Esse que eu estou dizendo um fenômeno, que eu estou percebendo, tentando agora correr atrás, de ao momento de alívio de uma situação, mas parece que é um crescente, isso que eu acho injustificável, por que as pessoas não estão com medo, por exemplo, do açúcar, que mata tanto quanto o homicídio doloso?

Marcelo: Isso você poderia responder de diversas maneiras dependendo da linha teórica que você acredite que é a mais correta ou deseje discutir. Se você colocar em uma perspectiva cotidiana, por exemplo, ele vai falar assim: “Olha, houve uma mudança”. Antigamente, a questão do Estado estava vinculada ao direito de vida e morte. Então você teria que agir de certa maneira, porque você saberia que haveria possibilidade de represália do Estado, que poderia te levar a morte.

Thiago: Entendi.

Marcelo: Isso é um ponto completamente diferente de uma sensação de insegurança. Hoje o Foucault falaria que a gente está em um contexto de biopolítica no qual o Estado não faz mais isso. Na verdade, o Estado tem uma ação mais vinculada sobre o “deixar viver ou deixar morrer”. No sentido de que o Estado não age mais no sentido de matá-lo, mas o Estado pode agir no sentido de tirar os recursos que permitam que você viva. Isso é uma questão. Isso é um contexto específico pensando em uma linha teórica. Se você pensar em uma linha teórica como do Elias, ele vai falar assim: “Houve uma mudança”. E essa mudança está vinculada diretamente ao processo civilizatório. Um processo civilizatório que se deu em diferentes níveis e em diferentes lugares. Então se você pensar em como a civilização era e toda mudança que se deu, você observa, por exemplo, que a gente tinha um mundo onde você não consegue mais pensar antes e depois da Guerra Fria, do ponto de vista dos valores vinculados a segurança pública, violência e violação de direitos da mesma maneira. Então, se você colocar nessa perspectiva, você observa que havia um contexto pós-Guerra Fria muito específico. E essa situação pós-Guerra Fria, a sensação de segurança está vinculada a coisas que antes não estavam. Estão vinculadas a questões como: religião, como raça, como questões de gênero. Então todas essas questões acabam interferindo em cada sociedade de uma maneira específica e está vinculada diretamente a sensação de insegurança. Então se eu sou negro, se eu sou jovem, se eu sou gay, se eu sou muçulmano, se eu sou rico ou pobre, isso interfere diretamente primeiro ao grupo ao qual eu me associo no primeiro momento, depois aculturo os valores, as normas ligadas a violência que esse grupo acaba se relacionando, e depois diretamente é relacionado com a sensação de insegurança. Então na verdade, a sua pergunta já tem vários pesquisadores, vários especialistas que explicam, mas cada uma dessas pessoas têm uma linha específica de explicação. Há outras questões que, no meu discurso eu cheguei até a década de 80 para você, ainda tem muita história nisso, se é que você quer pensar em segurança hoje.

Thiago: Sim.

Marcelo: Na década de 80 é interessante observar que os lugares mais violentos da cidade foram aqueles que começaram a apresentar maior coesão social. Então você vai ver a criação de ONGS, de grupos, de lideranças de bairro nos lugares mais violentos da cidade. Principalmente

na região Jardim São Luís e etc. Bom, nesse momento é interessante observar que muito das ações inicialmente são capitaneados pela Igreja Católica. Daí surge algumas figuras específicas ligadas a Igreja Católica que ganham certo renome como “A voz do povo contra essa situação de violência”. Porque a gente também está em um momento também bastante curioso do ponto de vista do discurso da época porque as pessoas falavam em geral, principalmente os acadêmicos, que tinham uma visão mais marxista da questão, de que, e o NEV também era um que tinha esse discurso, de que boa parte da violência, e na verdade falava não de violência de um geral, mas de violação de direitos humanos, estava vinculada a democracia, a falta de democracia. Quanto mais consolidada a democracia, maior perdão social como um dos elementos, e menor seria a violação de direitos. Só que a gente vê um processo no qual a gente tem uma democracia se consolidando, uma constituição colocada, eleições livres, regulares, diretas e a violação de direitos não diminui. Então a gente está nesse contexto pensando na década de 80. Durante todo o processo da década de 80 até a década de 90. Além disso, a Igreja Católica como um dos elementos fundamentais desse discurso, uma grande sociedade civil surge instituições e representantes que ganham grande nome, principalmente nas periferias. Na música, na arte e várias pessoas começam a participar desse discurso. E é claro que a mídia absorve tudo isso. De uma maneira, é claro, de interesse midiático no sentido de: “eu coloco aquilo que me dá maior visibilidade e etc”. Então, se acontece um homicídio na periferia, não vai ter a mesma repercussão do que um homicídio no centro da cidade. Bom, deu para perceber que eu estou tocando isso porque tudo isso interfere na sensação de segurança. Nesse momento surge um elemento fundamental para que dessem as criações de sensações de segurança hoje. Que é as organizações criminosas. As organizações criminosas em São Paulo surgiram muito depois que do Rio de Janeiro, por exemplo. É na década de 80 que começa a surgir essa ideia, então para você entender como se dá um processo histórico, apenas em 93 surge o PCC. E hoje não dá para pensar em violência e sensação de insegurança sem falar em PCC. Então em 93 surge o PCC. Em 93 o PCC surge, e ele entra em um processo de conflito com outras facções na cidade de São Paulo, no primeiro momento depois do Estado como um todo, e o conflito de facções foi muito violento. O PCC acabou com a concorrência. Acabou dentro do sistema penitenciário e depois acabou fora. Grande parte dos homicídios da década de 90 foram vinculados a eles.

Thiago: Pelo que eu li, era isso. “Eu matava o fulano, aí vinha o outro para matar, fazer a vingança, e o outro ia lá matava fulano, e assim...”

Marcelo: Exatamente. Naquele momento você não consegue pensar em sensação de segurança, não consegue pensar em cobertura da mídia em segurança pública sem pensar no conflito entre facções. Lembra que ainda que tinha várias situações onde pessoas eram decapitadas dentro do sistema penitenciário e etc. Mas a gente não está mais nesse momento. Só para você entender historicamente o que acontece. Acontece que nesse mesmo momento, principalmente nas periferias, e eu acho que é fundamental entender isso, porque não existe uma periferia única na cidade de São Paulo, não existe um centro único na cidade de São Paulo, existem várias periferias e centros diferentes, entretanto, nas regiões periféricas mais violentas, na região Sul é um pouco diferente da Zona Leste em alguns aspectos, mas o que aproxima esses lugares é que começa a surgir um tripé. Pensando no que interfere na sociedade, do ponto de vista da violência, da segurança pública e da sensação de insegurança. O que que é esse tripé? É um tripé onde você não consegue pensar violência, segurança pública e sensação de insegurança, sem pensar em Igreja. Mas não é mais Igreja Católica, é Igreja Evangélica. E isso tem repercussões diretas sobre a sensação de insegurança, uma coisa que é que o que o católico entende outra coisa é que o que o evangélico entende sobre essa questão, sobre a inter-relação entre as pessoas, isso que é (inaudível) direta, mas umas das coisas é a Igreja, mas não é mais a Igreja Católica que iniciou o processo de discussão sobre a violência em um primeiro momento

nas periferias. Outro tripé está vinculado a organizações criminosas. Não dá para pensar mais isso sem o fato de que existe uma facção que se formou hegemônica, existe uma facção onde, em lugares específicos, ela que determina se a pessoa deve ou não ser morta, tribunais do crime e etc. Lembrando que todo esse processo foi antecipado por uma política de segurança pública que já estava orientada por um aprisionamento em massa. E outro tripé está vinculada a uma questão mais política ou cultural. No sentido de que tem várias ONGS, com vários recursos públicos, com vários representantes, com várias ações sociais e culturais, que estão vinculados a uma cultura de dança, de música, de valorização de ser da periferia, isso muda muito porque se a gente observa, antes desse momento, ser da periferia era uma coisa necessariamente ruim, e depois desse momento, ser da periferia na verdade é uma coisa que pode ser vinculada uma ideia boa, de criatividade, de música, de expressão cultural.

Thiago: 1Dasul.

Marcelo: Oi?

Thiago: 1Dasul. A etiqueta, o adesivo, a marca. Você vê espalhado por aí. Porque é do Capão, se eu não me engano.

Marcelo: Sim. Então você observa que a gente está...eu estou tentando mostrar para você, porque se você falar de sensação de insegurança em diferentes meios da cidade, não dá para falar...

Thiago: Não é a mesma coisa.

Marcelo: Não é a mesma coisa. Então nesse momento agora, eu estou falando de uma sensação de segurança de que está vinculada a prisão de organizações criminosas que é hegemônica. Uma mudança de autoridade sob discurso que não é mais a Igreja Católica, mas a Igreja Evangélica. Sobre um grande número de entidades, associações e representantes da cidade civil que ganham muito poder nas periferias. Então não dá para pensar na sensação de segurança sem pensar nesses elementos interferindo na rotina das pessoas. É claro que, eu falei para você, isso representa uma boa parcela da periferia, mas não toda a periferia. E na região central, não é isso que está funcionando como sensação de segurança. Na região central da cidade, é fundamental entender que a gente tem um centro que é prioritariamente comercial, e eu tenho um centro que é residencial. Esse centro mais comercial, está vinculado, por exemplo, a gente vê nas pesquisas do NEV que, as pessoas que vivem nesse centro mais comercial, tem, por exemplo, um alinhamento moral muito mais próximo a ação da polícia do que as outras pessoas da cidade. O que é alinhamento moral? No sentido de que, olha, se você perguntar para essas pessoas: “A polícia fez certo em agir violentamente contra as manifestações?”, o percentual de pessoas que vão falar “sim” nesses lugares é muito maior do que no resto. Então a sensação de segurança dessas pessoas está muito vinculada a visão deles sobre a efetividade da ação policial. O que na periferia não faz o menor sentido. Porque na periferia a confiança que as pessoas têm na polícia é muito menor. E mais, se você vai em lugares que são da periferia, eles falam assim, que a presença da polícia aumenta a sensação de insegurança. Por quê? Porque as pessoas argumentam que: “o policial vem aqui uma semana e não quer saber. Toda semana ele vem aqui e me mete a porrada”. Então eu não sei como agir.

Thiago: O que esperar dele.

Marcelo: O que esperar dele. Diferente da organização criminosa, por exemplo. A organização criminosa vai falar assim: “Se você agir da maneira que eu estou falando...”

Thiago: “Tá” em casa.

Marcelo: “Tá” em casa. “Se eu der um toque de recolher, e você se recolher, bacana”. Não é aquele negócio de que “uma semana eu vou te bater, na outra semana eu vou te tratar bem”. Não. Se você seguir esse procedimento, vai ter esse resultado. E muitas pessoas primeiro falam assim: “A polícia vem aqui e em um dia me trata bem, no outro dia me mete a porrada. Em um dia prende o meu filho e no outro dia orienta o meu filho”. Então tudo isso, olha como é complexo a questão da sensação de segurança. Por isso que, talvez a analogia com o açúcar não faça muito sentido porque você teria que pensar em várias agentes interferindo sobre a sensação de segurança sobre o açúcar. Bom, e hoje, mais recentemente? Recentemente, a gente tem, primeiro, toda essa herança que eu falei para você sobre o ponto de vista histórico. Existem lugares que ainda sofrem influências do que aconteceu no regime militar. Existem lugares que ainda pensam a cidade como se fosse a cidade da década de 70, têm pessoas que veem e pensam na cidade como na década de 80, têm pessoas que pensam na cidade na década de 90, mas efetivamente todo esse processo interfere na sensação de insegurança, e a gente têm hoje um elemento fundamental que é a internet. Se você falar com o Bruno Paes Manso talvez seria interessante você conversar com ele porque o bom de conversar comigo e com o Bruno é que a gente discorda de algumas coisas.

Thiago: Mas é aquela história, se todo mundo concordar não precisa fazer pesquisa nenhuma.

Marcelo: E ele é jornalista. Foi jornalista do Estado. Ele conversou e cobriu a questão da violência, ele conversou com integrantes de organizações criminosas e ele é pesquisador hoje do NEV, mas ele faz isso até hoje, em maior ou menor grau. Mas o fato é que, além de todo esse “ranço histórico”, que interfere na sensação de insegurança, além do fato de que a característica do indivíduo interfere na sensação de segurança, além de em diferentes lugares alguns agentes interferem na sensação de segurança, como alguma cidade da periferia, que o tripé organização criminosa, Igreja e agentes públicos sociais, hoje a gente têm uma mídia que, hoje, por exemplo, do ponto de vista TV, ela é muito próxima daquilo que ela era já na década de 90. Então são programas que faziam a dramatização da violência, que têm um repórter que é meio que a voz da sociedade com relação ao problema da segurança pública. Sendo que, é também fundamental lembrar, que a gente tem o mesmo partido político no governo do Estado que é responsável pela segurança pública a décadas. Isso tem um lado interessante que é uma certa continuidade do problema de segurança pública. Infelizmente a gente é muito crítico à política de segurança pública do Estado. Mas por outro lado, a gente observa que têm algumas coisas meio estranhas da relação do Governo e mídia, do ponto de vista de algumas coisas que aconteceram e a gente não têm muita clareza de que maneira aconteceram. Como por exemplo os atendados em 2006 aqui em São Paulo que pararam a cidade. Aquela história de que se houve um certo acordo entre o Governo do Estado e organizações criminosas. Enfim, não sei se o acordo existe ou não, até hoje ainda é bastante dúvida. E novamente, a transparência, essa falta de clareza, aumenta a sensação de insegurança. Mas apesar disso, além disso, e é claro o rádio também continua atendendo mesmo perfil, o que isso é de novo agora é a internet. A internet no sentido mais amplo, na verdade essa mídia eletrônica que permite que o PCC, por exemplo, mande por WhatsApp pessoas tenham as cabeças decapitadas. Por outro lado, um jovem da periferia com um celular pode se gravar, mostrando a situação do lugar onde ele vive. Além disso, o fenômeno da fake news, ou seja, um homicídio aconteceu em certo lugar, mas a culpabilização ou todo o discurso sobre a causa daquele homicídio se dá de uma maneira onde as pessoas não têm muita certeza ou não conseguem ver a veracidade da informação original. E com relação a sensação de insegurança e a mídia, ainda tem um elemento que eu posso colocar como fundamental, falando de memória, que é o esvaziamento que se deu na mídia com relação aos nossos profissionais que cobrem segurança pública. Segurança pública já foi na mídia um dos temas de grande relevância. Do ponto de vista de que existia um repórter especialista sobre a questão da mesma maneira como hoje a gente pode fazer uma analogia com repórteres que

cobrem economia, o cara tem que saber economia para falar de economia. Hoje se a gente falar de segurança pública...

Thiago: Assim como tem o comentarista esportivo, havia o comentarista de segurança pública.

Marcelo: E hoje? Existe?

Thiago: Não.

Marcelo: Não. Quando uma pessoa vem fazer uma entrevista aqui com a gente aqui no NEV, o mais comum é que sejam os “focas”. Ou uma pessoa que está fazendo um freelance. Não tem mais na redação um cara especialista em segurança pública que já tem todo o conhecimento, que sabe que tal questão está envolvida com tal questão, que certo tema tem uma certa histórica, uma certa abordagem.

Thiago: Aí é uma observação minha que eu percebo que converge para isso com o que você fala. Pegando o exemplo do Jornal da Band que eu trabalhei por um tempo, os editores do jornal, no caso não já não os editores específicos de esportes, mas os editores do Jornal da Band eles são generalistas, eles tratam de vários assuntos. Aí vamos pegar um programa mais específico que é o Brasil Urgente, que é mais focado no cotidiano, na violência. Eu vejo os editores e os repórteres, eu acho que eles não têm uma consciência do panorama geral de segurança pública, que é isso o que você falou. E eles vão fazer a matéria, eles vão fazer a matéria bem-feita, direitinho. Mas o contexto da matéria, eles não vão buscar amarrar isso de uma forma mais ampla, com um contexto de segurança pública, e nisso eu concordo. Não há uma pessoa que olha e fala: “Bom, se você pegar isso daqui e ver com isso daqui, significa isso”. Não, há esses e esses. É isso.

Marcelo: Só exemplificando como fato de que é realmente natural se esperar esse deslocamento entre sensação de insegurança e violência em si. E a mídia em alguns aspectos é muito responsável. Como por exemplo, a gente sempre cita um caso exemplar onde havia a “Gangue da Batida” aqui em São Paulo, acho que na década de 90. O que era a “Gangue da Batida”? A “Gangue da Batida” era um grupo de criminosos que forjava um acidente, como se batesse atrás do seu automóvel, você saía e você era assaltado, sequestrado e etc. A vítima preferencial desse grupo eram mulheres desacompanhadas. Nesse momento o NEV fez uma pesquisa de opinião ampla sobre a sensação de insegurança na cidade. Entre as mulheres explodiu a sensação de insegurança com relação a “Gangue da Batida”. A “Gangue da Batida” que deve ter assaltado umas 10 pessoas em toda a sua carreira. Então você vê que a mídia colocou isso como um elemento tão importante naquele momento, onde, naquele momento, cem pessoas eram mortas por fim de semana na cidade, mas as mulheres sentiam medo da “Gangue da Batida”. E, além disso, o lado bom e lado ruim. Por exemplo, violência contra a mulher é muito grave. Quando a sociedade efetivamente repercute essa questão? Quando a mídia aborda. Violência contra idoso é muito grave. Quando é que a sociedade discute sobre a questão? Quando a mídia aborda a questão. Ou quando tem um caso de grande repercussão. Violência contra criança, por exemplo, é cotidiana. Quando um casal joga uma criança pela janela e a mídia aborda, daí se torna um problema. Que será esquecido assim que outro caso acontecer. Então é esse contexto que nós temos. Nós temos o contexto onde vários elementos interferem nas sensações das pessoas, o perfil da pessoa interfere e o contexto da cidade interfere.

ANEXO E – Relatório de audiência de 22 de junho de 2018 da Kantar

IBOPE Media

06:15	JORNAL BANDNEWS 06:00:00 - 07:00:00 Rat%: 0,36 Shr%: 1,93	BOM DIA SP 06:01:00 - 06:59:00 Rat%: 7,50 Shr%: 39,82	BALANÇO GERAL MANHA 06:00:00 - 07:00:00 Rat%: 1,97 Shr%: 10,44	PRIMEIRO IMPACTO 06:00:00 - 08:30:00 Rat%: 4,84 Shr%: 18,55	RELIGIOSO MAT 06:00:00 - 08:30:00 Rat%: 0,12 Shr%: 0,46
06:30	0,35	7,25	1,62	4,35	0,13
06:45	0,45	7,69	2,22	4,83	0,11
07:00	0,33	8,52	2,96	4,22	0,13
07:15	CAFE COM JORNAL LOCAL 07:00:00 - 08:00:00 Rat%: 0,49 Shr%: 1,78	BOM DIA BRASIL 06:59:00 - 08:19:00 Rat%: 12,39 Shr%: 42,20	SAO PAULO NO AR 07:00:00 - 08:29:00 Rat%: 5,11 Shr%: 16,61		
07:30	0,44	9,95	5,16	4,32	0,20
07:45	0,72	10,91	5,73	4,86	0,07
08:00	0,66	13,34	5,42	5,23	0,08
08:15	CAFE COM JORNAL 08:00:00 - 08:31:00 Rat%: 0,48 Shr%: 1,25		5,43	5,50	0,09
08:30	0,48	16,55	5,43	5,65	0,17
08:45	SEMPRE BEM 08:31:00 - 08:54:00 Rat%: 0,25 Shr%: 0,49	COPA DO MUNDO MAT 08:19:00 - 13:58:00 Rat%: 39,17 Shr%: 66,08	FALA BRASIL 08:29:00 - 10:00:00 Rat%: 2,92 Shr%: 4,52	MUNDO DISNEY MAT 08:30:00 - 10:30:00 Rat%: 2,37 Shr%: 3,61	SHOW DA SAUDE MAT 08:47:00 - 09:30:00 Rat%: 0,00 Shr%: 0,00
09:00	0,27	29,99	3,89	2,98	0,01
09:15	COZINHA DO BORK 08:54:00 - 09:50:00 Rat%: 0,26 Shr%: 0,39		52,37	2,63	0,00
09:30	0,32	55,47	55,47	2,31	0,00
09:45	0,26	58,28	1,47	2,01	0,07
10:00	SUPER PODEROSAS 09:50:00 - 10:59:00 Rat%: 0,11 Shr%: 0,15		56,62	2,06	0,32
10:15	0,15	58,78	HOJE EM DIA 10:00:00 - 11:44:00 Rat%: 2,39 Shr%: 3,50	1,66	0,20
10:30	0,07	60,31	1,85	1,49	0,17
10:45	0,07	60,88	1,53	1,78	0,13
11:00	JOGO ABERTO MAT 10:59:00 - 13:00:00 Rat%: 1,03 Shr%: 1,85		63,17	1,13	0,12
11:15	0,62	52,10	2,26	2,96	0,21
11:30	1,14	41,66	3,73	4,17	0,39
11:45	1,19	35,02	3,97	4,45	0,60
12:00	1,49	27,80	BALANÇO GERAL SP VES 11:45:00 - 15:00:00 Rat%: 8,69 Shr%: 17,56	6,25	0,55
12:15	1,01	25,59	6,85	6,52	0,18
12:30	0,84	24,46	7,66	6,54	0,06
12:45	0,79	23,16	7,74	6,67	0,11
13:00	1,23	21,73	8,49	6,53	0,01
13:15	OS DONOS DA BOLA 13:00:00 - 14:00:00 Rat%: 0,83 Shr%: 1,66		9,00	6,66	0,02
13:30	0,84	20,58	9,69	6,16	0,11
13:45	0,67	20,82	9,58	6,35	0,01
14:00	0,61	20,02	9,29	6,31	0,00
14:15	MELHOR DA TARDE LOCAL 14:00:00 - 15:00:00 Rat%: 0,74 Shr%: 1,60	JORNAL HOJE 13:58:00 - 14:39:00 Rat%: 16,73 Shr%: 35,83	9,86	5,97	0,00
14:30	0,66	16,35	10,16	6,05	0,01
14:45	0,76	15,12	9,97	6,51	0,02
15:00	0,98	COPA DO MUNDO VES 14:39:00 - 16:59:00 Rat%: 19,58 Shr%: 39,28	14,51	6,47	0,01
15:15	0,84	17,47	NOVELA DA TARDE 1 15:00:00 - 15:53:00 Rat%: 6,15 Shr%: 12,72	6,08	1,15
15:30	1,15	19,56	6,12	5,97	1,64
15:45	0,79	20,72	5,69	5,87	2,20
16:00	0,86	19,77	6,03	6,25	2,33
16:15	BRASIL URGENTE 1 16:00:00 - 18:50:00 Rat%: 3,71 Shr%: 6,51		15:53:00 - 16:52:00 Rat%: 6,30 Shr%: 12,03	6,45	1,91
16:30	1,76	21,78	6,14	6,48	2,14
16:45	2,06	21,96	6,20	7,11	2,19
17:00	2,60	22,63	CIDADE ALERTA 16:52:00 - 19:47:00 Rat%: 11,67 Shr%: 19,05	6,88	1,48
17:15	4,28	VALE A PENA VER DE NOVO 16:59:00 - 18:02:00 Rat%: 15,14 Shr%: 27,05	10,33	8,09	0,54
17:30	4,48	14,07	10,88	7,47	0,50
17:45	4,69	14,50	9,91	8,14	0,34
18:00	5,12	16,10	10,65	8,88	0,28
18:15	5,00	MALHACAO 18:02:00 - 18:34:00 Rat%: 17,43 Shr%: 27,81	12,19	9,51	0,73
18:30	4,62	17,68	13,11	9,34	0,59
18:45	4,57	NOVELA I 18:34:00 - 19:20:00 Rat%: 21,21 Shr%: 32,47	13,43	7,24	0,92
19:00	4,48	20,65	12,98	6,88	0,86
19:15	BRASIL URGENTE 2 18:50:00 - 19:20:00 Rat%: 4,34 Shr%: 6,59		12,08	6,75	1,23
19:30	4,32	22,28	NOVELA DA TARDE 2 18:26:00 - 19:44:00 Rat%: 7,05 Shr%: 10,73	6,76	0,68
19:45	3,52	SPTV 2A EDICAO 19:20:00 - 19:44:00 Rat%: 24,67 Shr%: 36,90	12,40	7,13	0,40
20:00	3,52	24,79	NOVELA 2 19:47:00 - 20:45:00 Rat%: 10,01 Shr%: 14,53	7,34	1,15
20:15	4,62	NOVELA II 19:44:00 - 20:29:00 Rat%: 23,93 Shr%: 34,93	9,46	8,94	1,53
20:30	4,56	23,44	9,70	8,85	1,27
20:45	4,64	24,71	10,50	11,49	0,36
21:00	AMOR PROIBIDO 20:29:00 - 21:11:00	JORNAL NACIONAL 20:29:00 - 21:24:00			

ANEXO F – Relatório de audiência de 1º de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media

16:00	BRASIL URGENTE 1 16:00:00 - 18:50:00 Rat%: 4,26 Shr%: 7,76	2,26	13,64	5,68	5,44	2,22
16:15		2,99	14,59	5,50	CASOS DE FAMILIA 16:17:00 - 17:26:00 Rat%: 6,54 Shr%: 12,86	2,08
16:30		3,88	16,18	5,22		1,74
16:45	VALE A PENA VER DE NOVO 16:40:00 - 17:58:00 Rat%: 17,97 Shr%: 33,27	3,87	16,05	5,96	CIDADE ALERTA 16:37:00 - 19:49:00 Rat%: 10,03 Shr%: 16,66	1,30
17:00		4,60	17,36	7,02		RELIGIOSO VES 17:00:00 - 18:00:00 Rat%: 0,23 Shr%: 0,41
17:15		4,60	18,09	7,97		0,20
17:30		4,52	19,40	9,24	NOVELA TARDE 1 17:28:00 - 18:32:00 Rat%: 6,52 Shr%: 11,10	0,19
17:45		5,02	19,85	9,89		0,10
18:00	MALHACAO 17:58:00 - 18:30:00 Rat%: 19,53 Shr%: 32,16	5,12	18,71	10,85		TRICOTANDO 18:00:00 - 18:59:00 Rat%: 0,76 Shr%: 1,21
18:15		4,90	20,29	11,43		0,76
18:30	NOVELA I 18:30:00 - 19:15:00 Rat%: 22,70 Shr%: 34,86	4,96	21,61	11,93	NOVELA NOITE 18:32:00 - 19:43:00 Rat%: 6,63 Shr%: 9,99	0,84
18:45						
19:00	BRASIL URGENTE 2 18:50:00 - 19:20:00 Rat%: 4,83 Shr%: 7,29	4,65	22,39	12,02		1,01
19:15		5,04	24,10	11,90		PAPO DE BOLA 18:59:00 - 19:24:00 Rat%: 0,70 Shr%: 1,04
19:30	JORNAL DA BAND 19:20:00 - 20:30:00 Rat%: 4,22 Shr%: 6,06	4,04	25,74	12,49		0,75
19:45		4,11	27,19	11,81		REDE TV NEWS 19:24:00 - 20:29:00 Rat%: 1,35 Shr%: 1,94
20:00		4,73	28,80	9,62	NOVELA 2 19:49:00 - 20:51:00 Rat%: 8,09 Shr%: 11,40	1,32
20:15		4,54	30,19	7,22	NOVELA II 19:40:00 - 20:29:00 Rat%: 29,68 Shr%: 42,27	1,87
20:30	MINHA VIDA 20:30:00 - 21:07:00 Rat%: 1,83 Shr%: 2,53	2,08	31,76	7,43	NOVELA 3 20:51:00 - 21:49:00 Rat%: 7,44 Shr%: 10,24	1,72
20:45		1,70	32,42	8,73	RODA A RODA JEQUITI 20:30:00 - 20:56:00 Rat%: 10,40 Shr%: 14,45	0,35
21:00		1,06	33,57	7,86		RELIGIOSO NOT 20:29:00 - 21:30:00 Rat%: 0,27 Shr%: 0,37
21:15	RELIGIOSO NOT 21:09:00 - 22:02:00 Rat%: 0,31 Shr%: 0,43	0,29	33,89	7,02	NOVELA NOITE 1 20:56:00 - 21:54:00 Rat%: 11,14 Shr%: 15,33	0,26
21:30		0,26	33,11	7,24		NOVELA III 21:21:00 - 22:33:00 Rat%: 34,24 Shr%: 47,72
						TV FAMA 21:30:00 - 22:45:00 Rat%: 1,23 Shr%: 1,74

ANEXO I – Relatório de audiência de 4 de julho de 2019 da Kantar

IBOPE Media

	1,96		12,27	RELIGIOSO VES BALANÇO GERAL SP VES 14:51:00 - 15:00:00	11,32	9,36	0,16		
15:00	MELHOR DA TARDE 15:00:00 - 16:00:00 Rat%: 2,04 Shr%: 3,58	1,92	14,18	NOVELA DA TARDE 1 15:00:00 - 15:49:00 Rat%: 8,61 Shr%: 15,08	9,45	FOFOCALIZANDO 14:59:00 - 16:15:00 Rat%: 6,39 Shr%: 11,20	A TARDE E SUA 15:00:00 - 17:00:00 Rat%: 2,05 Shr%: 3,54	1,40	
15:15		2,02	15,08		8,25			2,16	
15:30		2,02	15,19		8,17			2,65	
15:45		2,21	16,27	NOVELA DA TARDE 2 15:49:00 - 16:38:00 Rat%: 6,68 Shr%: 11,56	7,61			2,41	
16:00	BRASIL URGENTE 1 16:00:00 - 18:50:00 Rat%: 5,01 Shr%: 7,78	2,88	17,00	ALB GRANDE FAMILIA 15:54:00 - 16:49:00 Rat%: 18,18 Shr%: 31,19	6,78			2,34	
16:15		3,98	17,79		6,29	CASOS DE FAMILIA 16:15:00 - 17:22:00 Rat%: 6,02 Shr%: 9,96	5,93	2,26	
16:30		3,74	19,85		6,06			1,73	
16:45		4,23	20,21	CIDADE ALERTA 16:38:00 - 19:47:00 Rat%: 10,75 Shr%: 15,75	6,37			1,44	
17:00		4,99	20,57	VALE A PENA VER DE NOVO 16:49:00 - 17:56:00 Rat%: 21,02 Shr%: 32,80					
17:15		5,50	20,79		8,32		RELIGIOSO VES 17:00:00 - 18:00:00 Rat%: 0,18 Shr%: 0,27	0,45	
17:30		5,92	21,73		9,05	NOVELA TARDE 1 17:22:00 - 18:27:00 Rat%: 6,12 Shr%: 9,08	6,06	0,10	
17:45		6,00	21,57		9,66		5,46	0,06	
18:00		5,64	20,15	MALHACAO 17:56:00 - 18:27:00 Rat%: 20,54 Shr%: 29,83					
18:15		5,95	21,16		12,70		TRICOTANDO 18:00:00 - 19:00:00 Rat%: 0,60 Shr%: 0,85	0,28	
18:30		6,00	22,83	NOVELA I 18:27:00 - 19:13:00 Rat%: 23,91 Shr%: 33,30	13,12		6,80	0,52	
18:45		5,92	23,97		12,57	NOVELA NOITE 18:27:00 - 19:43:00 Rat%: 6,53 Shr%: 9,01	6,33	0,77	
19:00	BRASIL URGENTE 2 18:50:00 - 19:20:00 Rat%: 5,69 Shr%: 7,85	5,92	23,97		12,18		6,28	0,82	
19:15		5,76	25,72		12,27		6,42	0,56	
19:30	JORNAL DA BAND 19:20:00 - 20:28:00 Rat%: 4,68 Shr%: 6,30	4,61	27,70	SPTV 2A EDICAO 19:13:00 - 19:37:00 Rat%: 28,27 Shr%: 38,44	12,20		6,87	0,60	
19:45		5,08	29,87	NOVELA II 19:37:00 - 20:29:00 Rat%: 31,50 Shr%: 42,23	12,11		6,74	0,64	
20:00		4,75	30,49		9,73	NOVELA 2 19:47:00 - 20:58:00 Rat%: 8,60 Shr%: 11,39	7,43	1,07	
20:15		4,67	31,92		7,37		7,81	1,92	
20:30	MINHA VIDA 20:28:00 - 21:06:00 Rat%: 1,90 Shr%: 2,49	2,01	31,73		7,41	SBT BRASIL 19:43:00 - 20:30:00 Rat%: 7,62 Shr%: 10,20	7,76	1,74	
				JORNAL NACIONAL 20:29:00 - 21:28:00 Rat%: 32,93 Shr%: 43,06	9,17	RODA A RODA JEQUITI 20:30:00 - 20:55:00 Rat%: 10,68 Shr%: 13,96	10,20	RELIGIOSO NOT 20:30:00 - 21:30:00 Rat%: 0,27 Shr%: 0,36	0,44

ANEXO K – Relatório de audiência de 8 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media

	1,59		10,97		10,07		7,52		0,18		
15:00	MELHOR DA TARDE 15:00:00 - 16:00:00 Rat%: 1,91 Shr%: 4,09	1,91		NOVELA DA TARDE 1 15:00:00 - 15:49:00 Rat%: 7,54 Shr%: 16,11	8,12		FOFOCALIZANDO 14:59:00 - 16:15:00 Rat%: 6,18 Shr%: 13,22	6,38	A TARDE E SUA 15:00:00 - 17:00:00 Rat%: 1,80 Shr%: 3,79	1,41	
15:15		1,86			7,41			6,30	2,10		
15:30		1,96			12,48			7,11	5,68	2,49	
15:45		1,92	ALB GRANDE FAMILIA 15:48:00 - 16:47:00 Rat%: 14,13 Shr%: 29,84	12,84	NOVELA DA TARDE 2 15:49:00 - 16:38:00 Rat%: 6,04 Shr%: 12,83	6,73		6,11	2,10		
16:00	BRASIL URGENTE 1 16:00:00 - 18:50:00 Rat%: 4,65 Shr%: 8,36	2,23			13,56			5,84	6,35	1,60	
16:15		2,87			14,04		CASOS DE FAMILIA 16:15:00 - 17:29:00 Rat%: 5,19 Shr%: 10,28	5,93	5,47	1,72	
16:30		3,43			15,47				4,76	1,75	
16:45		4,62	VALE A PENA VER DE NOVO 16:47:00 - 18:03:00 Rat%: 18,33 Shr%: 33,18	16,14	CIDADE ALERTA 16:38:00 - 19:49:00 Rat%: 9,79 Shr%: 15,89	6,03		6,32	5,00	1,19	
17:00		4,77			16,95			7,88	5,23	ESCOLA DO AMOR 17:00:00 - 18:00:00 Rat%: 0,19 Shr%: 0,33	0,40
17:15		4,81			17,83			9,71	5,54	0,16	
17:30		5,01			19,54		NOVELA TARDE 1 17:29:00 - 18:30:00 Rat%: 6,36 Shr%: 10,50	9,45	5,47	0,12	
17:45		5,79			20,41			9,21	5,85	0,07	
18:00		6,03	MALHACAO 18:03:00 - 18:31:00 Rat%: 20,11 Shr%: 31,74	19,66				10,32	6,95	TRICOTANDO 18:00:00 - 19:00:00 Rat%: 0,55 Shr%: 0,85	0,24
18:15		5,38			20,66			11,10	7,21	0,62	
18:30		5,80	NOVELA I 18:31:00 - 19:15:00 Rat%: 23,72 Shr%: 35,17	22,59			NOVELA NOITE 18:30:00 - 19:44:00 Rat%: 6,95 Shr%: 10,15	10,66	6,87	0,66	
18:45		5,90			23,56			10,65	6,66	0,70	
19:00	BRASIL URGENTE 2 18:50:00 - 19:20:00 Rat%: 5,62 Shr%: 8,22	5,76			24,88			10,71	6,90	PAPO DE BOLA 19:00:00 - 19:25:00 Rat%: 0,69 Shr%: 1,00	0,78
19:15		4,48	SPTV 2A EDICAO 19:15:00 - 19:40:00 Rat%: 26,71 Shr%: 38,14	25,83				11,63	7,30	0,51	
19:30	JORNAL DA BAND 19:20:00 - 20:28:00 Rat%: 4,32 Shr%: 6,07	4,53			28,10			11,07	6,99	REDE TV NEWS 19:25:00 - 20:30:00 Rat%: 0,96 Shr%: 1,34	0,50
19:45		4,58	NOVELA II 19:40:00 - 20:29:00 Rat%: 31,18 Shr%: 43,50	29,85	NOVELA 2 19:49:00 - 20:50:00 Rat%: 7,48 Shr%: 10,39	9,12		7,03	7,03	1,07	
20:00		4,14			31,82			6,95	7,27	1,34	
20:15		3,92			33,09			6,70	7,34	1,10	
20:30	MINHA VIDA 20:28:00 - 21:08:00 Rat%: 1,76 Shr%: 2,43	1,93	JORNAL NACIONAL 20:29:00 - 21:16:00 Rat%: 34,06 Shr%: 47,07	32,92			RODA A RODA JEQUITI 20:30:00 - 20:55:00 Rat%: 9,89 Shr%: 13,66	7,98	9,45	RELIGIOSO NOT 20:30:00 - 21:30:00 Rat%: 0,25 Shr%: 0,35	0,34

ANEXO L – Relatório de audiência de 9 de julho de 2019 da Kantar

IBOPE Media

	1,26		13,33		9,60		7,09		0,08
15:00	MELHOR DA TARDE 15:00:00 - 16:00:00 Rat%: 1,66 Shr%: 3,21	1,54		NOVELA DA TARDE 1 15:00:00 - 15:50:00 Rat%: 6,49 Shr%: 12,62	7,51	FOFOCALIZANDO 14:59:00 - 16:16:00 Rat%: 5,63 Shr%: 10,88	5,85	A TARDE E SUA 15:00:00 - 17:00:00 Rat%: 1,94 Shr%: 3,69	1,59
15:15		1,46			6,17		5,61		2,32
15:30		1,62			17,84		5,85		2,37
15:45		2,01		ALB GRANDE FAMILIA 15:48:00 - 16:46:00 Rat%: 17,19 Shr%: 32,53	16,77	NOVELA DA TARDE 2 15:50:00 - 16:39:00 Rat%: 4,90 Shr%: 9,29	5,57		2,29
16:00	BRASIL URGENTE 1 16:00:00 - 18:50:00 Rat%: 4,42 Shr%: 7,55	2,59			16,89		4,82		5,59
16:15		3,59			16,94	CASOS DE FAMILIA 16:16:00 - 17:30:00 Rat%: 5,34 Shr%: 9,75	4,83		5,71
16:30		4,22			18,20		4,59		4,63
16:45		4,59		VALE A PENA VER DE NOVO 16:46:00 - 17:58:00 Rat%: 18,82 Shr%: 32,85	18,35	CIDADE ALERTA 16:39:00 - 19:49:00 Rat%: 9,84 Shr%: 15,61	5,17		5,37
17:00		4,37			17,67		7,61	RELIGIOSO VES 17:00:00 - 18:00:00 Rat%: 0,31 Shr%: 0,54	0,45
17:15		4,09			18,32		8,71		5,77
17:30		4,36			19,67	NOVELA TARDE 1 17:30:00 - 18:30:00 Rat%: 5,94 Shr%: 9,56	9,39		5,17
17:45		4,46			20,32		9,74		5,31
18:00		5,42		MALHACAO 17:58:00 - 18:29:00 Rat%: 19,97 Shr%: 31,09	19,34		10,72	TRICOTANDO 18:00:00 - 19:00:00 Rat%: 0,56 Shr%: 0,85	0,27
18:15		5,66			20,70		10,81		6,82
18:30		5,21		NOVELA I 18:29:00 - 19:14:00 Rat%: 24,09 Shr%: 35,60	22,87	NOVELA NOITE 18:30:00 - 19:45:00 Rat%: 6,13 Shr%: 8,95	11,10		6,36
18:45		4,87			24,02		11,26		6,05
19:00	BRASIL URGENTE 2 18:50:00 - 19:20:00 Rat%: 4,70 Shr%: 6,86	4,71			25,64		11,70	PAPO DE BOLA 19:00:00 - 19:25:00 Rat%: 0,64 Shr%: 0,92	0,67
19:15		3,99		SPTV 2A EDICAO 19:14:00 - 19:40:00 Rat%: 27,98 Shr%: 40,27	27,52		11,77		6,16
19:30	JORNAL DA BAND 19:20:00 - 20:28:00 Rat%: 3,97 Shr%: 5,64	3,71			28,67		11,81	REDE TV NEWS 19:25:00 - 20:30:00 Rat%: 1,05 Shr%: 1,48	0,37
19:45		4,08		NOVELA II 19:40:00 - 20:29:00 Rat%: 31,24 Shr%: 44,02	29,81	NOVELA 2 19:49:00 - 20:58:00 Rat%: 8,35 Shr%: 11,60	9,46	SBT BRASIL 19:45:00 - 20:30:00 Rat%: 6,47 Shr%: 9,09	6,24
20:00		4,15			31,78		7,48		6,59
20:15		3,92			33,37		7,36		6,57
20:30	MINHA VIDA 20:28:00 - 21:08:00 Rat%: 2,19 Shr%: 3,01	2,22		JORNAL NACIONAL 20:29:00 - 21:19:00 Rat%: 32,22 Shr%: 44,13	31,08		8,97	RODA A RODA JEQUITI 20:30:00 - 20:55:00 Rat%: 10,22 Shr%: 14,01	9,54
								RELIGIOSO NOT 20:30:00 - 21:30:00 Rat%: 0,41 Shr%: 0,56	0,63

ANEXO M – Relatório de audiência de 10 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media

	1,59	8,93	10,04	7,11	0,02
15:00	MELHOR DA TARDE 15:00:00 - 16:00:00 Rat%: 1,47 Shr%: 3,43		NOVELA DA TARDE 1 15:00:00 - 15:49:00 Rat%: 7,27 Shr%: 17,03	FOFOCALIZANDO 15:00:00 - 16:15:00 Rat%: 5,94 Shr%: 13,73	A TARDE E SUA 15:00:00 - 17:00:00 Rat%: 2,02 Shr%: 4,53
	1,68	9,98	7,62	6,45	1,17
15:15					
	1,64	10,54	7,12	6,04	1,73
15:30					
	1,17	11,26	7,06	5,68	1,98
15:45	ALB GRANDE FAMILIA 15:44:00 - 16:40:00 Rat%: 13,41 Shr%: 29,76		NOVELA DA TARDE 2 15:49:00 - 16:38:00 Rat%: 5,39 Shr%: 11,94		
	1,39	11,75	6,67	5,90	2,49
16:00	BRASIL URGENTE 1 16:00:00 - 18:50:00 Rat%: 4,34 Shr%: 8,24				
	2,38	12,95	5,27	5,64	2,58
16:15				CASOS DE FAMILIA 16:15:00 - 17:29:00 Rat%: 5,26 Shr%: 10,91	
	3,23	14,08	4,90	5,13	2,52
16:30					
	3,73	15,55	5,05	5,02	2,11
16:45	VALE A PENA VER DE NOVO 16:40:00 - 17:33:00 Rat%: 15,86 Shr%: 32,05		CIDADE ALERTA 16:38:00 - 19:49:00 Rat%: 9,92 Shr%: 16,91		
	4,56	15,06	5,18	5,39	1,57
17:00					RELIGIOSO VES 17:00:00 - 18:00:00 Rat%: 0,41 Shr%: 0,78
	4,57	15,76	6,80	5,35	0,67
17:15					
	4,68	16,58	7,98	5,43	0,37
17:30				NOVELA TARDE 1 17:29:00 - 18:31:00 Rat%: 6,30 Shr%: 11,05	
	4,51	15,90	9,68	5,90	0,23
17:45	MALHACAO 17:33:00 - 18:04:00 Rat%: 15,82 Shr%: 28,57				
	4,82	15,82	11,48	6,18	0,38
18:00					TRICOTANDO 18:00:00 - 19:00:00 Rat%: 0,70 Shr%: 1,14
	4,82	17,39	11,33	6,50	0,49
18:15	NOVELA I 18:04:00 - 18:28:00 Rat%: 18,22 Shr%: 30,67				
	5,16	18,93	11,38	6,61	0,65
18:30	FLASH JORNALISMO GLOB VL... NOVELA I 18:32:00 - 18:47:00 Rat%: 20,90 Shr%: 33,59		NOVELA NOITE 18:31:00 - 19:45:00 Rat%: 6,52 Shr%: 9,89		
	5,01	20,65	11,38	6,38	0,87
18:45	SPTV 2A EDICAO 18:47:00 - 19:12:00 Rat%: 23,35 Shr%: 35,70				
	4,98	22,04	11,71	6,54	0,79
19:00	BRASIL URGENTE 2 18:50:00 - 19:20:00 Rat%: 4,72 Shr%: 7,14				PAPO DE BOLA 19:00:00 - 19:25:00 Rat%: 0,47 Shr%: 0,70
	4,78	24,93	11,50	6,74	0,47
19:15	NOVELA II 19:12:00 - 19:59:00 Rat%: 27,08 Shr%: 39,37				
	4,23	25,74	11,64	6,69	0,45
19:30	JORNAL DA BAND 19:20:00 - 20:37:00 Rat%: 4,50 Shr%: 6,41				REDE TV NEWS 19:25:00 - 20:30:00 Rat%: 0,73 Shr%: 1,03
	4,57	27,56	10,95	6,31	0,47
19:45					
	4,73	28,35	9,02	6,55	0,78
20:00	JORNAL NACIONAL 19:59:00 - 20:41:00 Rat%: 28,08 Shr%: 39,16		NOVELA 2 19:49:00 - 20:47:00 Rat%: 8,46 Shr%: 11,80	SBT BRASIL 19:45:00 - 20:30:00 Rat%: 7,57 Shr%: 10,69	
	4,86	26,53	8,50	7,87	0,95
20:15					
	4,28	27,53	8,45	8,29	0,79
20:30				RODA A RODA JEUQUITI 20:30:00 - 20:55:00 Rat%: 9,16 Shr%: 12,46	RELIGIOSO NOT 20:30:00 - 21:30:00 Rat%: 0,31 Shr%: 0,42
	3,35	30,83	8,47	8,94	0,34
	MINHA VIDA				

ANEXO N – Relatório de audiência de 11 de julho de 2019 da Kantar IBOPE Media

15:00	MELHOR DA TARDE 15:00:00 - 16:00:00 Rat%: 1,58 Shr%: 3,53	1,63	11,06	NOVELA DA TARDE 1 15:01:00 - 15:50:00 Rat%: 8,43 Shr%: 18,72	8,88	FOFOCALIZANDO 14:59:00 - 16:15:00 Rat%: 5,10 Shr%: 11,33	5,87	A TARDE E SUA 15:00:00 - 17:00:00 Rat%: 1,75 Shr%: 3,78	1,19
15:15		1,58			8,40		5,04		1,91
15:30		1,59			8,20		4,54		1,91
15:45	ALB GRANDE FAMILIA 15:43:00 - 16:44:00 Rat%: 14,15 Shr%: 30,60	1,54	12,35	NOVELA DA TARDE 2 15:50:00 - 16:38:00 Rat%: 6,54 Shr%: 14,17	7,53		4,88		2,02
16:00	BRASIL URGENTE 1 16:00:00 - 18:50:00 Rat%: 4,18 Shr%: 7,74	2,12	13,68		6,62		5,04		1,69
16:15		2,74			14,35		6,21	CASOS DE FAMILIA 16:15:00 - 17:30:00 Rat%: 4,95 Shr%: 9,97	4,98
16:30		2,74			16,77		5,97		1,96
16:45	VALE A PENA VER DE NOVO 16:44:00 - 18:02:00 Rat%: 18,07 Shr%: 34,12	3,48	16,76	CIDADE ALERTA 16:38:00 - 19:52:00 Rat%: 10,19 Shr%: 17,03	6,27		4,83		1,36
17:00		3,94			16,88		7,17	RELIGIOSO VES 17:00:00 - 18:00:00 Rat%: 0,29 Shr%: 0,54	0,63
17:15		4,54			17,88		7,55		0,23
17:30		4,58			19,05		8,62	NOVELA TARDE 1 17:30:00 - 18:32:00 Rat%: 6,58 Shr%: 11,27	5,31
17:45		5,48			19,42		9,60		0,17
18:00	MALHACAO 18:02:00 - 18:31:00 Rat%: 20,15 Shr%: 33,08	5,66	19,52		11,04		6,94	TRICOTANDO 18:00:00 - 19:00:00 Rat%: 0,62 Shr%: 1,00	0,19
18:15		5,61			20,79		11,11		0,53
18:30	NOVELA I 18:31:00 - 19:14:00 Rat%: 23,04 Shr%: 35,39	4,87	21,79		12,69		7,24	NOVELA NOITE 18:32:00 - 19:44:00 Rat%: 6,98 Shr%: 10,50	0,81
18:45	BRASIL URGENTE 2 18:50:00 - 19:20:00 Rat%: 4,58 Shr%: 6,88	4,71	22,78		12,92		6,77		0,97
19:00		4,50			24,58		12,84	PAPO DE BOLA 19:00:00 - 19:25:00 Rat%: 0,63 Shr%: 0,94	0,61
19:15	SPTV 2A EDICAO 19:14:00 - 19:39:00 Rat%: 26,11 Shr%: 38,24	4,10	25,49		12,12		7,20		0,59
19:30	JORNAL DA BAND 19:20:00 - 20:28:00 Rat%: 4,08 Shr%: 5,79	4,08	27,52		11,59		7,18	REDE TV NEWS 19:25:00 - 20:30:00 Rat%: 0,86 Shr%: 1,21	0,67
19:45	NOVELA II 19:39:00 - 20:29:00 Rat%: 31,01 Shr%: 43,49	4,23	29,71	NOVELA 2 19:52:00 - 20:45:00 Rat%: 8,29 Shr%: 11,50	10,51	SBT BRASIL 19:44:00 - 20:31:00 Rat%: 7,48 Shr%: 10,46	6,81		0,69
20:00		4,12			31,93		7,68		1,20
20:15		3,87			32,84		7,47		1,01
20:30	MINHA VIDA 20:28:00 - 21:07:00 Rat%: 1,70 Shr%: 2,35	1,66	30,27	JORNAL NACIONAL 20:29:00 - 21:25:00 Rat%: 31,65 Shr%: 43,58	30,27	RODA A RODA JEQUITI 20:31:00 - 20:56:00 Rat%: 10,42 Shr%: 14,38	9,70	RELIGIOSO NOT 20:30:00 - 21:30:00 Rat%: 0,30 Shr%: 0,41	0,35
20:45		1,60	30,65	NOVELA 3 20:45:00 - 21:42:00 Rat%: 7,28 Shr%: 10,02	8,04		10,92		0,27

ANEXO P – Levantamento de conteúdo jornalístico

BRASIL URGENTE			CIDADES ALERTA			SPT BRASIL			SPTV		
PAUTA	CONTEÚDO	TOTAL	PAUTA	CONTEÚDO	TOTAL	PAUTA	CONTEÚDO	TOTAL	PAUTA	CONTEÚDO	TOTAL
ABERTURA		008:00	ABERTURA		000:18	ESCALADA		001:10	ESCALADA		001:36
ESCALADA		003:30	ASSEDIO EM ESCOLA		008:54	FURTO DE DUTOS DE COMBUSTIVEL		002:20	ATRAIDOR PRESO		002:43
INTERVALO	COMERCIAL	005:22	CASO JAILTO: RAPAZ DESAPARECIDO		01:12:31	GIRO DE NOTÍCIAS		001:30	FURTO DE DUTOS DE COMBUSTIVEL		003:56
ESTRUPOR NEYMAR		004:12	ENTREGADOR MORTO		004:13	PRESOS SUSPEITOS DE ASSALTAR RESIDÊNCIAS		001:59	FABRICA CLANDESTINA DE ARMAS		000:14
ATRAIDOR PRESO		001:02	CORPO EM MATAGAL		004:13	FOCUEIRA PREFERITO		000:57	FOCUEIRA PREFERITO		002:49
ATOR ASSASSINADO		006:39	CASO SHIRLEY: SEQUESTRO		004:00	EXPLOSO APARELHAMENTO		002:04	PRENSÃO DO TEMPO		001:25
INTERVALO	COMERCIAL	005:25	CASO SHIRLEY: SEQUESTRO		01:14:50	GRANCA MORRE APÓS FICADA DE ESCORPIÃO		001:59	CHAMA PRÓX. BLOCO		000:42
ENTREGADOR MORTO		005:50	MERCHANDISING		001:13	BRASILEIRO ACUSADO DE TRÁFICO		002:06	INTERVALO		001:02
SADINHA DE BANCO		006:27	CASO SHIRLEY: SEQUESTRO		01:00:05	LAVAJATO		001:47	WADUTOS INTERDITADOS		004:06
ENTREGADOR MORTO		006:48	MERCHANDISING		001:04	DEFORMENTO SERGIO CABRAL		002:02	AMBULANTES IRREGULARES		004:17
SADINHA DE BANCO		001:48	INTERVALO		002:48	PROTESTO HONG KONG		002:09	INTERVALO		001:30
ENTREGADOR MORTO		000:20	VIOLÊNCIA URBANA		01:00:00	GIRO INTERNACIONAL		001:12			
MORTA PELO EX-MARIDO		005:38	BELA E PERGOSA: PRISCILA		02:14:55	TROTEIO EM BAR		001:57			
ENTREGADOR MORTO		000:46	DANILO: SUICÍDIO E DESCONFIANÇA DO PAI		02:22:35	CHAMA PRÓX. BLOCO		000:21			
ATOR ASSASSINADO		01:14:46	CASO ESTER: ABUSADA*		005:04	INTERVALO		004:54			
ATRAIDOR PRESO		006:22	CASO ESTER: ABUSADA*		01:13:55	VAZAJATO		001:47			
FOCUEIRA PREFERITO		006:21	CASO ROQUE: DESAPARECIDO		009:27	PRESSÃO TITFOLI		001:55			
ESTRUPOR NEYMAR		006:04	TROTEIO EM BAR		007:55	LELA PRESO		000:26			
SADINHA DE BANCO		000:53	MERCHANDISING		001:03	CHAMA PRÓX. BLOCO		000:15			
INTERVALO	COMERCIAL	002:22	TROTEIO EM FESTA		002:58	INTERVALO		004:14			
ESPAÇADA E MORTA		002:07	RAFAEL: MORTA		009:42	RA-X: ACORDO NUCLEAR		002:26			
MORTA PELO IRMÃO		008:23	CASO WILLIAM: DESAPARECIDO		01:10:35	REFORMADA PREVIDÊNCIA		001:29			
FABRICA CLANDESTINA DE ARMAS		002:20				RMÁ DULCE CANONIZADA		003:10			
LAVAJATO		01:05:57				COPIA AMÉRICA					
ATRAIDOR PRESO		006:23									
ATRAIDOR PRESO		004:29									
LAVAJATO		004:08									
EXPLOSO APARTAMENTO		002:31									
NEYMAR ESTRUPOR		000:30									
ATRAIDOR PRESO		000:29									
ENTREGADOR MORTO		000:21									
SADINHA DE BANCO		000:47									
EXPLOSO APARTAMENTO		002:52									
PASTOR ASSASSINADO		01:05:52									
ATOR ASSASSINADO		000:40									
ESTRUPOR NEYMAR		000:41									
TROTEIO EM BAR		000:48									
PASTOR ASSASSINADO		003:22									
TROTEIO EM BAR		006:17									
GOLPE EM APOSENTADOS		006:56									
MERCHANDISING		001:09									
GOLPE EM APOSENTADOS		004:59									
PROTESTO NA MARGINAL PINHEIROS		001:59									
QU'ADRI HA PRESA		005:40									
PROTESTO NA MARGINAL PINHEIROS		002:06									
QU'ADRI HA PRESA		001:06									
MERCHANDISING		000:38									
ENTREGADOR MORTO		000:37									
SADINHA DE BANCO		001:40									
MERCHANDISING		005:30									
TAXISTA MORTO EM ASSALTO		002:08									
PROTESTO NA MARGINAL PINHEIROS		004:53									
ATRAIDOR PRESO		004:53									
EXECUÇÕES NA PAVILHÃO NOVE		003:32									
ATOR ASSASSINADO		002:14									
MERCHANDISING		001:06									
INTERVALO	COMERCIAL	002:39									
MERCHANDISING		001:06									
MORTE GAROTINHA		007:59									
TOTAL DE ARTE		2:59:05	TOTAL DE ARTE		2:55:23	TOTAL DE ARTE		0:56:35	TOTAL DE ARTE		0:23:18
CONTEÚDO COM VIOLÊNCIA URBANA		1:49:20	CONTEÚDO COM VIOLÊNCIA URBANA		2:55:05	CONTEÚDO COM VIOLÊNCIA URBANA		0:05:26	CONTEÚDO COM VIOLÊNCIA URBANA		0:02:43
TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		61%	TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		100%	TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		15%	TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		12%

01/07/2019

BRASIL URGENTE		CIDADE ALERTA				SET BRASIL				SPTV	
PAUTA	CONTEUDO	TOTAL	PAUTA	CONTEUDO	TOTAL	PAUTA	CONTEUDO	TOTAL	PAUTA	CONTEUDO	TOTAL
ABERTURA	00135	ABERTURA	00015	ESCALADA	00015	ESCALADA	00015	ESCALADA	00113	ESCALADA	00120
ESCALADA	00525	PADRASTO MATA	00646	VIOLÊNCIA URBANA	00646	SUSPEITO DE MATAR IDOSA	00646	VIOLÊNCIA URBANA	00207	SÃO PAULO SEM CHUVA	00331
COMERCIAL	00527	PROFESSOR MORTO	00508	VIOLÊNCIA URBANA	00508	CHAMA PROX. BLOCO	00508	VIOLÊNCIA URBANA	00223	PREVISÃO DO TEMPO	00127
DEBULGAÇÃO DE LIVRO	00116	CASO JAILTO: CORPO ENCONTRADO	00736	VIOLÊNCIA URBANA	00736	INTERVALO	00736	COMERCIAL	00426	REGULARIZAÇÃO COMERCIANTE	00155
VAZAJATO	01834	INTERVALO	00661	COMERCIAL	00661	FABRICA CLANDESTINA DE ARMAS	00661	COMERCIAL	00148	AUMENTO ENERGIA ELÉTRICA	00195
INTERVALO	00468	CASO JAILTO: CORPO ENCONTRADO	01053	VIOLÊNCIA URBANA	01053	MOTOFRISTA ASSASSINADO	01053	VIOLÊNCIA URBANA	00152	FURTO DE CARROS	00221
SADINHA DE PANCO	00455	CASO SILVANA: DESAPARECIDA	02032	VIOLÊNCIA URBANA	02032	GIRO DE NOTÍCIAS	02032	VIOLÊNCIA URBANA	00122	POLÍCIA PERSIGUE	00023
ATOR ASSASSINADO	01100	MERCHANDISING	00104	COMERCIAL	00104	AMBULANTES IRREGULARES	00104	COMERCIAL	00144	CHAMA PROX. BLOCO	00040
ECLIPSE SOLAR	00120	INTERVALO	00649	COMERCIAL	00649	CORPO DISPENSA DE AVIÃO EM LONDRES	00649	COMERCIAL	00153	INTERVALO	00151
ENTREGADOR MORTO	00523	CASO JADSON: CONFUNDIDO COM TIRAFICANTE	00627	VIOLÊNCIA URBANA	00627	REFORMA DA PREVIDÊNCIA	00627	VIOLÊNCIA URBANA	00201	CURSO PARA INVÁLIDOS	00247
BEBÊ ENCONTRADO MORTO	00117	MERCHANDISING	00105	COMERCIAL	00105	DA BOLSONARO	00105	COMERCIAL	00154	COPA AMÉRICA	00351
ATRODOR PRESO	00128	ESFOSA CRUELÁTICA	01359	VIOLÊNCIA URBANA	01359	ECLIPSE SOLAR	01359	VIOLÊNCIA URBANA	00154	INTERVALO	00151
PACIENTE NA RUA	00743	CASO SILVANA: DESAPARECIDA	00638	VIOLÊNCIA URBANA	00638	ACORDO MERCOSUL UNIAO EUROPEIA	00638	COMERCIAL	00207	INTERVALO	
FOGUEIRA PREFEITO	00645	CASO SILVANA: DESAPARECIDA	03526	VIOLÊNCIA URBANA	03526	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	03526	COMERCIAL	00019	INTERVALO	
MORREU AO DEFENDER AMIGOS	00234	MERCHANDISING	00107	COMERCIAL	00107	EUA DEPORTA	00107	COMERCIAL	00136	INTERVALO	
CAMINHÃO BATE EM POSTE	00149	CASO SILVANA: DESAPARECIDA	03901	VIOLÊNCIA URBANA	03901	VAZAJATO	03901	COMERCIAL	00232	INTERVALO	
DIA DO HOMBREIRO	00106	MERCHANDISING	00107	COMERCIAL	00107	GIRO INTERNACIONAL	00107	COMERCIAL	00111	INTERVALO	
CAMINHÃO BATE EM POSTE	00240	DESTAQUES DO JORNAL DA RECORD	00102	VIOLÊNCIA URBANA	00102	MINIPLACIDENTES EM TREM EM SÃO PAULO	00102	COMERCIAL	00218	INTERVALO	
ABASTO EM ÔNIBUS	00333	10 PRESOS EM SÃO PAULO	00604	VIOLÊNCIA URBANA	00604	PREVISÃO DO TEMPO	00604	COMERCIAL	00309	INTERVALO	
ESTUPRO NEYMAR	00713	ATOR ASSASSINADO	00413	VIOLÊNCIA URBANA	00413	CHAMA PROX. BLOCO	00413	COMERCIAL	00021	INTERVALO	
MOTOFRISTA ASSASSINADO	00104	CASO VITOR: DESAPARECIDO	00705	VIOLÊNCIA URBANA	00705	INTERVALO	00705	COMERCIAL	00500	INTERVALO	
INTERVALO	00210	COMERCIAL							00605	INTERVALO	
ECLIPSE SOLAR	00109										
MOTOFRISTA ASSASSINADO	00301										
MOTOFRISTA ASSASSINADO	00150										
ABASTO NA PORTA DE CASA	00500										
VAZAJATO	01148										
IDOSAS ASSASSINADAS	#####										
PASTOR ASSASSINADO	00430										
20 ANOS COMO ESCAVA	01120										
CHI BRUMADINHO	00412										
ABASTADA EM ASSALTO	00258										
IBRASSA MIRA DE BANDIDOS	00652										
MERCHANDISING	00106										
ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO	00200										
4 TONELADAS DE MACONHA APREENDIDA	00230										
MERCHANDISING	00124										
ATRODOR PRESO	00533										
PACIENTE NA RUA	00849										
MERCHANDISING	00111										
INTERVALO	00402										
ENTREGADOR MORTO	00413										
MORTE NA LANCHONETE - 6 ANOS	00706										
TOTAL DE ARTE		30028	TOTAL DE ARTE		24305	TOTAL DE ARTE		03729	TOTAL DE ARTE		02049
CONTEUDO COM VIOLÊNCIA URBANA		13434	CONTEUDO COM VIOLÊNCIA URBANA		24148	CONTEUDO COM VIOLÊNCIA URBANA		00521	CONTEUDO COM VIOLÊNCIA URBANA		00244
TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		52%	TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		99%	TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		14%	TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		13%

02/07/2019

10/07/2019

BRASIL URGENTE			CIDADE ALERTA			SET BRASIL			SPTV		
PAUTA	CONTEUDO	TOTAL	PAUTA	CONTEUDO	TOTAL	PAUTA	CONTEUDO	TOTAL	PAUTA	CONTEUDO	TOTAL
ABERTURA		00128	ABERTURA		00014	ESCALADA		00117	ESCALADA		00100
ESCALADA	COMERCIAL	00308	MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM		00252	FAMILIA SUFOCADA POR AQUECEDOR		00209	FAMILIA SUFOCADA POR AQUECEDOR		00311
BANDIDOS MORTOS	VIOLÊNCIA URBANA	00458	INTERVALO	COMERCIAL	00645	POLICIAS MILITARES AGRIBEM		00150	CAMPANHA TRANSITO		00117
REFENS. POLICIAS BALEADOS E BANDIDOS PRESOS	VIOLÊNCIA URBANA	00129	MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM		00951	GIRO NOTÍCIAS		00125	PREVISÃO DO TEMPO		00042
REFORMA DA PREVIDÊNCIA	VIOLÊNCIA URBANA	00210	CASO JEFFERSON ASSASSINADO		00815	JULGAMENTO MARIDO MATA ESPOSA		00156	MORRE CHICO OLIVEIRA		00030
INTERVALO	COMERCIAL	01525	INTERVALO	COMERCIAL	00647	CHAMAM PROX. BLOCO		00025	ALUNOS X HOSPITAL UNIVERSITARIO		00044
MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM	COMERCIAL	00414	MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM		00024	INTERVALO	COMERCIAL	00529	CHAMA PROX. BLOCO		00044
BANDIDOS MORTOS	VIOLÊNCIA URBANA	00126	CASO JEFFERSON ASSASSINADO		00720	REFORMADA DA PREVIDENCIA		00331	INTERVALO	COMERCIAL	00126
BANDIDOS MORTOS	COMERCIAL	00209	MARIDO ATEIA FOGO EM GRAVIDA		00210	DIA BOLSONARO		00210	JULGAMENTO MARIDO MATA ESPOSA		00216
BANDIDOS MORTOS	VIOLÊNCIA URBANA	00246	CLUMES E ATAQUES		00606	REFORMADA DA PREVIDENCIA		00058	MOBILIDADE URBANA		00500
REFENS. POLICIAS BALEADOS E BANDIDOS PRESOS	VIOLÊNCIA URBANA	00230	CUNHAO, CONFUSÃO NA DELEGACIA		00533	REFORMADA DA PREVIDENCIA		00210	FUTEBOL		00112
BANDIDOS MORTOS	VIOLÊNCIA URBANA	00043	EMPRESARIO ESTUPRA		00445	ACIDENTE DE TRANSITO		00158	INTERACAO		00116
ENFERMEIRA MORTEA	VIOLÊNCIA URBANA	00348	CASO FERNANDO ASSASSINADO		01131	GOPE INSTITUICAO DE CARIDADE		00157			
MULHER MUTILADA PELO EX	VIOLÊNCIA URBANA	00626	MERCHANDISING		00103	PROFESSOR ABUSADA CRIANÇAS		00157			
REFENS. POLICIAS BALEADOS E BANDIDOS PRESOS	VIOLÊNCIA URBANA	00423	MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM		00308	CASO DO JOGADOR DANIEL		00118			
MERCHANDISING	COMERCIAL	00250	MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM		00405	SARGENTO PRESO COM COCAINA NA ESPANHA		00203			
ENTENDADO ASSASSINADO	VIOLÊNCIA URBANA	00356	MERCHANDISING		00101	INFLAÇÃO DE LITRO		00154			
PODE SER A VITIMA DO PRO	VIOLÊNCIA URBANA	00645	MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM		00544	EMBAIXADOR BRITANICO		00123			
HOMEM E ESQUADROEIRO MORRE	VIOLÊNCIA URBANA	00710	MERCHANDISING		00101	TREMORES ANGELA WERREL		00057			
DOACAO DE COBERTORES	VIOLÊNCIA URBANA	00528	MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM		00145	GIRO INTERNACIONAL		00116			
FAMILIA SUFOCADA POR AQUECEDOR	VIOLÊNCIA URBANA	00538	ENFERMEIRA MORTEA		01158	FUTEBOL		00110			
REFENS. POLICIAS BALEADOS E BANDIDOS PRESOS	VIOLÊNCIA URBANA	00538	CASO LUIZ CARLOS DESAPARECIDO		01445	REFORMADA DA PREVIDENCIA		00058			
CORPO NO POÇO	VIOLÊNCIA URBANA	00846	MORTE EM TRIANGULO AMOROSO		02131	MORRE CHICO OLIVEIRA		00037			
CORPO NO POÇO	VIOLÊNCIA URBANA	00159	MORTE EM TRIANGULO AMOROSO		00618	MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM		00325			
FAMILIA SUFOCADA POR AQUECEDOR	VIOLÊNCIA URBANA	00455	CASO DECIENSE DESAPARECIDA		01302						
REFORMA DA PREVIDENCIA	VIOLÊNCIA URBANA	01156	MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM		00134						
CARRO ROUBADO NA PORTA DE CASA	VIOLÊNCIA URBANA	00704	DESTAQUES DO JORNAL DA RECORD		00051						
CASO DO JOGADOR DANIEL	VIOLÊNCIA URBANA	00300	MERCHANDISING		00126						
CACHORRO ATACA	VIOLÊNCIA URBANA	00518	AMANTE MATA O MARIDO		00406						
CASO DO JOGADOR DANIEL	VIOLÊNCIA URBANA	00628	NAMORADA APANHA		00421						
POLICIAL MORTO EM ABORDAGEM	VIOLÊNCIA URBANA	00519	CASO JEFFERSON ASSASSINADO		00847						
EMPRESARIO ESTUPRA	VIOLÊNCIA URBANA	00506	MORRE PAULO HENRIQUE AMORIM		00022						
BRIGA DE TORCIDAS	VIOLÊNCIA URBANA	00201									
REFENS. POLICIAS BALEADOS E BANDIDOS PRESOS	VIOLÊNCIA URBANA	00711									
ENTENDADO ASSASSINADO	VIOLÊNCIA URBANA	00206									
MERCHANDISING	COMERCIAL	00057									
ENTENDADO ASSASSINADO	VIOLÊNCIA URBANA	00324									
REFENS. POLICIAS BALEADOS E BANDIDOS PRESOS	VIOLÊNCIA URBANA	00310									
REFORMA DA PREVIDENCIA	COMERCIAL	00443									
MERCHANDISING	COMERCIAL	00112									
INTERVALO	COMERCIAL	00357									
MERCHANDISING	COMERCIAL	00114									
REFORMA DA PREVIDENCIA	COMERCIAL	00312									
TOTAL DE ARTE		25757	TOTAL DE ARTE		25238	TOTAL DE ARTE		03953	TOTAL DE ARTE		02305
CONTEUDO COM VIOLÊNCIA URBANA		13601	CONTEUDO COM VIOLÊNCIA URBANA		20925	CONTEUDO COM VIOLÊNCIA URBANA		00826	CONTEUDO COM VIOLÊNCIA URBANA		00216
TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		54%	TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		75%	TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		21%	TOTAL DO PGM COM CONT. DE VIOLÊNCIA URBANA		10%

ANEXO Q – Questionário com editores e repórteres do Cidade Alerta, Brasil Urgente, SBT Brasil e SPTV

QUESTIONÁRIO COM EDITORES E REPÓRTERES DO CIDADE ALERTA, BRASIL URGENTE, SBT BRASIL E SPTV - 2ª EDIÇÃO											
Carimbo de data/hora	Qual a sua idade?	Você teve alguma disciplina ou aula sobre protocolos e procedimentos policiais em crimes durante o ensino superior?	Você realizou algum curso específico na área de jornalismo policial ou similar?	Você já editou ou reportou uma matéria sobre um caso de violência urbana?	Você costuma apurar as suas pautas de casos de violência urbana (opção de múltipla escolha):	A pauta sobre casos de violência na cidade de São Paulo fornecida pela chefe de reportagem costuma vir acompanhada de dados estatísticos?	Voce costuma incluir dados estatísticos referentes ao contexto da pauta dentro da matéria?	Qual é a sua fonte de dados estatísticos?	A taxa de roubos na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018;	A taxa de furtos e roubos de veículos na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018;	A taxa de mortes violentas na cidade de São Paulo entre 2001 e 2018;
18/07/2019 10:16	Entre 20 a 30 anos	Não	Não	Sim	Via telefone, no local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado	Não	Sim	Secretaria de Segurança Pública e Polícia Civil	Aumentou mais de 50%	Aumentou mais de 50%	Caiu entre 1% até 50%
18/07/2019 15:31	Entre 50 a 60 anos	Não	Não	Sim	Via telefone, no local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado, fontes	Sim	Sim	Dados oficiais e/ou entidades não governamentais	Aumentou mais de 50%	Aumentou mais de 50%	Caiu entre 1% até 50%
18/07/2019 16:28	Entre 30 a 40 anos	Não	Não	Sim	No local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado	Sim	Sim	SSP / ONGS	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou mais de 50%	Caiu entre 1% até 50%
19/07/2019 06:06	Entre 20 a 30 anos	Sim	Não	Sim	Via telefone, no local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado	Não	Sim	Secretaria de Segurança Pública dos Estados	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou entre 1% até 50%
19/07/2019 18:08	Entre 30 a 40 anos	Não	Não	Sim	Via telefone, no local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado	Não	Não	SSP, institutos de pesquisa	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou entre 1% até 50%
20/07/2019 18:55	Entre 30 a 40 anos	Não	Não	Sim	Via email, via telefone, no local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado	Não	Sim	SSP	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%
23/07/2019 21:55	Entre 30 a 40 anos	Não	Não	Sim	No local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado	Sim	Sim	Fontes oficiais e produção da TV Band	Aumentou mais de 50%	Aumentou mais de 50%	Aumentou entre 1% até 50%
26/07/2019 15:12	Entre 20 a 30 anos	Não	Não	Sim	Na delegacia ou em outra instituição do Estado	Não	Não	SSP	Aumentou mais de 50%	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou mais de 50%
26/07/2019 15:15	Entre 40 a 50 anos	Não	Não	Sim	Via email, via telefone, no local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado	Sim	Sim	Generalmente a Secretaria de Segurança da região	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%
26/07/2019 15:40	Entre 20 a 30 anos	Não	Não	Sim	Via email, via telefone, no local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado	Sim	Sim	SSP, Instituto Sou da Paz	Caiu entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%
28/07/2019 01:14	Entre 30 a 40 anos	Não	Não	Sim	Via telefone, no local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado	Não	Não	SSP	Caiu entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%
30/07/2019 18:00	Entre 30 a 40 anos	Não	Não	Sim	Via telefone, no local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado	Não	Não	SSP	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%
30/07/2019 18:01	Entre 30 a 40 anos	Não	Sim	Sim	Trabalho na edição de textos, então essa apuração é feita antes pela pauta e reportagem	Não	Não	SSP, quando necessário	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou mais de 50%	Aumentou mais de 50%
30/07/2019 21:36	Entre 40 a 50 anos	Não	Não	Sim	Com o repórter	Sim	Sim	Fontes do Estado e ONGs	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%
31/07/2019 15:20	Entre 40 a 50 anos	Não	Não	Sim	Todas as opções acima	Não	Sim	SSP, Instituto Sou da Paz, entre outros	Aumentou entre 1% até 50%	Aumentou entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%
31/07/2019 19:51	Entre 40 a 50 anos	Não	Sim	Sim	Via email, via telefone, no local do crime, na delegacia ou em outra instituição do Estado, ONGs, institutos especializados (de estudos), regiões onde vivem as vítimas	Sim	Sim	Normalmente, Inform. Em alguns casos, pesquisas específicas de institutos	Aumentou entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%	Caiu entre 1% até 50%